

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

ANGELA CASSIA COSTALDELLO

MEMORIAL DESCRITIVO

Memorial descritivo apresentado
para promoção funcional à
categoria de Professora Titular de
Direito Administrativo do Setor
de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA
2019



ANGELA CASSIA COSTALDELLO

MEMORIAL

Memorial apresentado para Concurso Público para a Classe de Professor Titular de Direito Administrativo, do Departamento de Direito Público, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Curitiba, 2019

SUMÁRIO

Introdução	3
1. A vida estudantil, a opção pelo Direito e a Universidade Federal do Paraná nas décadas de 70 a 80	7
2. Pós-graduação	12
2.1. Especialização na Facoltà di Giurisprudenza della Università Statale di Milano (Itália).....	12
2.2. Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.....	13
2.3. Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.....	16
3. O Estágio Pós-Doutoral	19
4. A vida profissional e as interseções entre a academia e a prática administrativa	22
5. As atividades docentes na Faculdade de Direito	26
5.1. Docência na Universidade Federal do Paraná.....	26
5.2. Núcleos de Pesquisa e Associações.....	28
5.3. Projetos de Pesquisa na Graduação	31
5.4. Simpósios e Conferências.....	32
5.5. Funções Administrativas.....	32
6. A Produção Acadêmica	34
7. Orientações e Participações em Bancas	54
Conclusão	56

Introdução

“É certo que a vida não explica a obra,
mas certo também que elas se comunicam.

A verdade é que esta obra a
ser feita exigia esta vida.”

(Merleau-Ponty)

O lugar comum do momento: a descrição da vida

A elaboração de um memorial descritivo da carreira acadêmica perpassa pelas dificuldades de se fazer memória sobre si, reavivar lembranças e, ao contempo, deve-se ter em mente que se fará decisivo no momento de sua apresentação e defesa. É, em suma, uma retrospectiva reflexiva intimamente que remete à perspectiva de um objeto posto, completo em si mesmo, imutável enquanto passado, o que na contextura do memorial se vincularia a uma pretensa noção de término e completude de uma trajetória acadêmica.

Essa pressuposta ideia do memorial tem o objetivo, finito, na aspiração da progressão à categoria de professor titular. Não se atrela à necessidade interior, inquietante desde sempre, que acompanha e impulsiona o universo de diálogos e pesquisas, que ainda estão em desenvolvimento, e outras que terão sua gênese em um futuro próximo, como o próximo pós-doutorado.

A narrativa de vida aqui posta constitui tão somente uma elaboração provisória da minha vida acadêmica, sendo este marco estabelecido pelas estruturas universitárias, porém a história continuará a transcorrer e a ser elaborada, o que enseja um distanciamento entre a identidade narrada e a identidade que se apresenta como narradora.

Para Ricoeur, o distanciamento entre narrador e obra traduz a distinção interna da identidade do sujeito¹. O sujeito apresenta a sua identidade de duas formas, a *ipse* e a *idem*. A identidade *ipse* é percebida como individualidade, o centro inexorável e imutável que nos define como pessoa e nos distingue de todos os outros indivíduos no espaço social, tendo como premissa a alteridade.

¹ RICOEUR, Paul, **O si mesmo como outro**, Edição: 1ª. [s.l.]: WMF Martins Fontes, 2014.

A identidade *idem* é entendida a partir da consideração das características compartilhadas entre os indivíduos, representando de forma simultânea a unicidade e a similitude. Reconhece que o autoconhecimento em toda a sua complexidade não ocorre de imediato e depende sempre de um exercício de reflexão que se transpõe através da relação dos sujeitos com o mundo e com os outros. Por isto narrar a vida enquanto obra depende do reconhecimento de uma trajetória que se deu em diversos ambientes, com decisões formuladas por diferentes razões e motivações, com alguns resultados previstos, muitos inusitados. Isso pode ser transposto para o resultado, em algumas páginas, da vida vivida até esta quadra.

Analisando o paradoxo no conceito de se fazer da vida uma obra, Michel Fabre pontua que o evento de apresentação da vida enquanto obra “provém de uma certeza moral, de uma atestação, de um ‘Eis-me aqui’, que é simultaneamente uma espécie de fé ou de aposta”². A partir do estabelecimento dessa certeza, faz-se possível a apresentação reflexiva do relato que compõe o trecho da vida a ser percorrido.

Essa empreitada, a meu ver, depende de dois fatores: distanciamento dos fatos e clareza dos sentimentos reunidos ao longo do trajeto.

Os diversos anos de docência na Universidade Federal do Paraná constituíram a certeza que permite trazer os componentes desse fragmento, pois o passado é testemunho dos reflexos e do envolvimento do ambiente acadêmico. Foi sentir, pensar, angustiar, alegar, frustrar, revigorar, retomar, recompensar e, sobretudo, seguir: uma síntese de todos os sentimentos que quase 25 anos podem trazer à tona.

Inerente à definição de um memorial acadêmico no qual são descritas as fases vividas é a sua dualidade enquanto autobiografia e relato histórico, um tanto críticos, mas profundamente reflexivos³. A partir da reflexividade imposta à elaboração deste memorial, busquei expor, também, alguns acontecimentos da minha vida pessoal que, no mais das vezes não foram planejados, mas que inexoravelmente compõem a inteireza do meu ser.

² FABRE, Michel, Fazer de sua vida uma obra, Educação em Revista, v. 27, n. 1, p. 347–368, 2011, p. 357.

³ SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 16.ed .São Paulo: Cortez Editora, 1990, p. 245.

A vida acadêmica se tornou, sabidamente, um dos pilares da minha história, no entanto, seria uma inverdade indicar que iniciei meus estudos durante o colegial ambicionando especificamente esta carreira. Fato é que a cogitação de seguir a academia surgiu apenas durante meus estudos no ciclo da graduação ao tomar contato com pensadores e cientistas jurídicos das mais diversas searas. A pluralidade de debates e opiniões, instigou-me a curiosidade acadêmica que me move até hoje e que resultou em uma remodelação das minhas ambições para a vida profissional.

A minha identidade profissional na condição de docente e pesquisadora foi (e é) fruto de um processo permanente de reelaboração, que envolve desde a escolha pela profissão, a formação inicial e as diversas descobertas e experiências ocorridas por toda a carreira.

Apresento este memorial dividido de acordo com as etapas de minha formação acadêmica, interseccionadas pela carreira profissional e pessoal uma vez que, na atuação como Procuradora do Estado do Paraná, no Ministério Público de Contas do Paraná e, mais tarde na advocacia, pude aproximar a práxis às minhas reflexões e conhecimentos acerca do direito administrativo, do direito urbanístico e do direito ambiental (este, objeto mais recente de interesse).

A apresentação do meu percurso acadêmico também não pode ser dissociado do contexto político e histórico das várias épocas, motivo pelo qual este relato não se limita a apresentar aspectos da minha formação e produção acadêmica, mas também os contextualiza historicamente na medida em que as transições política e sociais pelas quais passou o Brasil operaram marcantes reflexos no desenvolvimento na carreira de docente.

Por haver um profundo entrecorte entre vida, carreira acadêmica e carreira pública, a resenha não é posta de forma cronológica. A elaboração deu-se mediante a retomada das diversas maneiras pelas quais eu me expressei enquanto Angela Cassia Costaldello na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na Procuradoria Geral do Estado do Paraná, no Ministério Público de Contas, na advocacia, e no que mais deflui desses períodos.

Início a história a minha trajetória acadêmica partindo do colegial ao fim do curso de graduação em Direito na Universidade Federal do Paraná. Em seguida, cabe menção sobre a pesquisa que desenvolvi na pós-graduação

cursada na Università Statale di Milano (Corso Singolo), no mestrado e no doutorado em Direito, ainda na Universidade Federal do Paraná.

Concomitante a estas realizações, minha carreira profissional fora das colunas do Prédio Histórico foi se alterando e passou por transformações significativas, sempre associadas ao Direito Administrativo e Urbanístico, ora com maior ora com menor intensidade. Seguindo a vertente do desenvolvimento acadêmico, sucedem-se meus períodos de pesquisa no pós-doutorado, tanto na Université Sorbonne Paris I – Panthéon quanto na Università degli Studi di Palermo. Simultaneamente exploro a minha carreira na Procuradoria Geral do Estado, no Ministério Público de Contas e, mais recentemente, na advocacia. Não obstante as mudanças de carreiras, o norte da minha atuação se pautou pela legalidade, pela defesa do erário, do interesse público nas atividades da Administração Pública, que se mantiveram presentes tanto na minha carreira acadêmica quanto na profissional.

Por fim, as partes seguintes deste memorial são destinadas às atividades como docente na Universidade Federal do Paraná, desde meu ingresso na instituição, em 1995 até os dias atuais, assim como alguns destaques da minha produção e reflexão acadêmicas, voltadas ao Direito Administrativo, Direito Urbanístico e Direito Ambiental. A exposição pormenorizada dos grupos de pesquisa aos quais organizei e participei, assim como o resumo das diversas orientações acadêmicas na graduação e na pós-graduação da Universidade Federal do Paraná é, em certa medida, a definição das minhas concepções sobre a atualidade e a expectativa de futuro possíveis.

1. A vida estudantil, a opção pelo Direito e a Universidade Federal do Paraná nas décadas de 70 a 80

O retrospecto da vida indica os caminhos seguidos e os anseios do que o presente é conseqüência. A formação educacional segue, a meu ver, a mesma lógica.

Os cursos primário e ginásial transcorreram em escola pública⁴ e apenas a fase do então “científico” foi em colégio particular, sempre no interior de Santa Catarina, em Joaçaba. A etapa seguinte foi cursar o último ano em Curitiba para a preparação para o vestibular.

Apesar de ter vivido até os 16 anos no interior de Santa Catarina, pude contar com o incentivo incondicional da minha família para ter acesso a todas as possibilidades de cultura e conhecimento possíveis nas décadas de 60 e 70 que Joaçaba oferecia: estudos de línguas estrangeiras (inglês, francês, italiano), aulas de pintura, piano, xadrez e, naquela época, até a datilografia (algo desconhecido por completo dessa geração de estudantes, mas essencial à minha geração)⁵.

No entanto, as colunas em estilo coríntio da Universidade Federal do Paraná sempre exerceram o fascínio daqueles que passavam pela Praça Santos Andrade, sobretudo para os aspirantes a ingressar no curso superior. Afinal, uma das primeiras universidades brasileiras e um dos centros de reflexão jurídica e política do sul do País, a Universidade Federal do Paraná se mostrava como um grande polo que concentrava conhecimento e excelência acadêmica, atraindo uma gama de estudantes de diversos estados já naquela época. Ante os meus planos de futuro profissional, a influência do Edifício Histórico e toda a imponente construção, motivou-me a alcançar a aprovação em seu concurso de vestibular. Por esta razão, transferi-me para Curitiba no ano de 1978.

Já, o Direito foi a opção profissional que adentrou por vias transversas: o objetivo inicial era a carreira diplomática e o curso recomendado por muitos era o Direito.

⁴ O primário no Colégio Municipal Roberto Trompowski e o ginásial no Colégio Estadual Celso Ramos.

⁵ Isso sem mencionar aulas de bordado, artes aplicadas e culinária, comuns a meninas da minha idade. Frustração completa da família, não tinha a menor vocação.

Naquele ano, recordo-me de um fato que, confesso ao olhar de hoje, oscila entre o atrevimento, a irresponsabilidade e, na melhor das visões, a ingenuidade que não impõe limites. Arrebatada pela possibilidade que se avizinhava de estudar na Universidade Federal do Paraná, e na investigação de informações mais precisas sobre a carreira diplomática, decidi conversar o Reitor. Afinal, ninguém melhor que ele poderia me orientar sobre qual o curso mais adequado. Munida com meus grandes sonhos e projetos, no afimco para seguir o melhor caminho para a carreira que eu imaginava ser a minha vocação, conversei por alguns minutos – longos para um vestibulanda - com o então Reitor, Prof. Ocyron Cunha⁶, que, não obstante sua agenda atribulada me recepcionou com gentileza e muita atenção. O encontro, cujas imagens estão claras até hoje na minha memória, apenas trouxe mais solidez às minhas aspirações, de forma que ao realizar a prova do vestibular, estava certa de que a Universidade Federal do Paraná seria o ambiente acadêmico que mais se adequaria aos meus planos e o curso de Direito, a melhor opção.

E, em 1979, concretizou-se o que era uma pretensão de materialização longínqua, a matrícula na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Os anos da graduação, contudo, foram marcados pela turbulência do cenário jurídico-político nacional que, naturalmente, também era sentida e espriava reflexos na Faculdade de Direito de tal maneira que no primeiro mês de aulas houve a convocação dos acadêmicos, pelo Centro Acadêmico Hugo Simas – CAHS, para discutir a possibilidade de greve. O motivo não era assunto de repercussão nacional: os alunos queriam que os professores dessem aula com regularidade, já que muitos eram faltantes contumazes. A greve - ao que parecia aos olhos da recém ingressa, um tanto incoerente – não ir às aulas para ter aulas soava estranho, mas foi assim decidido e surtiu efeito. Mais que o objetivo localizado, era o sentimento que se apossava na população de que mudanças eram necessárias e mais, que eram potenciais. Afinal, era o ano marcado pela abertura política.

⁶ Reitor da UFPR de 1978 a 1981.

Recuando no tempo, nas décadas 60 e 70, e em especial, na de 80, a educação nacional sofreu o impacto de vários fatores advindos dos movimentos de disputa sócio-política.

A década de 60 teve seu início caracterizado pelo tom desenvolvimentista, amplamente disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61). Desta feita os programas de pós-graduação intensificaram seu apelo economicista, pautando-se na formação de jovens com foco nos projetos com essas características (economia e desenvolvimento) do País.

Na mesma medida, manifestações de cunho político-social contestavam as concepções desenvolvimentistas do ambiente educacional, não obstante os efeitos da dura realidade do golpe militar de 1964. No início do regime militar, é estabelecida a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), que pretendia desestabilizar a mobilização estudantil pela adoção oblíqua de alguns de seus reclames.

Somente no final dos anos 70 e início dos 80, a área da educação assume uma postura de preocupação com as questões sociais, repensando o seu acesso a todos os estratos sociais, e clamando por medidas socioeducacionais que atingissem a população de forma mais imediata. Fortificaram-se as campanhas de alfabetização em massa capitaneadas por Paulo Freire, assim como ocorreram diversas manifestações estudantis em defesa da democracia brasileira. Destacam-se nesse cenário a fundação da ANDE (Associação Nacional de Educação), assim como a revigoraram os cursos de pós-graduação voltados especificamente para os estudos educacionais⁷.

Nas dependências da Universidade Federal do Paraná, “Diretas já”, “fora FMI!”, eram inscritos nas paredes do Prédio Histórico, no Centro Politécnico, nos Edifícios Dom Pedro I e Dom Pedro II, da Reitoria, eram as expressões que sinalizavam tempos de transição.

⁷ SANTOS, José Douglas Alves dos; MELO, Aísha Kaderrah Dantas; LUCIMI, Marizete, Uma Breve Reflexão Retrospectiva da Educação Brasileira (1960-2000): implicações Contemporâneas, *in*: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - Anais Eletrônicos**, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012, p. 4352–3366.

No *locus* específico da universidade, os reflexos dessas circunstâncias foram profundos, com manifestações estudantis nas ruas e a oposição militar – não apenas no Brasil⁸, mas em outras partes do mundo como na Europa.

As consequências desses acontecimentos alastraram seus matizes por muito mais de uma década e foi nesse ambiente que almejava por mudanças, que ingressei no Curso de Direito da UFPR.

Os primeiros meses foram de novidades. As aulas traziam de conteúdos interessantes (uns mais, outros menos) e um ritmo inversamente proporcional àquele do cursinho preparatório para o vestibular.

As disciplinas abstratas, como Introdução ao Estudo do Direito ministrada pelo Professor Rui Corrêa Lopes e depois pelo jovem Professor Marçal Justen Filho, ambos com maior índice de aproveitamento da toda a história da UFPR. Era um privilégio, mas também assustador para quem tinha, até então, aulas de física, matemática, biologia, química, com graus acentuados de concretude. Economia Política era ensinada pelo Professor Ivan Xavier Viana (atualidade da época: o que é inflação?!) e Teoria Geral do Estado pela Professora Regina Neri Macedo Ferrari (Kelsen era a referência teórica obrigatória). Para compensar a estatura desses dois professores, a disciplina de Sociologia era ministrada por um professor que também era ator mas que tratava de Ralph Linton⁹ como referencial na matéria. Nenhum demérito, eram apenas curiosas essas abissais diferenças entre os professores.

Nos anos seguintes, outros nomes como o Professor Sansão José Loureiro, Ivan Ordini Righi, Ildefonso Marques, Edgard Katzwinkel, Luiz Fernando Coelho, Antônio Acir Breda, João Regis Fasbender Teixeira marcaram perenemente a nossa turma.

O despertar para o Direito Público e para o Direito Administrativo aconteceu ainda no terceiro ano da Faculdade quando o Instituto dos Advogados do Paraná-IAP ofereceu um curso de Direito Público para advogados e o então

⁸ O panorama brasileiro foi marcado pela repressão a campus de várias universidades país a fora, demissões em massa e aposentadorias sumárias. A França foi um dos mais emblemáticos cenários dos movimentos acadêmicos liderados pelos intelectuais e estudantes da Université Sorbonne.

⁹ As aulas eram um misto de sociologia e antropologia, e o livro de Ralph Linton era “O Background da Mentalidade Humana” trad. livre The Cultural Background of Personality (1945).

presidente, Professor Manoel Eugênio Marques Munhoz, era professor de Direito Tributário.

Com bondade e olhando, certamente, para universitária contagiada pelo entusiasmo, permitiu que assistisse ao curso (sextas-feiras e sábados), mas para justificar a presença como aluna, deu-me a atribuição da tarefa de transcrever as palestras. Com esse honroso encargo e a oportunidade de obter mais conhecimento, e de estar só com advogados e professores, era um privilégio impensável.

Aqueles meses foram mágicos para a estudante de terceiro ano da graduação em pleno 1981. Conhecer Celso Antônio Bandeira de Mello, Geraldo Ataliba, Adilson Dallari, Sérgio Ferraz, Agustín Gordillo, Eros Grau (primeira vez se ouviu falar do solo criado), Adilson de Abreu Dallari e outros tantos nomes que só conhecíamos por citações e livros foi o nascer da paixão pelo Direito Público. Estavam presentes também alguns professores da Casa, Odília Ferreira da Luz Oliveira, Fernando Andrade de Oliveira, Manoel de Oliveira Sobrinho, Carmem Lúcia Silveira Ramos, Joaquim Munhoz de Mello, Ivan Ordini Righi.

Lembro-me das palestras de Celso Antônio Bandeira de Mello e Geraldo Ataliba defendendo a legalidade, ainda que estrita, mas legalidade! Era o entusiasmo com os primeiros ares da abertura política, em que era possível lutar por ideais como a legalidade (legalidade estrita, mas legalidade!)

A partir desse marco, o interesse pelo Direito Público só cresceu e culminou com as aulas de Direito Administrativo, ministradas pelo professor titular Fernando Andrade de Oliveira, que viria a me acompanhar pelo restante da minha formação acadêmica como orientador do mestrado e no doutorado, e membro na banca no ingresso na carreira do magistério para professor de da UFPR, em Direito Administrativo, em 1995.

2. Pós-graduação

Obtido o grau de bacharel em Direito em 1983, exerci a advocacia até o ano de 1990, e o ingresso no mestrado em direito administrativo, à época, grande área de Direito Público, se deu em março de 1985.

2.1. Especialização na Facoltà di Giurisprudenza della Università Statale di Milano (Itália)

Em setembro daquele mesmo ano, iniciou-se um período de estudos na Università Statale degli Studi di Milano, na Itália, sob a orientação do Professor Giuseppe Pericu. O tema de pesquisa foi a “Amministrazione coativa delle terre incolte”, instituto que, nos moldes urbanísticos, acabou adotando os contornos do parcelamento e edificação compulsórios pela Constituição de 1988, resultando no tema dissertação de mestrado, defendida em 1990.¹⁰

O período de pesquisa em Milão, foi motivado tanto por um aspecto pessoal quanto profissional: morar e estudar fora do país por um período determinado. A experiência mais prolongada era necessária para efetivamente vivenciar um ambiente social, político e cultural diverso daquele a que estava acostumada. A escolha pela Itália ocorreu mais determinada pelo Direito Processual do que pelo Direito Administrativo.

Os vínculos do Brasil com a Universtià Statale degli Studi di Milano se estabeleceram quando grande processualista italiano, Professor Enrico Túlio Liebman, estava radicado no Brasil por conta do período fascista italiano. Através de relações pessoais que envolveram os Professores Ivan Righi, Joaquim Manoel de Mello e Cândido Rangel Dinamarco, dentre outros, e o meu

¹⁰ “O parcelamento e edificação compulsórios como limitações administrativas à propriedade privada urbana”, dissertação defendida em 10 de outubro de 1990.

então marido e também professor desta casa, Manoel Caetano Ferreira Filho, surgiu a ocasião de realizar um período de pesquisa no exterior se materializou muito antes do que eu teria previsto.

Ter vivido em Milão naquela ocasião foi uma experiência indelével. Afinal, eu tinha 23 anos e era recém bacharel, num mundo aberto a todas as possibilidades de cultura e conhecimento.

Neste momento é preciso fazer jus a aqueles que me apoiaram em todas as etapas desta experiência. Não só à minha família, de tecer meus agradecimentos ao Prof. Manoel Caetano Ferreira Filho, que me acompanhou naquele desafio e com quem pude compartilhar a experiência desafiadora, mas muito recompensadora. Sou, igualmente, muito grata ao Professor Giuseppe Pericu que, além de me orientar semanalmente, me apresentou a obra de Stefano Rodotà, um dos marcos na pesquisa do tema. Tema que, após o término do período na Itália, continuou a ser aprofundado por mim e culminou no objeto central da minha dissertação de mestrado. Também foram importantes as aulas com o Professor Umberto Pototschnig, cujas aulas de Direito Processual Administrativo abriram-me as portas para as noções teóricas e práticas da Justiça Administrativa, inexistente aqui.

O trabalho de conclusão do Curso Singolo foi defendido oralmente perante uma banca amável, mas intimidadora formada pelos Professores Paolo Biscaretti di Ruffia, Giovanni Cattaneo e Giovanni Bognetti. Fui aprovada “con lode”.

2.2. Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

Retornando ao Brasil em julho de 1985, concluí os créditos do mestrado e entrei no processo de elaboração da dissertação de mestrado.

Em 1985, sucedeu um evento inesquecível e que só veio a fomentar mais interesse no aprofundamento e reflexão do Direito Administrativo: o V Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em Belo Horizonte. Com a presença de grandes nomes como Celso Antônio Bandeira de Mello, Geraldo Ataliba, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Paulo Neves de Carvalho, Fernando Andrade de Oliveira, dentre outros nomes míticos do Direito Público brasileiro que compunham a plêiade de juristas.

Com a pesquisa desenvolvida em Milão e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, verifiquei a aproximação dos institutos - administração coativa de terras incultas e o parcelamento e edificação compulsórios – aquele no Direito Agrário, este no Direito Administrativo e Urbanístico.

Durante a elaboração da dissertação, tive a honra de ser auxiliada pelo Professor José Afonso da Silva a quem teço, igualmente, meus agradecimentos. Cedeu-me todos os livros de Direito Urbanístico da sua biblioteca para que eu fotocopiasse. Ele, aliás, ao escrever a obra Direito Urbanístico Brasileiro, foi o precursor em trazer os temas dessa disciplina em um único compêndio, dando *status* de um ramo do Direito que deveria ser vista pela sua importância, assim como já acontecia em outros países como a Espanha, Itália, França e Alemanha.

A defesa da dissertação ocorreu em 9 de outubro de 1990, em banca composta pelos Professores Fernando Andrade de Oliveira (orientador), Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e Aluísio Surgik.

O tema da dissertação – “O parcelamento e a edificação compulsórios como limitações a propriedade privada urbana imobiliária” - teve ponto central a propriedade imobiliária urbana frente à significação de sua função social diante da adoção dos novos instrumentos urbanísticos assimilados pela ordem jurídica recém instalada. Nela encontrei como vértice de estudo os institutos do parcelamento e edificação compulsórios enquanto impulsionadores da função social da propriedade urbana.

Dentre as conquistas civilizatórias garantidas pela Constituição Federal de 1988 está a inserção de um capítulo sobre a política urbana¹¹, que visava

¹¹ Título VII Da ordem econômica e financeira- Capítulo II: Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016.) § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

suprir o descompasso entre a ordem jurídica e os processos socioeconômicos e territoriais que caracterizaram a urbanização brasileira.

O crescimento rápido das cidades brasileiras no século XX, aliado às mudanças sociais, culturais e econômicas que este novo padrão trouxe para a sociedade brasileira, e, ainda, a falta de um arcabouço jurídico adequado para o tratamento das consequências da expansão urbanística em toda a sua complexidade, forma (e ainda o são) fatores que merecem, de modo incessante, a reflexão e o persecução de soluções.

Malgrado a falta de normatividade brasileira acerca do tema, em meados do século XX, diversas legislações europeias faziam previsões normativas que se atentavam à submissão do direito de propriedade a sua função social. Na Itália, por exemplo, havia previsão legislativa similar em 1942¹². O mesmo ocorria na Espanha, que a partir de 1956, por meio lei espanhola de regulação do solo urbano, determinou a obrigação de construir aos proprietários, de acordo com certos prazos limites estabelecidos em planos de urbanização¹³.

No sistema brasileiro, o instituto tomou os moldes do parcelamento, edificação e utilização compulsórios, integrando um grupo de instrumentos urbanísticos, dispostos constitucional e legalmente, para que municípios possam estruturar o planejamento urbano, com vistas a reordenação urbana, habitacional e de preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Rematado o mestrado, o interesse pela investigação acadêmica expandiu-se, para o doutorado que não se deu imediatamente por conta da realidade fática do ambiente acadêmico curitibano naquele período, e por motivos familiares.

No início da década de 1990, não havia em Curitiba cursos de doutorado. Ao mesmo tempo, minha filha, Maria Vitória, com pouco mais de 3 anos idade impedia que eu cursasse o doutorado em outra cidade por conta da necessária ausência que isso implicaria. Porém, meu contato com o meio acadêmico se deu

¹² Legge 17 agosto 1942. Disponível em https://www.bosettiegatti.eu/info/norme/statali/1942_1150.htm. Acesso: 30/11/2019.

¹³ Ley de 12 de maio de 1956 sobre régimen del suelo y ordenación urbana. Disponível em <https://vlex.es/tags/ley-suelo-1956-texto-completo-689513>. Seguida da <https://vlex.es/tags/ley-suelo-1956-texto-completo-689513>. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1975-9250>. Acessos em 30/11/2019.

pela realização de palestras, participação em congressos (em especial nos eventos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo), organização de eventos, e através de pesquisa esparsas na advocacia, até porque os concursos públicos para professor de Direito, naquela época, eram raros.

2.3. Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

Em 1994, dois fatores alteraram essencialmente a minha vida profissional e acadêmica. Em julho daquele ano fui aprovada no teste seletivo do doutorado na UFPR, primeiro ano do programa com esse grau, e no mesmo mês tomei posse no cargo de Procuradora do Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Paraná. No ano também fui convidada para dar aulas de Direito Administrativo na Fundação Escola do Ministério Público do Paraná - FEMPAR.

A escolha pelo tema do doutorado surgiu através de um caso concreto que apreciei na Procuradoria junto ao Tribunal de Contas do Estado voltado às consequências da invalidade dos atos administrativos frente ao princípio da legalidade e do princípio da boa-fé. Embora a existência de poucos estudos sobre o tema na doutrina brasileira, a preocupação acerca da invalidade dos atos administrativos, quando analisada sob os aspectos da estrita legalidade, a que está submetida a atuação do Poder Público, e o princípio da boa-fé, era premente por conta da insurgência de diversos casos concretos que colocavam em cheque a proporcionalidade entre os regramentos e a práxis da Administração Pública e as garantias dos administrados.

Em fevereiro de 1997, os doutorandos, recebemos ofício da Coordenação do Programa de Pós-Graduação de que tínhamos apenas seis meses para concluir as teses de doutorado, o que se diferenciava do período inicialmente proposto pelo programa. Houve um equívoco no cômputo do aproveitamento nos créditos do mestrado, o que ocasionou toda ordem de problemas na relação dos inscritos ao programa de doutorado. Tempos sofridos. Pude, então, contar com o auxílio do meu orientador, Professor Fernando Andrade de Oliveira e do meu coorientador, Professor Clémerson Merlin Clève.

Defendi a tese em banca composta pelos Professores Fernando Andrade de Oliveira, Clémerson Merlin Clève, José Antônio Perez Gediel, Paulo Henrique Blasi, e Maria Alice Gonzales Borges, em 8 dezembro de 1998.

O estudo tinha dentre seus marcos teóricos as reflexões doutrinárias de Almiro do Couto e Silva, principalmente quanto à segurança jurídica e a atuação da Administração Pública, assim como a obra do Professor italiano Francesco Manganaro, fundamental para meu texto, acerca da aplicabilidade do princípio da boa-fé no âmbito do direito administrativo.

Defendi, em suma, que

Dentre as várias possibilidades de aplicação concreta, o princípio da boa-fé consiste em um limite ao exercício de direitos e, evidentemente, constitui-se, também em uma das formas de restrição ao abuso de direito.

Enquanto construção direcionada a restringir o abuso de direito, o princípio da boa-fé aplicada ao Direito Público e ao Direito Administrativo ao princípio da juridicidade de modo a que a Administração, em suas decisões, seja norteada pela justiça material e não apenas formal. Por outro lado, o princípio da boa-fé não pode ser aplicado indistintamente, sem critérios, sob pena de consequências graves para o erário e para o interesse público. Logo, o referencial assenta-se no equilíbrio entre o agir da Administração, pautado pela juridicidade, e a segurança jurídica e a confiança entre ela e os particulares. Essa possível estabilização nas relações depende também do respeito ao princípio da razoabilidade, outro princípio que se contrapõe ao a legalidade estrita, preocupando-se tanto com a preservação da justiça quanto com a limitações de direitos individuais em prol do interesse público, entendi que

“O não atendimento ao princípio da razoabilidade, quando da prática dos atos administrativos, conduz à inevitável conclusão de que se desvirtuou de sua finalidade: estar voltada à concretização do interesse público. Neste sentido, a aplicação da boa-fé, como fundamento de manutenção dos efeitos inválidos, deve ter por elemento balizador o princípio da razoabilidade que, juntamente com o interesse público, objetiva afastar o abuso e impor o equilíbrio, com vistas ao fim maior do direito, que é a justiça”. (p. 150)

A transcrição acima sintetiza, muito condensadamente, o conteúdo da tese.

Oportuno e justo destacar aqui o auxílio, tanto pessoal quanto acadêmico, do Professor Titular Clémerson Merlin Clève, que foi o coorientador, e também do Professor José Antônio Perez Gediél pelas constantes interlocuções. As

participações de ambos nesta etapa do meu desenvolvimento acadêmico foram decisivas para que a tese chegasse a termo.

3. O Estágio Pós-Doutoral

Ultimado o doutoramento, mantive a docência na Universidade Federal do Paraná, conduzindo diversos projetos de pesquisa acerca de temas centrados no Direito Administrativo e Urbanístico. Entretanto, em 2002 decidi mudar novamente os rumos da minha carreira acadêmica com a elaboração de um projeto de pesquisa de pós-doutoramento acerca da omissão administrativa e suas consequências sociais e jurídicas.

A princípio, o projeto – “O silêncio na Administração Pública” - seria elaborado nas dependências da Université de Sorbonne, sob a orientação da Professora Jacqueline Morand-Deville.

Pelo período de três anos fui várias vezes, em intervalos nunca maiores que sessenta dias para Paris para apresentar os trabalhos solicitados e participar dos seminários. Quando, finalmente, conjugaram-se as licenças para o tão esperado ano sabático, com a dedicação total ao pós-doutorado, infelizmente, por motivos de saúde não pude honrar com o compromisso acadêmico e precisei continuar em Curitiba. A notícia e suas ramificações implicaram em um necessário afastamento temporário de minhas funções tanto na Universidade Federal do Paraná quanto no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado. Um período doloroso, de sentimentos contraditórios. Aflição pela saúde e frustração por não poder realizar o projeto do ano sabático, mas a imensa esperança de que haveria superação e que o pós-doutorado seria finalizado.

Superada essa fase delicada, em que pese a impossibilidade de retomar a pesquisa na Sorbonne, explorei o tema através da elaboração de um projeto interno na Universidade Federal do Paraná.

Determinada e, ainda fiel à ideia de investir no estágio pós-doutoral, em 2016 elaborei um novo projeto de pesquisa. Agora, em outra estação da vida, mais madura, em que se pode dar azos a outras paixões aliadas à intelectualidade, conflui meus interesses pelo Direito Administrativo e pela cultura e artes. Esta nova perspectiva impulsionou o projeto que me dispus a desenvolver, assim como definiu o local em que eu iria explorar a pesquisa.

Desde pequena tive sensibilidade artística¹⁴, deslumbre pela cultura de outros povos e pela História, e decidi que este seria a referência da pesquisa.

Diante disso, busquei em meu segundo embarque no projeto de pós-doutorado mesclar esse aspecto tão íntimo e pessoal, que era a arte e cultura, com a minha segunda faceta, jurídica e administrativista, com as conexões com o Direito Urbanístico. Assim, agregaria o direito administrativo e o urbanístico a um assunto que me é caro pessoalmente.

Realizei a pesquisa acerca do tratamento jurídico de bens culturais na Itália, especificamente na Università degli Studi di Palermo, Sicília (Itália) sob a orientação do Professor Nicola Gullo, que me acolheu e me orientou de modo ímpar.

A conteúdo do projeto se relacionava a outros desenvolvidos no PRO POLIS, trazendo a baila uma discussão multidisciplinar que envolvia o Direito Administrativo e Urbanístico, assim como a classificação dogmática de bens culturais na Itália, em específico Palermo, e no Brasil. Como se espera de diversas cidades italianas, a cidade de Palermo é extremamente rica culturalmente e rodeada, locais magníficos em que se estuda apenas nos livros de História e, por isso, é um ambiente onde a discussão acerca da proteção jurídica aos bens culturais encontra respaldo e um sistema, que pretende ser completo, de proteção. Ademais, há legislação que disciplina a proteção dos bens culturais há décadas, e a mais e a mais recente é o Codice dei beni culturali e del paesaggio, de 2004.¹⁵

Os meses na Itália foram especiais. Revi professores que havia encontrado em Curitiba, em 2015, além do Professor Nicola Gullo, Fabrizio Fracchia, Maria Immordino, Ferdinando Mazarella, Aldredo Contieri, Francesco Manganaro. Conheci ainda Maria Alessandra Sandulli, Margherita Romajoli,

¹⁴ Iniciei tendo aulas de pintura a óleo aos 6 anos de idade e piano aos 7. Ainda na juventude, participei de competições artísticas com a submissão de pinturas, uma delas premiada em 1972.

¹⁵ Codice dei beni culturali e del paesaggio, Decreto Legislativo 22 gennaio 2004, n. 42 e que já passou por atualizações, por meio da Legge 27 dicembre 2017, n. 205. Disponível em <https://www.altalex.com/documents/leggi/2018/05/21/codice-dei-beni-culturali-e-del-paesaggio-ebook>. Acesso em 29/11/2019.

Caterina Ventimiglia, Ricardo Orso, Cristina Cavallaro, Mario Espasiano, Ornella Spataro, Francesco Volpe, Loredana Giani Maguire, Annarita Iacopino, Mauro Renna, Fransceso Vetró, e outros nomes do Direito Público italiano.

Tive, ainda a honra de lecionar para a turma do doutorado em Direito Público, na Università degli Studi di Milano Bicocca, a convite da Professora Margherita Romajoli.

A convite do Professor Francesco Manganaro participei das Giornate Ítalo-Argentine di Diritto Amministrativo em Messina, quando conheci administrativistas argentinos Argentina como Guillermo Scheibl e Carlos Botassi.

O estágio pós-doutoral não se limitou a pesquisa, mas me permitiu estabelecer relações pessoais e científicas importantes para o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFPR.

4. A vida profissional e as interseções entre a academia e a práxis administrativa

Logo após a graduação no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, exerci a advocacia em conjunto com os Professores Jacinto Nelson Coutinho, Clémerson Merlin Clève e Manoel Caetano Ferreira Filho, todos docentes desta casa. Período importante por conviver com pessoas cujo conhecimento jurídico é inegável. Tanto assim que os Professores Jacinto Nelson Coutinho e Clémerson Merlin Clève são titulares desta Faculdade, ambos infelizmente para nossa convivência, já precocemente aposentados.

No escritório, trabalhava na área de direito público e em poucos casos de direito civil. A advocacia expandiu os meus horizontes em referência ao direito e sua aplicação frente à Administração Pública, pois todos os sócios eram Procuradores do Estado do Paraná. Dessa forma, quando iniciei o mestrado em 1985, já pensava o direito criticamente e direcionado à prática, vinculando sempre o aspecto acadêmico com o concreto da atividade administrativa e suas consequências.

Segui na advocacia até 1988. Minha filha, Maria Vitória nasceu em 1987 e por este período me dediquei a ela e ao mestrado. Em 1989, concomitantemente à elaboração da dissertação de mestrado, fiz concurso para a Procuradoria do Estado do Paraná. Com a aprovação, fui nomeada para o cargo em 1990. Afastei-me da advocacia devido à vedação, na Constituição do Estado do Paraná de 1989, ao exercício da profissão para os ingressos na carreira a partir daquele ano.

De imediato, fui designada para atuar na Procuradoria Administrativa, cuja atribuição era, além da defesa dos interesses do Estado do Paraná, a elaboração de pareceres técnicos acerca da atuação administrativa. Foi um aprendizado precioso, em que tive a oportunidade de aplicar o que aquilo que foi estudado no domínio acadêmico e as exigências da Administração Pública em sua atuação e controle interno, tanto na consultoria quanto na atividade judicial.

Nesse período, conheci o Doutor Renato Kanayama, advogado publicista, que contendi em face do Estado do Paraná, e a quem passei a admirar pelo conhecimento, desenvoltura na advocacia e pela elegância, profundidade e erudição de suas peças processuais. Como a vida não é, em absoluto, linear e

há felizes encontros, fui recebida, desde 2017, com muita honra no escritório Kanayama Advocacia.

No mesmo período em que atuava na Procuradoria Geral do Estado, participei ativamente do ciclo de debates acerca o Estatuto da Cidade, com viagens recorrentes à Brasília, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para participar dos debates que envolviam os projetos de lei que pretendiam regulamentar a Política Urbana. As discussões, típicas das disputas no espaço urbano, tiveram início em 1992. No Paraná, especialmente, entre 1992 e 1994, foram realizados vários fóruns com a participação nomes nacionais e internacionais de destaque no tema como Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, e de técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e da sociedade civil. Pessoas extremamente qualificadas e com formação interdisciplinar como Rosa Moura (geógrafa), Maria de Lourdes Urban Kleinke (pesquisadora), Carlos Hardt (arquiteto e urbanista), Clóvis Ultramari (arquiteto e urbanista), dentre outro, se empenharam em aperfeiçoar os projetos em tramitação no Congresso Nacional. Apesar dos esforços, em âmbito nacional, de juristas e da sociedade civil, o Estatuto da Cidade Federal foi promulgado somente no início do próximo século, em julho de 2001, consubstanciado na Lei nº 10.257/2001.

Paralelamente, passei a participar ativamente no Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), e em 1992 ingressei como membro fundadora do instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). O instituto foi criado com o objetivo de promover o aprofundamento e a circulação de ideais acerca do direito administrativo no Paraná, e a promoção de pesquisas que identifiquem problemas relevantes do Direito Administrativo brasileiro. Formou-se, então, a chamada “escola paranaense de Direito Administrativo”.

Em 1994 decidi enfrentar novo desafio profissional e participei do primeiro concurso público para a então Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, atualmente denominado Ministério Público de Contas. No órgão ministerial, inserido na estrutura do Tribunal de Contas do Estado, mediante as atividades de controle externo da Administração Pública, pude explorar e compreender, de fato, as dificuldades inerentes à gestão administrativa e do patrimônio público.

Em meus anos de atuação no Tribunal de Contas, tive por meta transpor o modelo de controle externo da Administração estudado no ambiente acadêmico à alçada institucional. Sempre mantive a vontade idealista de mudar e maximizar a eficiência e moralidade administrativas, dando efetividade às normas constitucionais que regem o Estado brasileiro e guiam o poder executivo em seus diversos níveis federativos. Aqui, o objetivo era aproximar as discussões e propostas acerca do controle externo da Administração, por mim assimiladas na academia, com a realidade fática do Tribunal de Contas e dos entes e gestores que estavam sob sua fiscalização.

As dificuldades frente a estes ideais eram muitas. No Tribunal de Contas, pude distinguir os traços comuns de muitos gestores públicos, suas qualidades, defeitos, e recorrentes práticas. O aspecto político distorcido da atuação do gestor administrativo demonstrava uma enorme dificuldade de se consagrar o interesse público em todas as medidas administrativas e atos de gestão. Com certa consternação admito que durante o meu período como Procuradora no Ministério Público de Contas, era muito raro identificar na figura do gestor público o foco genuíno no interesse público no exercício de suas funções. Das diversas gestões e governos que transcorreram durante meu período no Ministério Público de Contas, constatei que, muitas vezes, as decisões administrativas se apontavam para um benefício que extrapolava a governança e o efetivo poder de um determinado gestor (em geral, agente político), tanto de forma mediata quanto imediata. Em vista dessa triste realidade, penso na reflexão de nos escritos de Ítalo Calvino,

Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.” (Cidades Invisíveis, Ítalo Calvino) p. 156.

Entre 2006 e 2008, fui nomeada para o cargo de Procuradora-geral do Ministério Público de Contas – mais um obstáculo que me fez adiar o ano sabático destinado ao pós-doutorado iniciado em 2002. Esse biênio foi pontuado por expectativas imensas e adversidades. Assumir a gestão de uma instituição com atribuições constitucionais e legais múltiplas já era, por si só, portadora de adversidades variadas. Acresceu-se à árdua função de administrar a entrada em

vigor: a nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná entrava em vigor depois de quase quatro décadas¹⁶. De outra parte, a inovação essencial e ampla, necessária à modernização da estrutura funcional, orgânica e procedimental, associada à urgência de renovar a práxis interna e externa da Corte, permitiu-me testemunhar a raridade da gênese do poder regulamentar ao participar da elaboração e, na sequência, do aprimoramento do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná.

Todavia, analisando reflexivamente o passado de 23 anos no cargo de Procuradora do Ministério Público, reconheço que meu ciclo se iniciou pela descoberta e compreensão das complexidades inerentes à atuação da Administração e o seu sistema de controle e, então, identificados os percalços e imperfeições, empenhei-me durante esses anos na carreira para o aperfeiçoamento deste sistema institucional. No emaranhado de interesses, dificuldades e incoerências, busquei preservar aquilo que eu realmente acreditava que faria algum contraste na gestão pública, abrindo sempre o espaço para as críticas e aportes acadêmicos a que tinha acesso na docência e pesquisa na Universidade Federal do Paraná. Apesar disso, a conjugação de utilizar conhecimentos obtidos na academia, imaginando a aplicação do direito como ele deveria ser para atender aos interesses legítimos da sociedade, assim como a frustração de que talvez seja impossível alterar o sistema somente a partir da instituição do Ministério Público de Contas, contribuiu para a minha decisão de aposentar no cargo.

Como nada é sem alguma compensação, no Núcleo de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento – PRO POLIS, crescia a cada dia mais a procura pelo retorno das atividades e, com ela o ímpeto de direcionar as energias ao ambiente acadêmico, com diversos projetos de pesquisa em andamento. Isso acompanhado de um número volumoso de alunos e orientações em todos os níveis da docência.

¹⁶ Lei Complementar 113/2006, que revogou a Lei Estadual 5615/1967.

5. As atividades docentes na Faculdade de Direito

Nesta seção explorarei especificamente as minhas atividades acadêmicas na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, incluindo a docência, a participação e organização de grupos de pesquisa, a associação a instituições de pesquisa diversos, participação em congressos e eventos acadêmicos e as posições administrativas que assumi na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

5.1. Docência na Universidade Federal do Paraná

Em dezembro de 1994, 11 anos após o término do meu curso de graduação, é publicado edital de abertura de concurso público para professor de Direito, dentre outras disciplinas, na Universidade Federal do Paraná. Naquela ocasião, tive a grata satisfação de estar ao lado do Professor Doutor Luiz Alberto Blanchet no certame que se findou em 8 de março de 1995, tornando-me professora na mesma casa em que tive meu primeiro contato com o estudo do Direito e toda a formação acadêmica, da graduação ao doutorado.

Seguindo o rito de passagem para todos que adentravam na Faculdade de Direito da UFPR, fui designada para ministrar aulas de Direito Administrativo no Curso de Administração, no Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Uma experiência estimulante e enriquecedor. Nos anos de 1995 a 1997, aprendi como ministrar aulas para alunos que não tinham a mesma de abstração dos estudantes de Direito e onde o conhecimento, por óbvio, tinha outra racionalidade predominante, a privada. Os estudantes de Administração analisavam o agir administrativo e os princípios que o regem fora de um contexto que levava em conta a formação do Estado, a teoria política, os direitos fundamentais e a democracia. Nos moldes daquilo que a cientista política norteamericana Wendy Brown¹⁷ descreve sobre a configuração do Estado contemporâneo, os estudantes do curso de Administração enxergavam a Administração Pública tão somente nos padrões corporativos, alinhando a

¹⁷ BROWN, Wendy, *We Are All Democrats Now...*, in: ALLEN, Amy (Ed.), **Democracy in What State?**, New York: Columbia University Press, 2010, p. 44–57.

gestão com o conceito de custo-benefício, lucro e eficiência. É claro que estes atributos também devem pautar a Administração Pública, mas sob a ótica do Direito e da Constituição como vértice do sistema normativo.

Em 1997 passei a lecionar na Faculdade de Direito, dando aulas de Direito Administrativo para as turmas do 5º ano e, persisto ministrando-a até o momento.

No ano seguinte, assumi a disciplina optativa (hoje denominadas de tópicas) “Novas tendências do Direito Administrativo”, e que permitia o estudo aprofundado de temas específicos do Direito Administrativo.

Sobre das disciplinas optativas, ministrei conteúdos diversos: Direito Municipal, Direito Urbanístico, Controle da Administração Pública, Licitações e Contratos Administrativos, Princípio da boa-fé na Administração Pública.

Após concluir o doutorado e possuir a devida qualificação, fui designada para assumir disciplinas na pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPR, em 1999, para os cursos de mestrado e doutorado. As disciplinas, até a atualidade, são denominadas de “Fundamentos do Direito Administrativo”, “Direito Administrativo e Estado Contemporâneo” e “Crítica do Direito Administrativo”.

Nos anos de 2005 e 2006, permaneci com a disciplina de Direito Administrativo e assumi a optativa de Direito Municipal, presente no currículo pleno do curso de bacharelado em Direito desde sua inclusão pelo ajuste curricular de 1996. A disciplina tinha como conteúdo a estrutura federativa brasileira, as formas de autonomia municipal (política, administrativa, financeira e metropolitana), assim como as competências legislativas do município e noções sobre a inconstitucionalidade de leis municipais. A temática também me era muito cara pois os instrumentos que se relacionavam diretamente a questões de política urbana municipal, a exemplo, dentre outros, o plano diretor, o parcelamento, uso e ocupação do solo, o zoneamento ambiental. E, ainda, pelo atrelamento dos temas ao meu cotidiano no Ministério Público de Contas já que a fiscalização do Tribunal de Contas do Paraná abarcava assuntos da mesma natureza. Reunião, uma vez mais, da teoria e com a práxis.

5.2. Núcleos de Pesquisa e Associações

Em adendo às atividades de docência na graduação e pós-graduação do curso de Direito, também participei ativamente na criação e administração de núcleos de pesquisas e projetos acadêmicos atinentes ao Direito Administrativo.

Em 2000, adentrei ao Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul -NEPUSUL, coordenado, à época, pelo Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. Este núcleo de pesquisa objetivava analisar criticamente, sob o Direito Público, os acordos internacionais que estruturaram o Mercado Comum do Sul, pensando o direito a partir da concepção transnacional e em vista do fenômeno da globalização. Das atividades desenvolvidas pelo Núcleo, destaco minha participação na conferência “Direito Administrativo Contemporâneo Francês”, em 31 de agosto de 2000. A conferência reuniu administrativistas de toda ordem (Professores Odete Medauer, Gustavo Henrique Justino de Oliveira, Romeu Felipe Bacellar Filho, dentre outros) e teve como a sua principal conferencista a Professora Jacqueline Morand-Deviller, que posteriormente se tornou a minha supervisora no programa de pós-doutorado da Université Sorbonne Paris 1- Panthéon.

Em 2004, estruturei o Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento – PROPOLIS, nos moldes do SERDEAU (*Sorbonne Études et Recherche en Droit de l'Environnement, de l'Aménagement, de l'Urbanisme*)¹⁸, em virtude do vínculo que tinha, à época, do primeiro pós-doutorado.

O PRO POLIS visa o estudo multidisciplinar de temas atinentes ao planejamento e desenvolvimento de políticas públicas urbanas, a gestão administrativa democrática, a participação popular, o direito à moradia, e os direitos socioambientais. Dentre as diversas atividades de pesquisa desenvolvidas no núcleo, menciono organização do I Colóquio Brasil-França:

¹⁸ Hoje Serdaut- Sorbonne Études et Recherche en Droit de l'Environnement, de l'Aménagement, de l'Urbanisme et du Tourisme, vinculado à Sorbonne Paris 1 - Panthéon

Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental, nas dependências da Universidade Federal do Paraná.

O Colóquio foi realizado em maio de 2014, tendo sido organizado com o intuito de promover o debate acerca da interseção entre estudos urbanísticos e jurídicos, com os Professores Norbert Foulquier, Jean-Philippe Brouant, ambos da Université Sorbonne Paris 1 – Panthéon, Frédéric Rolin, da Université Paris-Sud, e a Professora Dra. Rosangela Marina Luft, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Os debates tidos no Colóquio serviram de base para a organização de um livro dedicado ao Professor Jean-Philippe Brouant, que viria a falecer em junho daquele mesmo ano. Era pesquisador especialista em Direito Público na área de bens públicos, junto ao Departamento de Geografia da Université Sorbonne Paris 1 – Panthéon. Sua trajetória acadêmica foi marcada pela preocupação constante com o direito urbanístico, o direito de moradia, e a gestão do território, temas centrais em uma gama de projetos explorados no PRO POLIS. Além disso, foi, por muitos anos, o co-diretor do SERDEAUT e que, como mencionado acima, influenciou a estruturação do Núcleo de Pesquisa na Universidade Federal do Paraná.

O livro foi publicado em 2017, com o título “Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental: Fronteiras e Interfaces Contemporâneas”, e reuniu uma coletânea de artigos, resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo de pesquisa durante os anos acadêmicos de 2014 e 2015. Apesar de o conteúdo permear três universos aparentemente distintos – o Direito Administrativo, o Direito Urbanístico, e o Direito Ambiental, a obra se propôs a desfazer esta percepção, explorando os diversos pontos de contato sem divergir, contudo, do núcleo duro e específico de cada ramo. O fio condutor, portanto, foi a cogitação de que o direito pode, de diversas maneiras, ser um dos movedores de uma estruturação mais consentânea com os compromissos constitucionais e a realidade que se faz presente.

Em 2017, em razão de temas comuns e pelas preocupações compartilhadas pelo Direito Administrativo, Constitucional, Financeiro e Ciência Política e Direito Humanos estruturou-se o Centro de Estudos da Constituição – CCONS, formado pelo Núcleo de Constitucionalismo e Democracia: Filosofia e Dogmática Constitucional Contemporâneas, Núcleo de Direito e Política

(DIRPOL); NESIDH (Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos) e o PRO POLIS a ele aderiu. Foi um esforço conjunto, de dedicação e maturidade científica e das relações harmoniosas que regem os professores (e alunos) que o compõem. Igualmente, um espaço plural de discussão, deliberação e intervenção acadêmica e social no contexto do constitucionalismo e da democracia na República brasileira, e o Direito Público em toda a sua extensão e profundidade.

Refiro-me com especial carinho aos meus colegas (e amigos) do CCONS, Professores Vera Karam de Chieri, Katya Kosicki, Estefânia Maria Barbosa de Queiroz, Rodrigo Kanayama, Fabrício Tomio, Melina Fachin que idealizaram a junção dos núcleos.

Além disso, atualmente, participo do Grupo de Pesquisa Direito, Cidade e Terra - DICIT, do Setor de Tecnológicas da Universidade Federal do Paraná, com referenciais interdisciplinares, unindo noções de tecnologia advindas da Engenharia de transportes, Arquitetura, Estatística, Geografia e o Direito para o planejamento urbano.

Por fim, faz-se necessário mencionar minha inserção no grupo interdisciplinar de pesquisa SENSED (Space, Society and Development), ligado ao Programa Institucional de Internacionalização promovido pela CAPES (CAPES/Print). Partindo de uma premissa multidisciplinar, este grupo trata dos desafios que se apresentam ao conhecimento e à interpretação do mundo contemporâneo, relacionados, em particular, às dimensões espacial, econômica e social da realidade, a fim de entender como essas modificações alteram práticas sociais e relações de poder. Este grupo foi formado para estimular os vínculos com as universidades estrangeira a fim de aproximar conhecimentos e experiências.

No que se refere a Institutos externos à UFPR, sou membro fundador do Instituto Paranaense de Direito Administrativo desde 1992. Em 1996, ingressei no Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e em 2012 no Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Em 2015, ingressei como sócia na Associação Ítalo-Brasileira de Professores de Direito Administrativo e de Direito Constitucional (AIBDAC), que se reúne a cada dois anos. Por fim, em 2017 adentrei à Association Henri Capitant, associação fundada em 1935 com o intuito de

promover e difundir conhecimentos jurídicos de sistemas normativos de tradição civilista e que se relaciona a aspectos de Direito Urbanístico.

5.3. Projetos de Pesquisa na Graduação

Na graduação e desapegados dos grupos de pesquisa institucionais, organizei projetos de pesquisa individuais, com o intuito de abarcar uma gama de alunos em seus projetos de Iniciação Científica.

Assim, em 2014, dei início a um projeto que investiga os mecanismos de controle da Administração Pública, a partir da análise teórica e empírica de casos concretos advindos a atividade de controle dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário. A pesquisa abrange os vários setores nos quais há previsão constitucional de controle – interno, externo e dos demais gestores e beneficiários de recursos públicos.

No ano seguinte, instaurei um novo projeto de pesquisa alinhado ao tema de minha investigação de pós-doutorado, analisando as consequências sociais do silêncio da Administração Pública, assim como a sua natureza jurídica e as medidas de controle estabelecidas pelo poder Judiciário. Compreendendo que nos parâmetros de um Estado Democrático de Direito, não há discricionariedade que sirva de baldrame para o silêncio do administrador em face de dada pretensão que lhe seja submetida. Sujeita a Administração Pública ao ordenamento jurídico a partir do princípio da legalidade, o projeto se propôs a investigar as formas em que o ordenamento jurídico pode prever soluções úteis para o vazio provocado pelo silêncio administrativo, assim como consubstanciar os danos e prejuízos decorrentes da omissão ilegal para fins de responsabilização do Estado.

O mais recente projeto de pesquisa, intitulado “Direito à Cidade: a amálgama do público e do privado no urbano” parte da premissa do direito à cidade, compreendendo-a em toda a sua complexidade. A cidade, pano de fundo profícuo em transformações, em nenhuma linearidade estrutural e de formação, fértil em mutabilidade (perceptíveis e imperceptíveis) de adensamento e de rarefação humana e material, de valores e de desvalores individuais e coletivos, de inclusão e de exclusão.

5.4. Simpósios e Conferências

No transcorrer dos anos de docência na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, tive a oportunidade de organizar e fazer parte de um extenso número de colóquios, simpósios, e conferências acerca do Direito Administrativo, Constitucional, Urbanístico e Ambiental.

Como se observa no currículo Lattes anexado, foram mais de 50 eventos nacionais internacionais em que apresentei trabalhos, presidi mesas de debate, e configurei como palestrante e, dos mais recentes, ressalto a participação em dois eventos de grande magnitude no Direito Público, organizado por associações internacionais que reúnem professores e acadêmicos de todo o globo.

Em julho de 2017, participei da conferência internacional do ICON-S, sediada nesta ocasião em Copenhague, Dinamarca, que teve como recorte temático a proposta “Courts, Power, and Public Law”. Nesta conferência, apresentei artigo acerca do papel do controle abstrato de constitucionalidade frente à busca do consensualismo nas decisões judiciais, partindo de um estudo comparado da estabilidade democrática no Brasil, México, Espanha e Portugal. Ainda em 2017, palestrei no 8th Constitutional Law Colloquium, sediado e organizado pela School of Law da Loyola University Chicago. Neste colóquio, apresentei o artigo “Cultural Heritage: Similarities and Differences between the Decisions of the Constitutional Courts of Brazil and Italy”. E, em 2018, na mesma universidade Americana, participei do 9th Constitutional Law Colloquium, com o texto “Land tenure regularization: 30 years of constitution”.

5.5. Funções Administrativas

Fui coordenadora do curso de direito no biênio 1999/2000, assim como membro do colegiado do curso de direito em 2001. Atuei como chefe do Departamento de Direito Público entre os anos de 2002 e 2004, coordenando as atividades do departamento no âmbito institucional.

Nos anos de 2012 e 2013 compus os Conselhos Superiores da Universidade Federal do Paraná, o Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) e o Conselho Universitário (COUN), como representante titular do Setor de Ciências

Jurídicas. Etapa essa que me proporcionou a experiência do funcionamento da UFPR, além de ter feito excelentes amigos.

Neste ano de 2019, participo do Colegiado da Pós-graduação em Direito da UFPR, na condição de suplemente do Departamento de Direito publico.

6. A Produção Acadêmica

No que se respeita às publicações acadêmicas, publiquei artigos científicos, capítulos de livro, informativos jurisprudenciais, pareceres técnicos, e resultados e projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade Federal do Paraná, todos interligados a temas do Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental, seu aporte teórico e crítico, assim como a sua interseção com outros ramos jurídicos (Direito Constitucional, Direito Civil, em especial)

Destas publicações, destaco algumas mais relevantes que demonstram algumas fases da minha curiosidade acadêmica se modulou de acordo com novos interesses na análise crítica do Direito Administrativo e do Direito Urbanístico. Não há como resumir uma carreira acadêmica que se desenvolveu no transcorrer de mais de duas décadas, contudo, presumo que a apresentação das reflexões teóricas em artigos selecionados possa delimitar, de uma forma mais clara, as incursões acadêmicas das quais fiz parte, assim como as posições hermenêuticas que tomei frente no estudo crítico e doutrinário nas minhas pesquisa e, igualmente, da práxis.

Primeiro artigo destacado

A primeira publicação que classifico como determinante para a representação de minha carreira acadêmica trata-se de artigo publicado na Revista de Direito Administrativo e Constitucional e que tem sido objeto, desde 2014, das disciplinas que leciono no mestrado e doutorado.

O artigo “Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo”¹⁹ traz alguns dos fundamentos necessários para a compreensão da gestão pública e a atribuição fiscalizadora do Tribunal de Contas enquanto agente de controle externo e visa incorporar uma análise da discricionariedade administrativa frente ao planejamento estratégico de suas atividades, assim como a consagração de seu objeto fim.

¹⁹ Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 40, p. 13-31, 2010.

Explorei neste texto uma função pouco reconhecida dos Tribunais de Contas, a orientativa, onde se compreende as Cortes de Contas como auxiliadoras da Administração Pública no alcance dos escopos que a sociedade dela exige e que a Constituição da República ordena. Isto, pois, seguindo as premissas dos autores que me formaram no Direito Administrativo²⁰, a gestão e a Administração Pública intimamente conectadas aos objetivos e princípios constitucionais, de forma que o governo – cuja atribuição é o ajuste de escopos, diretrizes e estratégias – se encontra submisso a todo o ordenamento jurídico quando da eleição e execução de políticas públicas. A premissa do raciocínio é a de que os fins do Estado se atrelam à concretização da dignidade humana e na ação promotora de direitos fundamentais em todas as suas instâncias de atuação.

Nesse quadro, é fundamental reconhecer o planejamento estratégico como pressuposto da ação administrativa eficiente para tais fins, e que se ao estabelecimento de certas diretrizes e parâmetros que contribuam para a estruturação de uma dogmática jurídica própria das políticas públicas, com vistas ao controle de suas finalidades e à promoção de seus objetivos finais.

No sistema nacional, a atividade de fiscalização autorizada pela dicção do artigo 71, da Constituição da República de 1988, deve transcender os limites tradicionais no que tange ao conteúdo próprio da ação administrativa. Eis a razão pela qual há se que atribuir ao Tribunal de Contas a tarefa de monitorar as políticas públicas e, mais que isso, a gestão pública no seu sentido mais amplo.

Assim, uma vez reconhecidos os Tribunais de Contas enquanto Cortes diversas da lógica do Poder Judiciário, a eles devem ser atribuídas competências de exame da gestão administrativa em toda a sua complexidade, incluindo o exame da discricionariedade que é sítio e de todo o desempenho dos gestores públicos. Afinal, tanto a Administração Pública quanto os Tribunais de Contas estão assujeitados a um único e maior objetivo: a resposta à sociedade da sua própria razão de ser, mediante a concretização da dignidade da pessoa e da promoção dos direitos fundamentais.

²⁰ Celso Antônio Bandeira de Mello, dentre outros

Portanto, este artigo traz a inquietação, de longa data, quanto as possibilidades de controle da administração pública, inserida tanto no meio acadêmico quanto no desempenho das minhas funções perante o Ministério Público de Tribunal de Contas, pois remete à compreensão de que a discricionariedade do administrador público não se trata de uma liberdade universal, encontrando, no ordenamento jurídico. Encerro o ensaio afirmando que “a ênfase constitucional dada às políticas públicas está a compelir os Tribunais de Contas a inserir, em seu plano de atuação, a fiscalização, em sentido amplo, das políticas públicas”.²¹

Segundo artigo destacado

Um segundo artigo em destaque foi publicado em 2011, intitulado “Perspectivas do desenvolvimento urbano à luz do direito fundamental à cidade”

Naquele ano, participei no I Congresso da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo enquanto palestrante. O evento foi organizado pela REDOEDA em 2011, para consolidar o convênio firmado entre instituições de ensino argentinas, espanholas, italianas e brasileiras, e proporcionar o intercâmbio de conhecimento entre professores e alunos de graduação e pós-graduação das diversas universidades latino-americanas e europeias na área de Direito Administrativo. O tema central do congresso se relacionava-se com o fenômeno da globalização, frente aos direitos fundamentais e o desenvolvimento econômico e socioambiental. Os anais do congresso foram publicados em forma de livro “Globalização, Direitos Fundamentais, e Direito Administrativo: Novas perspectivas para o Desenvolvimento Econômico e Socioambiental”.²²

²¹ COSTALDELLO, Angela Cassia. Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 40, p. 28.

²² COSTALDELLO, Angela Cassia. Perspectivas do desenvolvimento urbano à luz do direito fundamental à cidade. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). **Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo: novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental** (Anais do I Congresso da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo). 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. , p. 85-92.

Convidada a palestrar, tomei como tema as conexões existentes entre o desenvolvimento urbano e as construções jurídico-doutrinárias que remetem ao direito fundamental à cidade. Tanto a palestra quanto o artigo publicado se evocaram a compreensão do direito fundamental à cidade frente às problemáticas de sua promoção e tutela no âmbito socioambiental brasileiro. Pensar o ambiente urbano e os direitos fundamentais é pertinente e propício em face das transformações ambientais que se observa em todo o planeta. A realidade urbana é, a meu ver, aquela que intervém de maneira mais contundente na vida dos indivíduos, de maneira perceptível e também imperceptível, com influências diretas e indiretas e que são umbilicais ao exercício de outros direitos e garantias fundamentais.

Se já no medievo se reconhecia a importância dos burgos e aglomerações urbanas para além de espaços de habitação, como o *locus* propício para o desenvolvimento de relações sociais e comerciais e verdadeiros núcleos de poder, na contemporaneidade, o conceito de cidade se desprende de sua materialidade, excede a disposição concreta de seus edifícios, de seu arruamento, da sua distribuição de praças, e do estabelecimento de zonas de lazer, de convívio, e de comércios. Explicar o que é uma cidade no mundo contemporâneo é tarefa que exige o acatamento de elementos históricos, econômicos e sociais que se relacionam em diferentes parcelas dos territórios e com intensidades distintas e específicas. Compreendê-la em toda sua ambiência deságua no fato de que a administração do território urbano também está permeado de uma multiplicidade de interesses, e esta pluralidade se ata à diversidade de direitos, deveres, destinatários e titulares que se encontram todos no ambiente urbano. A cidade se torna, portanto, uma arena de multiculturalidade, em que as profundas diferenças entram em embate continuamente, daí a função fundamental do Estado de promover e garantir a efetividade dos direitos fundamentais.

O fenômeno da globalização também repercute no desenvolvimento exponencial das tecnologias de informação e contribui com o desenvolvimento social e econômico das cidades. Mesmo atentando para as cidades informacionais, o urbano se mantém enquanto ambiente de incertezas em face da natureza incontável dos fatores mutáveis que impendem a sua resignificação. É dizer, observa-se na cidade um espaço de revelações

multiculturais que demonstra a fragilidade espacial e humana sob o influxo, muitas vezes sutil, mas que também pode ser violento, das variáveis incalculáveis do século XXI, transcendendo as fronteiras entre a tecnicidade, a ciência e a arte. O conjunto destes três aspectos resulta na qualificação da funcionalidade da *urbe*, impactando os planos de ordenação urbana e a definição das parcelas do solo que dependem de mais ou menos desenvolvimento.

Também neste artigo, o planejamento merece evidência por ser um dos instrumentos essenciais que assegura o desenvolvimento da cidade enquanto espaço que expande as potencialidades humanas individuais e coletivas, conformando o *direito à cidade*.

Entretanto, há uma série de obstáculos à realização do direito fundamental à cidade no contexto brasileiro. Primeiro, há uma dificuldade em se estabelecer o planejamento urbano a curto, médio e longo prazo. Não se observa no Brasil a cultura do planejar, do estabelecimento de metas e estratégias para a cidade. Não há também a conservação das características locais no momento do desenvolvimento dos espaços urbanos, sendo as raízes culturais eliminadas sob o argumento e o feitiço momentâneo de algo travestido de moderno, mas que muitas vezes não o é.

A ideia de direito à cidade, assim, é ínsita aos deveres do Estado relativamente às políticas públicas de moradia, de saneamento, de implementação da infraestrutura urbana e à necessidade de gestão dos diversos interesses e valores que se encontram no ambiente urbano, pois

É nesse locus de ruas (nem sempre planejadas adequadamente), de praças (sem qualquer segurança ou sem providência de resguardo à saúde pública), de edifícios (não incomumente com estrutura insegura, encobertos ou encobrindo outros, sem iluminação natural e sem sol), de construções ditas residenciais (insertas no emaranhado de edifícios, sem segurança e desprovidas de condições mínimas de habitualidade), de vazios urbanos (desempenhadores de papel especulativo), de transporte coletivo oneroso e de infraestrutura precária ou inexistente (água potável, esgoto, saneamento básico), que os direitos fundamentais à vida digna, à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança se mostram de maneira contundente.²³

²³ COSTALDELLO, Angela Cassia. Perspectivas do desenvolvimento urbano à luz do direito fundamental à cidade. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo: novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental (Anais do I Congresso da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo). 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 91

Neste compasso as relações Estado-sociedade destinam-se à solução de questões sociais, de forma que o Estado intervém com o intuito de promover e realizar a concretização dos direitos fundamentais constantes do texto constitucional, em particular o direito fundamental à cidade – e à vida, ambos amalgamados em uma relação de interdependência.

Terceiro artigo destacado

Em 2015, em parceria com a Professora Karin Kässmayer, produzi um artigo explorando os aspectos críticos da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana. O artigo é titulado “A redução da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana: novos desafios para a elaboração de políticas públicas”²⁴.

A partir análise da realidade urbanística brasileira, o estudo se propôs a analisar a perspectiva da redução da discricionariedade administrativa frente à consagração do princípio da sustentabilidade urbano-ambiental, especialmente no que tange à elaboração de políticas públicas de mobilidade urbana.

O estudo se desenvolve a partir do pressuposto de que os espaços urbanos estão agudamente correferidos aos reflexos da crise ambiental. Dessa forma, entende-se que as perturbações do sistema ecológico-urbano decorrem de diversos fatores, que incluem a falta de planejamento, o direcionamento prioritário de políticas públicas a áreas abastadas, a aglomeração populacional, a precarização das condições de habitação, e a superpopulação. Isso implica no estabelecimento de ambientes urbanos em que as condições de higiene e segurança estão abaixo do mínimo de dignidade que o compromisso constitucional requer.

Em adição a estas circunstâncias, observa-se a expansão do subemprego e a extensão da marginalidade de forma geográfica e social, ocasionando na ocupação de áreas de proteção ambiental, o que incorre na sua deterioração. O déficit habitacional para famílias de baixa renda favorece a

²⁴ Trabalho apresentado no I Encontro de internacionalização do CONPEDI, em Barcelona, e em seguida publicado em obra organizada pelos professores Antônio Carlos Diniz Murta e Norma Sueli Padilha, intitulada “Direito Administrativo, Direito Ambiental, Direito Tributário e Sustentabilidade”.

proliferação de moradias irregulares e ilegais, cujas consequências são percebidas no impacto ambiental urbano a partir do aumento da vulnerabilidade dos riscos socioambientais. Isto pois as ocupações irregulares em áreas de encosta, áreas localizadas em todos de morro, e áreas onde foram instalados aterros de lixo, por exemplo, geram grandes desastres urbanos.

Diante dessa realidade inescapável, há que se assinalar e compreender o papel muitas vezes segregador das leis urbanísticas, assim como os efeitos nefastos da noção conservadora e individualista da propriedade imobiliária urbana. Nesse sentido, os sistemas econômico, político e jurídico contribuem para a precariedade habitacional, expandindo as desigualdades sociais, pois, não raro, os excluídos socialmente habitam áreas de preservação ambiental, impróprias para o uso habitacional, assim como os gestores públicos atuam a contento da legislação ambiental. Além do mais, há ainda que se pensar em uma crítica interna à própria legislação urbanoambiental que seguidamente expressa a tradição de planejamento urbano elitista e tecnocrática, com critérios dissociados das realidades socioeconômicas de acesso ao solo urbano, o que contribui para a proliferação de núcleos de moradias ilegais em zonas periféricas.

Portanto, a percepção das cidades deve partir da preocupação sócio-urbano-ambiental crescente, assim como à sustentabilidade. Isso decorre diretamente do princípio constitucional, vez que a Constituição da República considera o meio ambiente um bem jurídico autônomo em relação aos demais bens jurídicos protegidos. Resta, assim, estabelecido que a proteção ao meio ambiente se vincula com a proteção de seu equilíbrio ecológico, buscando-se a maximização das suas características ecológicas originárias.

As políticas urbanas e a funções sociais da propriedade e da cidade se integram à salvaguarda do meio ambiente. Tanto assim o é que o Estatuto da Cidade define as diretrizes para a construção da sustentabilidade urbanoambiental, com garantias que envolvem direitos individuais assim como sociais (como o saneamento, a infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos, etc.). Somam-se a estes a garantia ao direito difuso à ordem urbanística e a gestão democrática das cidades expressa na gestão orçamentária participativa como condição obrigatória para a aprovação do orçamento pelo Legislativo Municipal (Art. 4º, inc. II, letra “f” do Estatuto da Cidade), além da

criação de órgãos colegiados de política urbana (conselhos), bem como a previsão de instrumentos jurídicos para avaliação de impactos (estudo de impacto de vizinhança - Art. 36).

O direito à cidade, multidisciplinar, une o direito urbanístico ao direito ambiental, a fim de incorporar medidas racionais de reutilização da água, energia solar e resíduos sólidos, assim como de promover a acessibilidade e garantia da mobilidade urbana, todos atrelados ao bem-estar da coletividade. É, portanto, imperativo que na esfera municipal, os gestores públicos tenham o dever de promover a sustentabilidade por meio do estabelecimento de um documento legal detentor de diretrizes gerais passíveis de implementação local, evitando conflitos e respeitando a biodiversidade do ecossistema, além de possibilitar a precaução aos riscos urbanos.

Para além do Estatuto da Cidade, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) consolida o direito à cidade e à sustentabilidade urbana, e tem como objetivos centrais o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e gestão democráticos. Por conseguinte, seu fim último é a consolidação de um dos direitos fundamentais sedimentados na Constituição, unindo a agenda ambiental e urbana.

O ponto central nesta normativa é a redução da discricionariedade administrativa e a coerência com os objetivos de consolidação do direito fundamental à sustentabilidade por meio da mobilidade urbana. Concebido como o campo de liberdade concedido ao administrador público pela ordem jurídica, a discricionariedade administrativa é um elemento fundamental que comanda a o exercício da ação administrativa em todos os setores da sociedade onde se vislumbra a presença, mais ou menos intensa, do poder.

A Lei nº 12.587/2012 reduz a discricionariedade com a enunciação das prioridades que devem ser seguidas e atendidas pelo Poder Público e, que de modo mais enfático há uma limitação à discricionariedade em especial em seu artigo 25, o qual estabelece que os entes federativos *farão constar em seus respectivos projetos plurianuais e de leis de diretrizes orçamentárias as ações programáticas e instrumentos de apoio que serão utilizados, em cada período,*

para o aprimoramento dos sistemas de mobilidade urbana e melhoria da qualidade dos serviços.

Ao tocar expressamente no planejamento orçamentário - seara intocada senão pelos comandos constitucionais, de destinação de recursos para saúde e educação - com direcionamento inequívoco para uma política pública (mobilidade urbana e melhoria de serviços a ela pertinentes), resta inquestionável certo grau de cerceamento à discricionariedade, até então sem vetores para a realização de investimento público vinculante.

Ao instituir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o diploma legal provoca uma inovação e um considerável avanço no regramento do agir administrativo — desde a decisão primeira, consubstanciada na consignação de recursos nas diretrizes orçamentárias para uma dada finalidade, até sua execução — ao atingir a discricionariedade, dando-lhe padrões e fronteiras relacionadas ao estabelecimento de uma política pública. Este aspecto é tema parco em disciplina normativa, porque, corriqueiramente, deixado à liberdade dos Administrador público.

Portanto, não é aberta qualquer possibilidade ao administrador público de alijar ou postergar (tomar a decisão ou não e decidir quando) quaisquer medidas que não em estrito cumprimento dos *standards* legais. Essa afirmação é corroborada ante à imposição de inserção das políticas de mobilidade urbana como uma das prioridades a serem atendidas, inclusive na esfera orçamentária.

As decisões políticas do gestor administrativo, muitas vezes falham em realizar e promover o direito à cidade e o direito fundamental à qualidade de vida urbana sadia em seus termos constitucionais. Neste sentido, é importante reconhecer que o núcleo duro da Política Nacional de Mobilidade Urbana incide na redução da discricionariedade do gestor público, em todas as instâncias federativas. É dizer, a sustentabilidade como princípio constitucional faz nascer uma obrigação sobre a atividade administrativa e, conseqüentemente, sobre as decisões do administrador ao não lhe ser concedida qualquer liberdade, concluindo-se pela conformação da discricionariedade administrativa em aspectos fulcrais da ação do Poder Público.

Antes desse marco legal, sem os parâmetros normativos claros, era possível sustentar uma liberdade mais ampla do Administrador público no momento de decidir - entre várias necessidades e poucos recursos - qual

prioridade a ser escolhida para o investimento público. Esse proceder não mais encontra apoio na ordem jurídica quando se está a tratar da mobilidade urbana, uma vez que os *standards* nucleares da Política Nacional de Mobilidade Urbana que diminuem fortemente a discricionariedade, visam atribuir efetividade às políticas públicas de todas as instâncias federativas.

Quarto artigo destacado:

Também em 2015 publiquei um segundo artigo em conjunto com a Prof. Karin Kässmayer acerca do novo marco normativo estabelecido pela Lei 13.123/2015, que regulamentou o art. 225 da Constituição da República. O artigo intitulado “A tutela do patrimônio cultural brasileiro sob a perspectiva da proteção do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético: os desafios do novo marco normativo brasileiro estabelecidos pela Lei 13.123, de 20.05.2015”²⁵ e analisou de forma pormenorizada o sistema de proteções aos bens culturais materiais e imateriais disposto pelo ordenamento jurídico brasileiro.

A Lei 13.123/2015 foi estabelecida como marco regulador do art. 225 da Constituição da República, que define a imposição ao Poder Público e à coletividade, do dever solidário de defesa e preservação do meio ambiente. A Constituição vigente, portanto, estabelece tanto um direito quanto um dever fundamental, materializado sob as premissas dos deveres de cautela, proteção integral, e agir precaucional diante dos riscos inerentes ao meio ambiente.

Em específico, o instrumento normativo de 2015 se concatena com regulamentação dos §§ 1º, II, e 4º, do art. 225, CRFB/88, que dispõe especificamente acerca da preservação da diversidade e integridade do patrimônio genético brasileiro, assim como da fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético, e também define a proteção dos grandes biomas brasileiros (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense, e Zona Costeira).

²⁵ COSTALDELLO, Angela Cassia; KÄSSMAYER, Karin. A redução da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana: novos desafios para a elaboração de políticas públicas. In: MURTA, Antonio Carlos Diniz; PADILHA, Norma Sueli. (Org.). Direito administrativo, direito ambiental, direito tributário e sustentabilidade. 1ed.Barcelona: Ediciones Laborum S.L., 2015, v. 12, p. 219-236.

Não se busca somente a proteção da diversidade biológica, mas também a tutela do conhecimento tradicional associado a esta biodiversidade. É dizer, a tutela regulamentada pelo diploma legal se dirige às práticas individuais e coletivas das comunidades indígenas e tradicionais que se relacionam à biodiversidade protegida. Portanto, o estudo teve como primeiro objetivo comprovar, no contexto da Lei 13.123/2015, a importante interface existente entre a proteção do meio ambiente natural e a do patrimônio cultural, garantidos nos artigos 216 e 225 da CRFB/88. Seguindo esta premissa, analisou-se as medidas protetivas do conhecimento tradicional associado, conceituado pela legislação como “a informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre a propriedade ou usos diretos ou indiretos associados ao patrimônio genético” (inciso II do art. 2º da Lei 13.123, de 2015), sob o enfoque de sua natureza jurídica de bem cultural imaterial, conformando portanto o patrimônio cultural brasileiro.

Não é possível dissociar o novo marco regulatório sobre o uso da diversidade biológica disposto na Lei 13.123, de 2015, dos acordos e tratativas que culminaram na Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada em 16 de março de 1998 pelo Decreto 2.519. Enquanto um dos mais importantes acordos internacionais ambientais promulgados pelo País, a Convenção reconhece o valor ecológico, genético, social, econômico, científica, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica, responsabilizando o Estado pela sua conservação e utilização sustentável ao passo que garante os seus direitos soberanos sobre seus próprios recursos biológicos²⁶.

A incorporação da Convenção e suas diretrizes ao sistema normativo brasileiro se deu, de forma transversa, pela edição da Medida Provisória 2.186-16, de 2001. Apesar de transcorrer Projeto de Lei do Senado (PLS 305, de 1995), a Medida Provisória foi editada com certa emergência devido a um caso de biopirataria que gerou uma significativa repercussão nacional. A biopirataria incorre em danos ambientais severos, ao passo que muitas vezes repercute na

²⁶ É impossível não distanciar a discussão deste estudo com a atual situação política brasileira, em que muitas vezes a Presidência se utiliza de discursos nacionalistas, invocando a soberania e integridade territorial, para retirar o foco da sua omissão inconstitucional à proteção do meio ambiente e da biodiversidade.

exploração insustentável de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, há também um dano socioeconômico decorrente da prática, uma vez que ocorre a usurpação do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético sem qualquer contrapartida financeira destinada às comunidades exploradas.

A Lei 13.123/ 2015, segue os parâmetros normativos estabelecidos pela Medida Provisória, e concebe o patrimônio genético como um bem de uso comum do povo e instituindo procedimentos mais céleres para a repartição dos benefícios vinculados à exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

A partir do regramento disposto na nova legislação, é possível compreender mais amplamente o conceito de bens culturais e patrimônio cultural ao qual se defende tutelar.

Partindo da conceituação de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, de que o bem cultural é aquele bem jurídico que, além de ser objeto de direito, está protegido por ser representativo, evocativo ou identificador de uma expressão cultural relevante²⁷, alarga-se a concepção de bem cultural passando-se a entendê-lo ser entendido também como um bem imaterial. Dependente, ou não, de um suporte material de propriedade pública ou privada, contanto que expresse um valor de natureza cultural que lhe submeta a um regime jurídico especial assim será considerado.

Esta concepção de bem cultural se coaduna com a sistemática da Lei 13.123/2015, uma vez que este diploma legal visa a proteção de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético – bem cultural e difuso que ainda assim é passível de apropriação e exploração econômica por particulares. Isto implica na superação do conceito de “patrimônio histórico e artístico”, que retrata a cultura da humanidade em edifícios históricos e na arte, para o conceito de “patrimônio cultural nacional”, que reconhece os bens culturais imateriais enquanto expressão cultural que também deve ser protegida.

Assim sendo, neste estudo, concluiu-se que a instauração de novos procedimentos de tutela de direitos e garantias do patrimônio cultural imaterial

²⁷ SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2005, p. 36.

pela Lei 13.123/2015 se dá em conformidade ao disposto no art. 216 da Constituição da República brasileira, o que indica a rigidez e importância do novo diploma normativo no ordenamento brasileiro.

Quinto artigo destacado

No âmbito das atividades do Núcleo de Pesquisa PRO POLIS, em 2017, além da organização da obra, contribui com um dos capítulos do livro como resultado do grupo de pesquisa, intitulado “Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental - Fronteiras e interfaces Contemporâneas”²⁸.

No capítulo intitulado “A gestão pública e a complexidade da ação administrativa estatal: o desafio da contemporaneidade” analisei de forma crítica a gestão e a administração pública no contexto constitucional, buscando delimitar os instrumentos essenciais para uma ação administrativa eficiente que garanta a efetividade de políticas públicas.

O texto se destina a compor uma ponte doutrinária e programática que excede o plano do ser e do fazer, se relacionando aos aspectos basilares mais abrangentes do plano teleológico da gestão pública, em especial aquelas caracterizadas como essenciais e previstos constitucionalmente. Distinguem-se as sólidas percepções de Administração Pública, assentadas na rigidez estrutural e material, do conceito de gestão pública e políticas públicas, preconizado pela doutrina no mundo contemporâneo como setores que visam o estudo da alçada governamental dos agentes públicos e governantes.

O conceito de gestão pública tem ocupado o discurso político e jurídico no Brasil predominante, que se proveniente do processo de globalização e às reformas realizadas na administração pública em diversas regiões do globo. Em certa medida, a busca pela eficiência, em quaisquer dos setores onde a Administração Pública se faz presente deve convergir com as necessidades da

²⁸ BROUANT, J. ; KÄSSMAYER, Karin ; HOSHINO, T. ; GORS DORF, L. F. ; GONCALVES, E. D. ; ALMEIDA, M. V. C. F. ; CUNHA, I. M. ; FRANZONI, J. A. ; SILVA, J. C. B. ; GARCIA, J. C. ; LUFT, R. M. . A gestão pública e a complexidade da ação administrativa estatal. In: Angela Cassia Costaldello; Karin Kässmayer; Katya Isaguiere-Torres; Leandro Franklin Gorsdorff; Thiago Hoshino. (Org.). Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental - Fronteiras e interfaces Contemporâneas. 1ed.Curitiba: Editroa CRV, 2017, v. 01, p. 47-63.

sociedade civil, contudo, o quotidiano administrativo demonstra que o sucesso ambicionado poucas vezes é alcançado.

Um dos motivos para este fenómeno é o fato de as searas política e de governo estarem amalgamadas ao contexto da gestão pública, uma vez que essa se destina a delineação dos aspectos teóricos e práticos que determinam o funcionamento do governo. Dessa forma, o vínculo entre administração e governo se coaduna na busca, de ambos, da efetivação dos direitos fundamentais e sociais dispostos no bloco de constitucionalidade, o que impede a sua desvinculação.

Essa compreensão surge a partir de uma crítica às doutrinas administrativistas no intercorrer do século XX. A distinção entre ambos os conceitos é clara – a Administração pública, regida pela legislação, os procedimentos, a burocracia, operava de forma regulamentadora das ações governamentais e das decisões administrativas, estendendo o engessamento da dinâmica inerentes aos agentes públicos. Seguindo a linha destas considerações, acirrava-se a discussão entre política e administração, almejando-se a separação das influências da política no campo administrativo. Em contraposto, a corrente associada à noção de gestão e políticas públicas encontra sua definição a partir da sua premência de encontrar soluções em um quadro complexo e conflituoso, sua busca à compreensão de todo o sistema de interdependências governamentais, com o fito de se estruturar um planejamento, contemporizar as singularidades dos vários atores (públicos e particulares) que se colocam ante a sociedade civil, e a busca pela maximização da eficiência na gestão pública. Nesse sentido destaco a reflexão de Les Mecalfe:

no es tan só una búsqueda apolítica de la eficiencia técnica dentro de una estructura institucional determinada. La gestión pública de los años noventa debiera desarrollar nuevos conceptos y modelos de gobierno, los cuales altera los procesos de las políticas públicas, redefinirán los criterios de eficacia de una política y transformarán las pautas y procesos de responsabilidad pública, así como desplegarán técnicas de gestión más comunes.²⁹

É dizer, a gestão pública, diferente do paradigma anterior que considerava a Administração Pública, oferece um novo escopo de observação e

²⁹ METCALFE, Les. La gestión pública: de la imitación a la innovación. In: Lecturas de Gestión Pública. Coordenação de Quim Brugué e Joan Subirats. INAP, Madrid, 1999, p. 79.

investigação quanto aos papéis de ação governamental mais condizentes com as exigências contemporâneas. Este ponto de vista não se desassocia dos preceitos constitucionais do Estado brasileiro, uma vez que o objetivo-fim de qualquer gestão e política pública por ela instaurada se alia intrinsecamente com os objetivos da República, nos termos dispostos no Título I, do Texto Constitucional vigente.

Tal afirmação apresenta dois aspectos. O primeiro deles é a consideração de que submeter a gestão pública aos preceitos constitucionais exige que os gestores públicos sejam orientados pelos comandos constitucionais, pressupondo a realização de um planejamento convergente com os fins postos pela Constituição da República em toda sua extensão e intensidade.

Portanto, é necessário que, ao se considerar o planejamento e a gestão pública, com fundamento na boa administração, sejam postos contornos jurídicos precisos que possam “coibir possíveis e reprováveis desvios na escolha dos setores que receberão investimento público, assim como na execução das políticas públicas definidas”³⁰.

O segundo ponto que decorre da conformação da gestão pública aos preceitos constitucionais, tal como adequado em um Estado Democrático de Direito, se refere à possibilidade de controle com base nesse referencial das decisões discricionárias dos gestores públicos e dos governantes, desde o modo como uma política pública, incorporando todo o processo, da escolha, à definição dos destinatários, prazos e a execução das mesmas. Retomo aqui a discussão explorada no artigo “Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo”, publicado na Revista de Direito Administrativo e Constitucional em 2010.

Reitero o entendimento acerca do controle das decisões discricionárias do gestor público, indicando que

A fiscalização da gestão das políticas pública deve ter por referencial, por óbvio, os princípios constitucionais (implícitos e explícitos) e toda a ordem jurídica vigente. Os instrumentos orçamentários, jurídicos e legislativos utilizados permite apreciar o direcionamento das políticas

³⁰ COSTALDELLO, Angela Cassia. A gestão pública e a complexidade da ação administrativa estatal. In: Angela Cassia Costaldello; Karin Käsmayer; Katya Isaguiere-Torres; Leandro Franklin Gorsdorff; Thiago Hoshino. (Org.). **Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental - Fronteiras e interfaces Contemporâneas**. 1ed. Curitiba: Editroa CRV, 2017, v. 01, p. 56.

públicas (educação, saúde, saneamento básico e incontáveis outros misteres que podem e devem ser atendidos pelo Estado), a quem (os indivíduos e a coletividade que concretamente demandam aquela ação estatal planejada, maciça, efetiva e eficaz) e a licitude e legitimidade dos gastos públicos que foram realizados pela execução dessas políticas (mediante controle de meio e de resultado).

Finalizo o texto advertindo que, embora os agentes públicos e governantes muitas vezes detenham formação profissional diversificada, pensando a Administração Pública através das construções circunscritas da gestão pública, ainda faz-se necessário estabelecer as condutas que consubstanciem a tomada de decisão e unam a gestão pública (além de seu discurso político) aos processos de organização e execução das políticas públicas, submissos aos princípios constitucionais vigentes e à busca da maximização da eficiência da Administração.

Sexto artigo destacado

Por fim, neste ano de 2019, a convite de meu ex-orientando de mestrado, Luís Alberto Hungaro, publiquei um capítulo em livro em coautoria com ele e o Prof. Júlio Cezar Bittencourt da Silva, este também ex-orientando de doutorado. O livro é uma coletânea de artigos acerca da nova Lei de Introdução às Normas do Direito e o Direito Administrativo Brasileiro (Lei 13.655/2018), no qual se esquadrinha as diversas formas em que o novo diploma legal afeta o sistema normativo administrativista. Em específico, o artigo “Reflexos da Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei 13.655/2018) na Gestão Urbanística das Cidades” investiga as mudanças provocadas pela nova Lei no que tange à motivação das decisões administrativas do gestor público, assim como o seu impacto na ordem jurídico-urbanística brasileira.

Observa-se que a Lei 13.655/2018 oferece novos contornos à gestão das cidades e a implementação de certas políticas públicas urbanas ao priorizar a participação dos cidadãos no processo decisório dos gestores públicos, assim como oferece mecanismos para uma maior higidez da segurança jurídica dos administrados. Em referência à normativa em si, deve-se tomar em conta que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), nos moldes do diploma legal anterior disposto pelo Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, representa um vetor orientativo para a elaboração e interpretação de outras leis,

regulamentos, e decisões judiciais e administrativas, pautando a atuação do Estado frente à sociedade civil em todas as suas atividades.

Ante uma Administração Pública que, via de regra, não alija muitos dos valores caros à sociedade, a Lei possui alguns destinatários jurídicos específicos, a dizer, o gestor e a Administração pública. Dessa forma, na busca pela maximização da segurança jurídica na interpretação do Direito Público, a LINDB traz inovações legislativas que buscam dar maior confiabilidade às decisões tomadas pelos gestores públicos, instituindo por exemplo, a partir do art. 28, a responsabilização pessoal das decisões e opiniões técnicas do agente público em caso de dolo ou erro grosseiro.

Ademais, confere maior peso à posição jurídica ocupada pelo cidadão nas relações que este venha a travar com o Poder Público. Não mais compreendido somente enquanto entidade passiva na relação entre Estado e sociedade, o cidadão é elevado à condição de igualdade, sendo considerado um importante colaborador para as decisões administrativas que incorrem muitas vezes no condicionamento de seus direitos. Esta atribuição de novas responsabilidades aos cidadãos, especialmente quanto à sua participação e influência na formação de decisões urbanísticas resulta no fortalecimento democrático pós-constitucional da relação jurídica administrativa, tornando-se inclusive uma premissa da boa gestão pública e da condição de validade de tomadas de decisão.

Desta nova concepção decorre o dever de motivação das decisões administrativas, que

Ao expor as razões pelas quais adotou um ou outro entendimento, cuja execução afetará direitos e, no mais das vezes, imporá deveres à Administração e aos particulares, o gestor estará dando a devida transparência às circunstâncias que o conduziram a tomar dado rumo. A motivação, ao evitar eventuais arbítrios ou proteção de interesses escusos, onde há disputa acirrada de interesses — como na cidade — , traz a possibilidade de maior controle por parte de todos e certamente favorece o tão polêmico, mas insubstituível interesse público. De outra parte fomenta a segurança jurídica.

Sendo assim, no âmbito das ações administrativas empreendidas no ambiente urbano, onde a complexidade de interesses e valores ensejam em uma dinamicidade peculiar às decisões administrativas, a LINDB oferece um novo patamar de segurança jurídica, definindo o dever de motivação das decisões. É necessário consignar também que este dever possui uma dupla feição, uma

relacionada à apresentação de motivação materialmente existente e juridicamente adequada ao resultado obtido, e outra, vinculada à necessária instauração do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, em caráter antecedente à tomada de decisão passível de acarretar alteração prejudicial à situação jurídica de cidadão potencialmente afetado.

Todavia, deixa-se claro que a democratização da relação jurídico-administrativa e o estabelecimento do dever de motivação das decisões administrativas do gestor público não implicam no alijamento da autoridade da Administração Pública. Altera-se somente o *modus operandi* da Administração quando da tomada de decisões, reconhecendo a faculdade de os particulares colaborarem na elaboração da escolha administrativa, exibindo interesses, fatos e vindicações à autoridade, que deve, recolher, comparar e analisar todas as informações recebidas para definir a solução mais adequada ao caso que lhe for posto.

O manejo dos poderes discricionários da Administração passa a ser condicionado por instrumentos participativos de tomada de decisão, onde os interesses das pessoas devem ser vistos como aqueles aos quais a Administração Pública deve devotar respeito. Em outras palavras, quando estes se encontrem na iminência de serem confrontados com a necessidade de exercício do poder extroverso de autoridade, impõe-se que a decisão a ser tomada pela Administração Pública seja exarada de molde a promover a sua adequada valoração, a fim de que, caso necessário, se lhes imponha o menor sacrifício possível.

Instala-se, portanto, uma nova condição de validade às decisões em temas de Direito Público. Em específico, o art. 29, da LINDB, veicula um poder-dever em que à Administração Pública deve, não só escutar aos *inputs* dos interessados, mas sim - no momento da decisão administrativa final – levar conta todas informações apresentadas, seja para o efeito de serem refutadas (por meio de argumentos racionais), seja para o efeito de serem acatadas.

A LINDB amplia o caráter democrático-participativo da gestão das cidades, uma vez que espraia o dever de oitiva da população a outras searas da atuação administrativa que não as da decisão normativa. Dessa forma, no sistema legal que rege a política urbana, observa-se que a LINDB promove de forma mais contundente os instrumentos dispostos no Estatuto da Cidade.

Quando da sua promulgação, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) estabeleceu uma nova ordem jurídico-urbanística, calcada nas disposições constitucionais que previam o dever, ao poder público municipal, de se estabelecer políticas de desenvolvimento urbano. O conceito chave da administração urbanística do Estatuto da Cidade foi o direito à cidade, entendido como o direito à liberdade, ao habitat e ao habitar. Para o alcançar deste objetivo, o Estatuto impôs limitações à atividade de elaboração e execução de políticas urbanas no plano municipal, de forma em que se vincula à ideia de gestão, os requisitos democráticos do Estado de Direito.

Destarte, a decisão administrativa acerca da gestão urbana sujeita-se ao regime prescrito pela LINDB. Há, neste aspecto, portanto, um *plus* a que está adstrito o gestor público que recai, não obrigatoriamente, no conteúdo da decisão, mas na sua motivação, estando a manifestação decisória atada aos motivos determinantes nela contidos.

Desta feita, as decisões políticas que engendram alterações no ambiente urbano podem ser materializadas por meio de instrumentos tipicamente previstos nas legislações que tratam de urbanização, notadamente o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), ora essencialmente por decisão do administrador público via atos administrativos. Ambas as formas de atuação integram a chamada gestão pública das cidades, também denominada de gestão urbana, que sofreu mudanças significativas após a edição da Lei 13.655/2018, especialmente por se tratar de decisões que influenciarão diretamente a vida dos cidadãos habitantes do ambiente urbano.

Concluiu-se que a LINDB contribui de duas formas ao ordenamento jurídico-urbano estabelecido pela Constituição da República e o Estatuto da Cidade. O diploma legal não só busca incrementar o nível da segurança jurídica das decisões tomadas pelos agentes públicos, como também objetiva a tornar a posição jurídica ocupada pelo cidadão nas diversas relações havidas entre si e a Administração Pública mais robusta, atribuindo-lhe uma nova valorização enquanto agente ativo e proporcionador de mudanças, o que se dá pela fortificação dos instrumentos de participação administrativa. Esta nova compreensão, no contexto da convivência social da *urbe*, impõe novos comportamentos à gestão pública, a quem compete o complexo equacionamento entre o interesse público e os diversos interesses privados.

Além destes seis exemplos de incursões dogmáticas e doutrinárias publicadas em periódicos e livros, e expostas de forma sumária neste memorial, minha produção acadêmica compreende 39 apresentações em congressos e colóquios, 14 capítulos de livros publicados, 4 livros organizados, 18 artigos publicados em revistas acadêmicas no Brasil e no exterior, e 11 pareceres técnicos publicados, conforme consta do currículo Lattes anexado.

Em que pese a variedade de temas do Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental, é possível observar que minha investigação acadêmica se vinculou fortemente à busca da consagração do interesse público por meio da atuação administrativa, assim como da verticalização dos princípios e direitos fundamentais prescritos na Constituição da República em todas as instâncias da atividade e gestão administrativas.

7. Orientações e Participações em Bancas

Não há como desvincular a minha vida acadêmica de um de seus propósitos mais centrais, a formação de estudantes na graduação e pós-graduação. De uma forma ou de outra, todas as minhas atividades na academia volveram-se ao contínuo aperfeiçoamento, contribuição em grupos de pesquisa dos mais variados, publicações, pesquisas institucionais, e têm o seu fundamento na transmissão do conhecimento e aprofundamento da ciência jurídica.

Em vista disto, orientei até o momento um total 127 alunos em projetos de pesquisa que abarcam o Programa de Iniciação Científica, monografias, mestrado e doutorado, e mantenho ainda 13 orientações em andamento. Na graduação, foram 76 orientações envolvendo diversos aspectos teóricos, práticos e críticos do direito administrativo, ambiental e urbanístico. Da mesma forma nos programas de pós-graduação, sendo 39 orientações de mestrado e 8 de doutorado, uma em cotutela com a Sorbonne Paris 1 – Panthéon em parceria com o Prof. Norbert Fouquier.

Ainda, supervisiono um estágio pós-doutoral da pós-doutoranda Giulia Torta, da Università degli Studi di Palermo, Sicília, Itália.

No mesmo sentido, participei em diversas bancas avaliadoras de trabalhos de conclusão de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado e bancas de teste seletivo de ingresso no Programa de Pós-graduação, como se consta no currículo Lattes anexado. Foram um total 212 participações em bancas de monografia, 93 em bancas de mestrado, e 31 em bancas de doutorado.

A amplitude temática é enorme, mas destaco aqui a banca de defesa de tese de doutorado de Dr. Tracy Joseph Reinaldet dos Santos, defendida na Université Toulouse 1 Capitole em 2017, a convite honroso do Prof. Paulo Busato que defendeu a tese “La responsabilité pénale à l’épreuve des personnes morale étude comparée franco-brésilienne” acerca da responsabilidade penal de pessoas jurídicas no Brasil e na França. A defesa da tese se deu no contexto da co-tutela entre a Universidade Federal do Paraná e a Université Toulouse 1 Capitole, realidade que se torna cada vez mais tangível a partir da

internacionalização dos programas de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Não posso deixar de consignar que a participação em bancas, assim como a atividade de orientação, são mecanismos em que a docência se vincula com o aprendizado, de forma dialética. Através das minhas orientações, aprendi e refleti sobre diversos aspectos da teoria e prática do direito ambiental, urbanístico e administrativo, de forma que, através do diálogo presente na relação orientador e aluno, pude expandir conceitos e perspectivas.

Conclusão

Eis uma tarefa delicada. Concluir relato de parcela de vida que continua, e cujos pensamentos, aspirações e projeções se renovam a cada milésimo de segundo ou fração infinitamente menor de tempo. De qualquer maneira, há que traçar um desfecho para este momento.

Como indicado no início deste memorial, a trajetória acadêmica aqui narrada ainda está longe de seu término, o que me impede qualquer possibilidade de apresentar uma conclusão íntegra a seu respeito.

Através dele pretendi demonstrar o tónus da minha atuação acadêmica e as principais contribuições que fiz até o momento para a compreensão e estudo da ciência jurídica, em quaisquer espaços que desenvolvi minhas atividades

Não poderia encerrar esta narrativa sem os devidos agradecimentos a todos que estiveram comigo neste percurso, desde o mais longínquo acontecimento a este instante. Impossível mencionar todas as pessoas a quem sou grata por tudo e pelo que sou hoje.

Desde minha família – os que fundaram em mim os valores, a persistência, o aperfeiçoamento profissional, a ternura e o companheirismo – não estão mais aqui: a minha avó Angela (a nona carinhosa, acolhedora, sábia, divertida e aconselhadora), minha mãe Iracy (preocupada sempre com os meus desempenhos e exigências de perfeição, em tudo) e meu pai Rubens (amigo, companheiro, bem humorado e com o espírito de aventura onde o mundo inteiro é “logo ali”), às minhas irmãs, Eliane e Vanessa, cada qual com suas peculiaridades contribuíram para minha reflexão, cada qual marcando os meus momentos.

Maria Vitória, a você que, possivelmente, dentre todos, devo as minhas mais profundas experiências, como mãe e avó, e a gratidão por ter suportado comigo as etapas mais difíceis e de ter me amparado e auxiliado a superá-los.

Ao Guido, meu cunhado, sou-lhe grata pela amizade, a solidariedade e as infinitas conversas.

Júlio, meu genro e pai do meu neto Francisco, que entrou para nossa família trazendo estabilidade e a compreensão de um mundo diverso, de sonhos e planos.

A todos os professores que emprestaram seus conhecimentos no passado e no presente,

Aos meus colegas e amigos e a todos os meus alunos e orientandos desses quase 25 anos de academia, em especial à turma de formandos de 2016 que tive a inesquecível honra de ser homenageada como “nome de turma”.

Ao Gustavo Dalpupo de Lara, ao Júlio César Bittencourt da Silva, à Vitória Segato e ao João Pedro Ruppert Krubniki minha gratidão pela ajuda inestimável sempre.

Ao Lucas Muniz da Conceição, agradeço pelo auxílio incansável, incondicional e extraordinária disponibilidade destes últimos dias para que eu chegasse a esse resultado hoje materializado.

Arrematando... não canso de reafirmar que tenho como regra de vida, desde sempre, que “nasci para ser feliz”, apesar dos percalços, pedregulhos e, por vezes, pedras um pouco maiores que, se não destruídas, foram confrontadas ou contornadas. E se a literatura tem o condão de traduzir os sentimentos humanos, creio que Goethe, nas inúmeras passagens de seu personagem Werther, descreve com perfeição a concepção de vida que me rege:

Vivo dias tão felizes quanto aqueles que Deus reserva a seus eleitos; e aconteça o que acontecer, não podem dizer que não provei das mais puras alegrias da vida.



Angela Cassia Costaldello

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8824542153573621>

ID Lattes: **8824542153573621**

Última atualização do currículo em 02/12/2019

Professora de Direito Administrativo e Urbanístico do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito e do Programa da Pós-graduação em Direito da UFPR (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado). Especialização pela Facoltà di Giurisprudenza della Università Statale di Milano (1985/86), Mestrado (1990) e Doutorado (1998) pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS, vinculado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPR. Visiting Fellow na Università degli Studi di Palermo (Itália). Orientadora de Pós-doutorado. Membro de Ministério Público de Contas do Paraná aposentada. Advogada. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Angela Cassia Costaldello
Nome em citações bibliográficas	COSTALDELLO, Angela Cassia; COSTALDELLO, ANGELA CASSIA; Cassia Costaldello, Ângela; Cassia Costaldello, Angela; Ângela Cassia Costaldello
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/8824542153573621

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós Graduação Em Direito. Praça Santos Andrade, 50 Centro 80020300 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 33102685 Fax: (41) 33102685 URL da Homepage: http://www.direito.ufpr.br
------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Formação acadêmica/titulação

1995 - 1998	Doutorado em Direito. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Título: A invalidade dos atos administrativos : uma construção teórica frente ao princípio da estrita legalidade e da boa-fé, Ano de obtenção: 1998. Orientador: Fernando Andrade de Oliveira. Palavras-chave: Ato Administrativo; Boa-fé. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Outros.
1986 - 1990	Mestrado em Direito. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Título: O parcelamento e a edificação compulsórios como limitações a propriedade privada urbana imobiliária, Ano de Obtenção: 1990. Orientador: Fernando Andrade de Oliveira. Palavras-chave: Direito Urbanístico; Propriedade Urbana; Propriedade Privada. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Outros.
1979 - 1983	Graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Pós-doutorado

2016 - 2017	Pós-Doutorado. Università degli Studi di Palermo, UNIPA, Itália. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
--------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Formação Complementar

2016 - 2017	Pós-doutorado. (Carga horária: 1200h). Università degli Studi di Palermo, UNIPA, Itália.
1985 - 1986	Especialização. (Carga horária: 480h). Università Statale di Milano, USM, Itália.

Atuação Profissional

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1999 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto I, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1995 - 2000

Outras informações

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20
Portaria nº 4711 PRAHE de 29/06/1995 Ato de Nomeação em 19/04/1995 Cargo Professor do Grupo de Magistério Superior Classe Assistente Nível I Área: Direito Público: Matéria Específica: Direito Administrativo Portaria nº 2193 PRAHE de 10/02/1999 Progressão Profissional Classe Assistente para Classe Adjunto Área: Direito Público: Matéria Específica: Direito Administrativo Portaria nº 763 PRAHE de 29/02/2000 Designada para responder, pelos encargos de Coordenadora do Curso de Direito Setor de Ciências Jurídicas Ministra aula no Programa de Pós-Graduação em Direito Mestrado e Doutorado Na ativa

Atividades

11/1999 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Coordenação do Núcleo de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS
Crítica do Direito Administrativo
Fundamentos do Direito Administrativo

11/2012 - 11/2014

Conselhos, Comissões e Consultoria, Reitoria, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Cargo ou função
Representante Titular do Setor de Ciências Jurídicas (vide Portaria nº 2519 de 05/12/2012).

12/2010 - 12/2012

Direção e administração, Programa de Pós-Graduação em Direito, .
Cargo ou função

11/2002 - 11/2004

Membro do Colegiado - Representante eleito da Área de Direito do Estado.
Direção e administração, Setor de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito Público.
Cargo ou função

01/2003 - 12/2003

Chefe de Departamento (vide Portaria Reitoria nº 341 de 13/11/2002).
Direção e administração, Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito, .
Cargo ou função

04/2001 - 11/2002

Membro do Colegiado como Vice-Chefe do departamento de Direito Público.
Direção e administração, departamento de Direito Público, .
Cargo ou função

01/2001 - 08/2002

Membro do Colegiado do Curso de Direito na qualidade de Suplente de Chefe de Departamento de Direito Público (vide Portaria nº 10/01 da Faculdade de Direito da UFPR).
Conselhos, Comissões e Consultoria, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós Graduação Em Direito.
Cargo ou função

11/2000 - 04/2001

Membro da comissão executiva editorial da Revista da Faculdade de Direito.
Direção e administração, Setor de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito Público.
Cargo ou função
Suplente de Chefe de Departamento de Direito Público (vide Portarias Reitoria nº 984 de 07/11/2000).

02/2001 - 03/2001

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Bolsas da CAPES, .
Cargo ou função
Membro.

03/2000 - 10/2000

Direção e administração, Coordenação de Curso de Graduação, .
Cargo ou função
Coordenadora do Curso de Graduação em Direito (vide Portaria Reitoria nº 763 de 29/02/2000).

07/1999 - 03/2000

Direção e administração, Coordenação de Curso de Graduação, .
Cargo ou função
Coordenadora do Curso de Graduação em Direito (vide Portaria Reitoria nº 560 de 23/07/1999).

02/2000 - 02/2000

Direção e administração, Comissão de Bolsas da CAPES, .

08/1999 - 10/1999	Cargo ou função Membro. Conselhos, Comissões e Consultoria, Programa de Pós-Graduação em Direito, . Cargo ou função Membro.
03/1999 - 07/1999	Direção e administração, Setor de Ciências Jurídicas, Departamento de Direito Público. Cargo ou função Suplente de Chefe do Departamento de Direito Público (vide Portaria Reitoria nº 409 de 31/03/1999).
05/1999 - 05/1999	Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Bolsas da CAPES, . Cargo ou função Membro.
03/1999 - 05/1999	Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão Organizadora do CONPEDI, . Cargo ou função Membro.
02/1999 - 03/1999	Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Bolsas da CAPES, . Cargo ou função Membro.
03/1998 - 10/1998	Conselhos, Comissões e Consultoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis - PRHAE. Cargo ou função Comissão de Processo Disciplinar, Portaria nº 13.705/PRHAE, de 12/3/1998.
06/1998 - 09/1998	Conselhos, Comissões e Consultoria, Direção da Faculdade de Direito, . Cargo ou função Membro de Comissão de Sindicância.

Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2008

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Convitado, Carga horária: 0

Atividades

1/2004 - Atual

Ensino, Ciência Jurídica, Nível: Pós-Graduação
Disciplinas ministradas
Personalidade e Responsabilidade

Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2004

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 40
Em licença não remunerada desde janeiro de 2005.

Outras informações

Atividades

02/2001 - Atual

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Università degli Studi di Palermo, UNIPA, Itália.

Vínculo institucional

2016 - 2017

Vínculo: Visiting Fellow, Enquadramento Funcional: Visiting Fellow

Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA, Brasil.

Vínculo institucional

1992 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Membro Fundador

Association Henri Capitant, AHC, França.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Membro

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, IBDA, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Membro

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, IBDU, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Membro

Projetos de pesquisa

2018 - Atual

Direito à Cidade: a amálgama do público e do privado no urbano
Descrição: A cidade, pano de fundo profícuo em transformações, em nenhuma linearidade estrutural e de formação, fértil em mutabilidade (perceptíveis e imperceptíveis) de adensamento e de rarefação humana e material, de valores e de desvalores individuais e coletivos, de inclusão e de exclusão. Tantas serão as hipóteses quantas são passíveis de enumeração (ou impossível) as características e correspondentes mutações verificáveis no ambiente da urbe. E, de igual forma, tantos serão os interesses. De fato, à acomodação dos indivíduos sobre o solo e à organização do espaço - independentemente de aspectos valorativos, se bons ou maus - amalgamam-se interesses. Interesses, direitos e deveres, destinatários e titulares diversos, promotores e responsáveis a quem a realidade e as normas jurídicas (princípios e regras) assim discriminam, tanto na seara do Direito Administrativo quanto no Direito Urbanístico e no Direito Ambiental. Aliada a esse contexto, a função promotora e garantidora do Estado na efetividade dos direitos fundamentais, por meio da prestação de serviços públicos e o estabelecimento de políticas públicas é essencial na ambiência urbana contemporânea..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (3) .

2018 - Atual

Integrantes: Angela Cassia Costaldello - Coordenador / Valéria Fiori da Silva - Integrante / Giovanna Groth - Integrante / Miguel Colomby da Rocha - Integrante.
Direito, Cidade e Terra - DICIT
Descrição: Política Fundiária, Direitos Ambientais e Territoriais, Direito Urbanístico, Posse e propriedade. Linha de pesquisa vinculada ao Grupo "Planejamento e Políticas Urbanas e Regionais"..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (8) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (1) .

2018 - Atual

Integrantes: Angela Cassia Costaldello - Coordenador / Matheus Mafra - Integrante / Daniele Regina Pontes - Integrante / Maycow Nathan Carvalho Gregório - Integrante / Karime Fayad - Integrante / Samantha Busnello - Integrante / Bernard Cassiano Greim - Integrante / Soluanny Hunhevicz Barbosa - Integrante / Anna Carolina Lucca Sandri - Integrante / Mariana Marques Auler - Integrante / Ana Flavia Lorente Bassani - Integrante / Gabriel Queiroz de Camargo - Integrante / Tárzia Louane Batista da Silva - Integrante.
Capes/PrInt - Espaço, sociedade e desenvolvimento: desafios contemporâneos
Descrição: O objetivo do projeto é compreender os desafios que se apresentam ao conhecimento e interpretação do mundo contemporâneo, relacionados às dimensões espacial, econômica e social da realidade. Abordam-se os desafios contemporâneos em suas mais variadas dimensões: social, técnica, metodológica, jurídica, econômica, ambiental, cultural, da geoinformação. A meta é oferecer interpretações a respeito das transformações sociais e espaciais em curso no mundo atual, a partir dos ganhos teóricos propiciados pela interação com a equipe estrangeira, resultando em ganhos substanciais e recíprocos para o conjunto das universidades envolvidas. A equipe nacional é formada por 26 docentes, os quais atuam em 6 PPGs da UFPR (Ciências Geodésicas, Desenvolvimento Econômico, Direito, Geografia, Políticas Públicas e Sociologia). A equipe estrangeira é altamente qualificada e foi composta por meio da priorização de relações já estabelecidas e que tiveram êxito no desenvolvimento de parcerias de trabalho no âmbito da pós-graduação. Assim, foram contatadas 28 universidades, das quais ao menos um interlocutor foi convidado. Dentre elas mencionam-se: Massey University ? Nova Zelândia; Politecnico di Milano - Itália; Technion, Israel Institute of Technology - Israel; The Ohio State University - Estados Unidos; The University of Illinois at Urbana-Champaign - Estados Unidos; Universidad Autónoma de Aguascalientes - México; Universidad de Alicante - Espanha; Universidad de Guadalajara - México; Universidad de Málaga - Espanha; Universidad de Vigo - Espanha; Universidad Nacional de Tucumán - Argentina; Universidade de Girona - Espanha; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne - França; University of Angers - França; University of Pretoria - África do Sul; University of Twente - Holanda; Victoria University of Wellington - Nova Zelândia, Universidad. São instituições com larga experiência em pesquisa, ensino e, em geral, com forte presença internacional no campo da produção do conhecimento e da formação de recursos humanos de alto nível. Encontram-se bem posicionadas quando comparadas internacionalmente, e se distribuem espacialmente principalmente na Europa, Estados Unidos e América Latina. Pretende-se ampliar os vínculos existentes por meio do presente projeto, além de explorar novas possibilidades de interação, com a inserção de novas parcerias..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Angela Cassia Costaldello - Coordenador / Emerson Gabardo - Integrante / Eneida Desirée Salgado - Integrante / Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski - Integrante / Francisco de Assis Mendonça - Integrante / Marcos Aurelio Tarlombani da Silveira - Integrante / Danilo Volochko - Integrante / Alessandro Fila Rosanelli - Integrante / Alexandre Porsse - Integrante / Alzir Felipe Antunes - Integrante / Daniel Rodrigues - Integrante / Marcia Carla Ribeiro - Integrante / Marcos Torres - Integrante / Maria Tarcisa

Silva Bega - Integrante / Maurício Bittencourt - Integrante / Miguel Bahl - Integrante / Miriam (Meryl) Adelman - Integrante / Paulo Jacinto - Integrante / Paulo Opuzska - Integrante / Ricardo Pazello - Integrante / Silvana Camboim - Integrante / Daniele Pontes - Integrante.

Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Auxílio financeiro.

2015 - Atual

O silêncio da Administração Pública: apreciação teórica, jurisprudência e estatística. As consequências sociais da omissão administrativa no Brasil

Descrição: O silêncio da Administração Pública: apreciação teórica, jurisprudência e estatística. As consequências sociais da omissão administrativa no Brasil..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2014 - Atual

Integrantes: Angela Cassia Costaldello - Coordenador.

Mecanismos de Controle da Administração Pública

Descrição: O projeto objetiva a investigação científica e empírica dos mecanismos de controle da Administração Pública existentes atualmente no Brasil. Para tanto, abrange os vários setores nos quais há previsão constitucional - controle interno, externo e dos demais gestores e beneficiários de recursos públicos. Por igual, insere-se no contexto investigativo, o controle institucional propriamente dito, exercido pelo Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Tribunal de Contas e, ainda, o controle popular (audiências públicas). Mediante a reflexão, a discussão e a crítica dos referidos mecanismos em face da (in)eficácia - bons e maus resultados que a realidade nacional tem demonstrado e a sociedade brasileira ansiado ao longo dos anos, em especial, após da Constituição da República de 1988 ? são os componentes que resultarão na busca do aperfeiçoamento do arcabouço instrumental de controle que constitui, nesse particular, a essência do Estado Democrático de Direito..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

2004 - Atual

Integrantes: Angela Cassia Costaldello - Coordenador / Izabella Gurgel - Integrante.

Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS

Descrição: Núcleo de Pesquisa em três eixos, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (3) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (7) / Doutorado: (2) .

Integrantes: Angela Cassia Costaldello - Coordenador / Karin Käsmayer - Integrante / Katya Isaguirre Torres - Integrante / Eloísa Dias Gonçalves - Integrante / Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino - Integrante / João Pedro Ruppert Krubniki - Integrante / Miguel Colomby Rocha - Integrante / Valéria Fiori da Silva - Integrante / Giovanna Groth - Integrante / Júlio Cezar Bittencourt Silva - Integrante / Matheus Mafra - Integrante / Vitória Segato - Integrante.

Membro de corpo editorial

2016 - Atual

Periódico: Revista Direito à Sustentabilidade

2012 - Atual

Periódico: Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná

2012 - Atual

Periódico: Revista Digital do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

2003 - 2004

Periódico: Revista Jurídica Themis

2001 - 2002

Periódico: REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR

Revisor de periódico

2015 - Atual

Periódico: Revista de Direito da Cidade

2015 - Atual

Periódico: REVISTA DO CONPEDI (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS GRADUAÇÃO)

2015 - Atual

Periódico: Revista Veredas do Direito

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Urbanístico.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Ambiental.

Idiomas

Francês	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Bem.
Italiano	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2016	Menção honrosa, Parana Previdência.
2015	Menção Honrosa, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
2002	Voto de Louvor - Por ocasião da comemoração dos 55 (cinquenta e cinco anos) da instalação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Câmara Municipal de Curitiba.


Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; Francisco Bley . A regulamentação legal do grafite: perspectivas e caminhos a partir de uma experiência pratica de Curitiba. PRAGMATIZES- REVISTA LATINO AMERICANA DE ESTUDOS EM CULTURA, v. 14, p. 135, 2018.
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HUNGARO, L. A. . L?adeguamento dei Municipi in Brasile alle esigenze della Política Nazio-nale dei Rifiuti Solidi (PNRS): le sfide e le possibili soluzioni. NUOVE AUTONOMIE - Rivista di Diritto Pubblico, v. 25, p. 249-268, 2016.
3.  **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA**; KÄSSMAYER, Karin . A TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO: OS DESAFIOS DO NOVO MARCO NORMATIVO BRASILEIRO, ESTABELECIDOS PELA LEI NO 13.123. REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, v. 01, p. 47-64, 2015.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso), v. 40, p. 13-31, 2010.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. As transformações do regime jurídico da propriedade privada: a influência no direito urbanístico. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, v. 45, p. 151-168, 2006.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 8513-02 - Servidor Público - Cargos - Acumulação. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 152, p. 79-86, 2005.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 8516/02. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 146, p. 68-70, 2003.
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 5233/03. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 147, p. 58-59, 2003.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GUIMARÃES, Fernando Augusto Mello ; LÉGER, Gabriel Guy . Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 14.349/00. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 141, p. 68-76, 2002.
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 7.517/01. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 139, p. 97-97, 2001.
11. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 16.712/01. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 140, p. 79-79, 2001.
12. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 486/01. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, v. 137, p. 56-57, 2001.
13. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Convênio e desvio de finalidade. Boletim Informativo Licitações e Contratos, Curitiba, v. 71, p. 3-5, 2000.
14. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 3477/00 - O papel do Estado na atividade de fomento. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 133, p. 181-183, 2000.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 13613-99 - Contratação de servidores aposentados e a emenda constitucional n 20-98. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, v. 135, p. 133-134, 2000.

16. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Entidades privadas que recebem recursos públicos: Necessidade de Licitar. Boletim Informativos de Licitações e Contratos, Curitiba, v. 82, p. 988-988, 2000.
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 15.155/00. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, v. 136, p. 72-73, 2000.
18. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior - Parecer nº 15.156/00. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, v. 136, p. 126-129, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** FACHIN, M. G. (Org.) ; BARBOZA, Estefânia M. Q. (Org.) . Direito Comparado - Diálogos de Direito Constitucional e Administrativo entre Brasil e Itália. 1. ed. Curitiba: Instituto Memória, 2018.
2. **Cassia Costaldello, Ângela;** KÄSSMAYER, Karin (Org.) ; HOSHINO, T. (Org.) ; GORSODORF, L. F. (Org.) ; TORRES, K. I. (Org.) . Direito Administrativo, urbanístico e ambiental: fronteiras e interfaces contemporâneas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. v. 1.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BAGATIN, Andréia Cristina (Org.) ; FREIRE, A. L. (Org.) ; BOURGES, F. S. (Org.) ; DOMINGOS, G. M. (Org.) ; TROMPEZYNSKI, H. (Org.) ; FERREIRA, M. A. N. (Org.) ; FRANCA, P. G. (Org.) ; KANAYAMA, R. L. (Org.) ; MACEDO, Marina Michel de (Org.) . Serviço Público: direitos fundamentais, formas organizacionais e cidadania. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2005. v. 1. 272p .

Capítulos de livros publicados

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Reflexos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei 13.655/2018) na gestão urbanística das cidades. In: Hungaro, Luís Alberto; Valiati, Thiago Priess; Castella, Gabriel Moretinni;. (Org.). A Lei de Introdução e o Direito Administrativo Brasileiro. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. , p. 519-548.
2. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA;** KÄSSMAYER, Karin . O licenciamento ambiental como instrumento da política nacional de meio ambiente: uma análise dos retrocessos da PEC nº 65/2012, no Brasil e a legislação espanhola. In: Bleine Queiroz Caúla. (Org.). Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. 9, p. 119-136.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O político e o jurídico na gestão pública: os processos decisórios. In: COSTALDELLO, Angela C; BARBOZA, Estefânia M. Q; FACHIN, Melina G.. (Org.). Direito Comparado - Diálogos de Direito Constitucional e Administrativo entre Brasil e Itália. 1ed.Curitiba: Instituto Memória, 2018, v. , p. 101-118.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BROUANT, J. ; KÄSSMAYER, Karin ; HOSHINO, T. ; GORSODORF, L. F. ; GONCALVES, E. D. ; ALMEIDA, M. V. C. F. ; CUNHA, I. M. ; FRANZONI, J. A. ; SILVA, J. C. B. ; GARCIA, J. C. ; LUFT, R. M. . A gestão pública e a complexidade da ação administrativa estatal. In: Angela Cassia Costaldello; Karin Kässmayer; Katya Isaguierre-Torres; Leandro Franklin Gorsdorff; Thiago Hoshino. (Org.). Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental - Fronteiras e interfaces Contemporâneas. 1ed.Curitiba: Editroa CRV, 2017, v. 01, p. 47-63.
5. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Tribunais de Contas no Brasil. In: Vidal Serrano Nunes Jr.; Maurício Zockun; Carolina Zancaner Zockun; André Luiz Freire. (Org.). Tribunais de Contas no Brasil. 1ed.São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017, v. 2, p. 1-14.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** KÄSSMAYER, Karin . A redução da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana: novos desafios para a elaboração de políticas públicas. In: MURTA, Antonio Carlos Diniz; PADILHA, Norma Sueli. (Org.). Direito administrativo, direito ambiental, direito tributário e sustentabilidade. 1ed.Barcelona: Ediciones Laborum S.L., 2015, v. 12, p. 219-236.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** ZIELINSKI, D. . Controle social da administração pública: a Lei de Acesso à informação como fator de atenuação da assimetria informacional característica das relações de agência. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI: a humanização do direito a horizontalização da justiça no século XXI. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. , p. 179-201.
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** GARCIA, J. C. . O princípio da proibição do retrocesso ambiental à luz dos argumentos de Jeremy Waldron contra o judicial review. In: Monica Bonetti Couto; Maria dos Remédios Fontes Silva; Miguel Kfourri Neto. (Org.). Acesso à Justiça I. 1ed.Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 367-387.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** GARCIA, J. C. . O controle biopolítico e o direito urbanístico e ambiental contemporâneo: uma análise do projeto beira rio em foz do iguaçu. In: Norma Sueli Padilha; Celso Antonio Pacheco Fiorillo; Livia Gaigher Bosio Campello. (Org.). Direito Ambiental I. 1ed.Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 372-386.
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Aportes para um ideário brasileiro de gestão pública: a função do controle externo. In: Raquel Dias da Silveira; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. (Org.). Estudos dirigidos de Gestão Pública na América Latina. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. I, p. 33-55.
11. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Perspectivas do desenvolvimento urbano à luz do direito fundamental à cidade. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo: novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental (Anais do I Congresso da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo). 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. , p. 85-92.
12. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** A Supremacia do Interesse Público e a Cidade - A Aproximação Essencial para a Efetividade dos Direitos Fundamentais. In: Romeu Felipe Bacellar Filho; Daniel Wunder Hachem. (Org.). Direito Administrativo e Interesse Público: estudos em homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2010, v. , p. 239-265.
13. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O planejamento, as operações público-privadas e o controle pelos Tribunais de Contas no campo urbanístico. In: Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira. (Org.). Controle externo: temas polêmicos na visão do Ministério Público de Contas. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2008, v. , p. 123-152.
14. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** A propriedade, o Urbanismo e as Parcerias Público-Privadas: Transformação e Perspectivas. In: Edgar Guimarães;. (Org.). Cenários do Direito Administrativo. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 85-117.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O regime jurídico dos agentes públicos e a emenda constitucional nº 19/98. In: Marco Antonio C Paixão;. (Org.). Interesse público. 3ed.São Paulo: Notadez, 1999, v. 3, p. 7-267.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Controle judicial é um dos pilares do Estado Democrático. Revista Consultor Jurídico, 07 jul. 2007.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. ★ **Angela Cassia Costaldello;** KÄSSMAYER, Karin . A Redução da Discricionariedade Administrativa Como Proposta Para Efetivar o Princípio da Sustentabilidade Urbana. In: Congresso Internacional SUSTENTABILIDADE URBANA 14ª Jornada Urbanere e 2ª Jornada Cires, 2018, Vila Velha - Espírito Santo. SUSTENTABILIDADE URBANA 14ª Jornada Urbanere e 2ª Jornada Cires Congresso Internacional. Virtual: Editores, 2018. v. 1º.
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** CONRADO, M. M. . DO LADO DE FORA: O ESPAÇO DO GRAFITE NA ARTE E NOS DIREITOS AUTORAIS. In: do 25º Congresso Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas ? ANPAP, 2016, Porto Alegre. Anais do 25º Congresso Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas ? ANPAP. Porto Alegre: Anpap, 2016. v. 1.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** ZIELINSKI, D. . Natureza e autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras e os reflexos na gestão universitária. In: XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária: a gestão do conhecimento e os novos modelos de universidade, 2014, Florianópolis/SC. A gestão do conhecimento e os novos modelos de universidade, 2014.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** ZIELINSKI, D. . Controle social da administração pública: a Lei de Acesso à Informação como fator de atenuação da assimetria informacional característica das relações de agência. In: XIII Congresso Nacional do CONPEDI: a humanização do direito e a horizontalização da justiça no século XXI, 2014, João Pessoa. A Humanização do Direito e a Horizontalização da Justiça no Século XXI, 2014. p. 179-201.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** GARCIA, J. C. . O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL À LUZ DOS ARGUMENTOS DE JEREMY WALDRON CONTRA O JUDICIAL REVIEW. In: XXII Encontro Nacional do CONPEDI / UNICURITIBA, 2013, Curitiba. 25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República. Florianópolis: FUNJAB, 2013. v. 1. p. 367-387.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** GARCIA, J. C. . O CONTROLE BIOPOLÍTICO E O DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DO PROJETO BEIRA RIO EM FOZ DO IGUAÇU. In: XXII Encontro Nacional do CONPEDI / UNICURITIBA, 2013, Curitiba. 25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República. Florianópolis: FUNJAB, 2013. v. 1. p. 372-386.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** CONRADO, M. M. . ARTE E CIDADE: AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO GRAFITE. In: 1º Simpósio Internacional de Relações Sistêmicas da Arte, 2018, Porto Alegre/RS. ALÉM DA ARTE, 2018. v. 1. p. 350-357.

Apresentações de Trabalho

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** A efetividade do Controle Externo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Cidade e patrimônio cultural. 2018. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Instrumentos urbanísticos para captura da mais valia da terra. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
4. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA;** KÄSSMAYER, Karin . O licenciamento ambiental como instrumento da política nacional de meio ambiente: uma análise dos retrocessos da PEC nº 65/2012, no Brasil e a legislação espanhola. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Políticas públicas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: da sanção punitiva à sanção premial. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Transformações dos contratos administrativos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Atividade empresarial e constituição: as múltiplas relações entre o setor privado e o Estado - contrato e biotecnologia. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O político e o jurídico na gestão pública: o percurso entre ficção e realidade no processo decisório. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** ZIELINSKI, D. . Natureza e autonomia das instituições federais de ensino superior (IFES) brasileiras e os reflexos na gestão universitária. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** A redução da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana: novos desafios para a elaboração de políticas públicas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
11. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O controle judicial da administração pública. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O uso do dinheiro público na Cultura: aspectos da prestação de contas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Improbidade Administrativa sob o Foco do Tribunal de Contas. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Sustentabilidade e o Novo Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
15. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** As Escolhas Difíceis na Gestão Pública e a Promoção do Desenvolvimento com Sustentabilidade. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Processo Administrativo e Poder Judiciário. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O princípio da igualdade e o princípio da dignidade humana como fundamentos do Estado Social e Democrático de Direito.. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
18. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O Regime Jurídico dos Serviços Sociais Autônomos no Paraná. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Inovações da Lei Estadual de Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Transparência na Administração Pública: formas de controle e desafios da sociedade. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
21. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** A Legalidade da Contratação Direta de Pareceres. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BACELLAR FILHO, R. F. . O neoliberalismo e a morte do serviço público. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Atuação administrativa, discricionariedade e silêncio da Administração Pública. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** SOUZA FILHO, C. F. M. ; RIOS, Rodrigo Sanches ; TOJAL, Sebastião Botto de Barros . Tutela Constitucional dos Bens Jurídicos Ambientais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Direitos fundamentais e administração pública. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **CHEREM, T. ; COSTALDELLO, Angela Cassia ; BRITO, M. .** Profissionalização do Serviço Público. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **DIAS, C. ; COSTALDELLO, Angela Cassia ; MOTTA, F. ; GONCALVES, G. .** Probidade administrativa e Responsabilidade Fiscal. Ações Irregulares e prestação de Contas. A responsabilização dos Agentes Públicos.. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
28. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Estatuto da cidade: implicações práticas do planejamento urbano; função social da propriedade, parcelamento e edificações; participação popular e legalidade. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Servidores públicos sob controle: questões concretas.. 2001. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
30. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Regulação do controle social dos serviços públicos. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Controle e os tribunais de contas: novos desafios. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Regime jurídico administrativo e suas consequências. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Servidor Público em face das Emendas Constitucionais 19 e 20. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** A Reforma do Aparelho do Estado: Fundamentos e Reflexo na Estrutura Administrativa do Estado Brasileiro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Aspectos Relevantes da Responsabilidade Extracontratual do Estado. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Regime Jurídico dos Servidores Públicos. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).
37. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Princípios Constitucionais da Administração Pública: legalidade, moralidade, impessoalidade e publicidade. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Regime Jurídico Único - Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** O Compromisso com Espaço Urbanizado. 1992. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. SILVA, J. C. B. ; **COSTALDELLO, Angela Cassia** . O viés cidadão do Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 2019. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
2. ★ **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parceria Público ? Privada Municipal. Rio de Janeiro, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Serviços públicos concedidos: acesso e remuneração. Curitiba, 2008. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Políticas Públicas no Estado Constitucional. Belo Horizonte, 2007. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** O Princípio da Moralidade Administrativa e seu Controle pela Lei de Improbidade. Curitiba, 2004. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Equilíbrios Econômico-Financeiro. Curitiba, 2002. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 8513-02. 2005.
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 8516-02. 2003.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 5233-03. 2003.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 14.349-00. 2002.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 7517/01. 2001.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 486/01. 2001.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 16.712-01. 2001.

8. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 15.156/00. 2000.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 15.155/00. 2000.
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 3.477/00. 2000.
11. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Parecer nº 13613-99. 2000.

Demais tipos de produção técnica

1. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** L'organizzazione del sistema amministrativo in Brasile. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Direito Administrativo III. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Intervenção Administrativa na Propriedade. Estatuto da Cidade e suas Implicações nos Municípios. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Novas tendências do direito administrativo Doutorado e Direito administrativo e estado contemporâneo Mestrado - 2º SEM. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Direito Municipal. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Direito Administrativo. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Administração municipal e o controle pelos Tribunais de Contas, no Curso de Atualização da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Direito Processual Civil. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
9. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Curso de Atualização 'Lei de Responsabilidade Fiscal'. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
10. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Direito Administrativo. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Direito Administrativo. 2000. .
12. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Curso sobre 'Direito Municipal - Aspectos Administrativos'. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
13. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Licitações e Contratos Administrativos. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Controle da Administração Pública. 1996. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **COSTALDELLO, ANGELA CASSIA.** Direito Administrativo. 1994. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BLANCHET, L. A.; SCHIER, A. C. R.; NASCIMENTO, J. O.. Participação em banca de Roberto Ramos Bacellar. Direito da energia e regulação: o setor elétrico sob o enfoque do Direito Econômico. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** KANAYAMA, R. L.; LUFT, R. M.. Participação em banca de Mariana Marques Auler. Tradição, planejamento estratégico e reforma urbana no plano diretor de Curitiba: uma análise das intercessões entre Direito e Política na cidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** DOTTA, A. G.; SANTANO, A. C.. Participação em banca de Thiago Werner Ramasco. Regime diferenciado de contratações públicas: o procedimento licitatório como instrumento de moralidade, eficiências e desenvolvimento econômico. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** Vladimir Passos de Freitas; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Ana Cláudia Miranda Lopes Assis. A adoção da responsabilidade socioambiental no TRT da 14ª Região. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BLANCHET, Luiz Alberto; SCHIER, A. C. R.; NASCIMENTO NETO, J. O.. Participação em banca de Rafael Porto Lovato. Compliance e Programa de Integridade na Lei das Estatais: instrumentos de prevenção e gestão de riscos. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** SOUZA FILHO, C. F. M.; Vladimir Passos de Freitas. Participação em banca de Duília Sgrott Reis. A relevância socioambiental do cadastro ambiental rural e os desafios na sua implantação em Rondônia. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** KANAYAMA, R. L.; LUFT, Rosangela M.. Participação em banca de Mariana Marques Auler. Tradição, Planejamento Estratégico e Reforma Urbana no Plano Diretor de Curitiba: uma análise das intersecções entre direito e política na cidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
8. Vladimir Passos de Freitas; **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Luiza de Araujo Furiatti. Estudo de Impacto de Vizinhança, Exigência Constitucional a Favor da Sustentabilidade Urbana. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** BLANCHET, Luiz Alberto; BREUS, Thiago Lima. Participação em banca de Vivianéli Araujo Prestes. Controle Neoconstitucional dos Tribunais de Contas do Brasil: o controle como meio para a efetividade dos direitos prestacionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia;** MOREIRA, E. B.; GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Participação em banca de Luís Alberto Húngaro. Parceria Público-Privada Municipal e a Concretização de Funções Sociais da Cidade: habitação, saneamento básico e mobilidade urbana. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

11. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; GABARDO, E.; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Felipe Augusto Brochado Batista do Prado. Alterações Legislativas dos Royalties do Pré-sal: efeitos sobre os princípios constitucionais e as políticas públicas. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
12. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TOMIO, F. R. L.; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Dioleno Zella Zielinski. Controle Social da Administração Pública: a lei de acesso à informação na perspectiva da dimensão da accountability societal. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
13. OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MEUCCI, S.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Gabriel Tabatcheik Comin. Desvendando os Diários Secretos: uma análise dos cargos em comissão da Assembleia Legislativa do Paraná (2006-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.
14. MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GUIMARAES, B. S.. Participação em banca de Pedro Henrique Braz de Vita. A Boa-fé Objetiva e a sua Aplicação aos Processos de Contratação Pública. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KÄSSMAYER, Karin; MENDONCA, F. A. A.. Participação em banca de Nathalia Lima Barreto. Direito, Planejamento e Meio Ambiente: a dimensão jurídica do planejamento socioambiental do território. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
16. Vladimir Passos de Freitas; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; EFING, Antônio Carlos. Participação em banca de Alisson Fontes de Aragão. A Proteção do Meio Ambiente e a Execução das Sentenças que Impõem a Reparação do Dano Ambiental no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SOUZA FILHO, C. F. M.; Vladimir Passos de Freitas. Participação em banca de Gustavo de Macedo Veras. Os Pescadores Artesanais Marítimos de Alagoas e o Papel do Direito no Conflito entre Economia, Cultura e a Busca da Sustentabilidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
18. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TORRES, K. I.; TEIXEIRA, C. F.. Participação em banca de Renata Brockelt Giacomitti. Derramamento de Óleo no Mar sem Origem Definida e a Responsabilidade por Dano Socioambiental. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
19. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Juliana Chevônicia Alves de Lima. O Controle dos Atos Políticos pelo Poder Judiciário: Da imunidade do poder político à sindicabilidade judicial. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
20. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Maria Christina dos Santos. O Serviço Notarial como fator de desburocratização do Poder Judiciário: Uma análise sob a perspectiva dos Tabelaionatos de Protesto de Títulos. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
21. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GOMES, M. E. A. C. E.. Participação em banca de Melanie Merlin de Andrade. Administração Pública e Racionalidade Material: pretensão à correção para além da legalidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
22. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de André Luis Agner Machado Martins. Setor Elétrico: regulação e sustentabilidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
23. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson. Participação em banca de Diego Felipe Muñoz Donoso. Intervenção do Estado no Domínio Econômico e a Regulação Setorial no Segmento Educacional Privado. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
24. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SOUZA FILHO, C. F. M.; Vladimir Passos de Freitas. Participação em banca de Ingrid Giachini Althaus. A Proteção do Meio-ambiente e o Direito à Moradia: uma análise à luz dos loteamentos irregulares e clandestinos nas cidades brasileiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
25. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TOMIO, F. R. L.; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Júlio Cezar Bittencourt Silva. A Administração Pública Brasileira Democratizada: a participação do administrado no processo de formação do ato administrativo. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
26. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, Egon Bockmann; Vladimir Passos de Freitas. Participação em banca de Diana Carolina Valencia Tello. O Controle da Administração Pública no Brasil e na Colômbia. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
27. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; PAMPLONA, D. A.; BARBOSA, C. M.. Participação em banca de Micheli Pereira. Responsabilidade Jurídica, Política e Social do Poder Judiciário e do Magistrado no Contexto da Judicialização da Política. 2011. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
28. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; KÄSSMAYER, Karin. Participação em banca de Larissa Karla de Paula e Sá. Participação Democrática na Construção do Espaço Urbano. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
29. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GOMES, Maria Tereza Uille; KÄSSMAYER, Karin. Participação em banca de Fabiane Grando. O Papel do Estado na Implantação de Políticas Públicas para a Sustentabilidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
30. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Ellen Mosquetti. Parcerias Públicos-Privadas: delegação de serviços públicos e desenvolvimento. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
31. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Solange Afonso de Lima. Funções Econômica e Social do Contrato Administrativo: equilíbrio econômico-financeiro. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
32. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GUARAGNI, Fábio André; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Cristina Kruszewski. Direito Administrativo Sancionador: apontamentos gerais sobre as infrações administrativas e alguns aspectos de sua relação com o direito penal. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
33. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Liliane Graciele Breitweisser. A Perspectiva Jurídica do Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a Partir do Direito Ambiental Constitucional. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
34. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; Vladimir Passos de Freitas; FERREIRA, H. S.. Participação em banca de Liliane Graciele Breitweisser. Desenvolvimento sustentável: uma leitura jusambientalista voltado ao resguardo dos interesses

- transgeracionais. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
35. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SOUZA FILHO, C. F. M.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Giovana Biasi Locatelli. Sociedade Globalizada e Sistema Gerencial do Estado (coordenação): um caminho para o desenvolvimento. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
36. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Sílvia de Lima Hilst Wolaniuk. Arbitragem, Administração Pública e Parcerias Público Privadas: uma análise sob a perspectiva do Direito Administrativo. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
37. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GEDIEL, J. A. P.; SAULE JUNIOR, Nelson. Participação em banca de Rosângela Marina Luft. Políticas Municipais de Desenvolvimento Urbano: premissas e condições para um planejamento factível. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
38. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LIMA, Abili Lázaro Castro de; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Rafael Antonio Baldo. Novos horizontes para a gestão pública brasileira. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
39. MOREIRA, Egon Bockmann; Alexandre Dietzel Faraco; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Juliana Sberze Pacheco Silva. Planejamento Econômico e Fomento Público: instrumentos para o desenvolvimento nacional. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
40. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BLANCHET, Luiz Alberto; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Márcia Fernandes Bezerra. Atuação do Estado na Economia e a Constitucionalidade do Regime Jurídico de Exploração dos Serviços de Telecomunicações. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
41. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Marcelo Losso. O Princípio da Proteção à confiança nas Relações Contratuais entre o Estado e o Agente Privado. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
42. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Gabriel Placha. A Atividade Regulatória do Estado. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
43. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CHUEIRI, V. K.; FRUET, G. B.. Participação em banca de Rodrigo Luís Kanayama. Limites às Restrições aos Direitos Fundamentais na Atividade de Investigação do Poder Legislativo. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
44. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GEDIEL, J. A. P.. Participação em banca de Marina Michel de Macedo. Operação Urbana Consorciada: uma alternativa para a urbanificação das cidades. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
45. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Rodrigo Pieronti Aguirre de Castro. Controle da Administração Pública: uma perspectiva do modelo de gestão administrativa. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
46. BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Paulo Henrique Ribas. O papel do Estado na concretização dos direitos fundamentais sociais mediante a prestação dos serviços públicos. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
47. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Fernanda Schuhl Bourges. Serviços Públicos concedidos: acesso e remuneração.. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
48. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; KNOERR, Fernando Gustavo. Participação em banca de Ana Carolina Lopes Olsen. A Eficácia dos Direitos Fundamentais Sociais em face à Reserva do Possível. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
49. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Luis Felipe Cunha. Telecomunicação e Desenvolvimento. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
50. FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; SANTOS, A. C.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Lilian Maria Salvador Guimarães Campos. Consórcios Públicos na Administração Pública Brasileira: em busca de uma administração pública consensual.. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
51. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FACHIN, Luiz Edson; BERCOVICI, G.. Participação em banca de Thiago Lima Breus. Políticas Públicas no Estado Constitucional: a Problemática da Concretização dos Direitos Fundamentais Pela Administração Pública Brasileira Contemporânea. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
52. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Daiana Trybus. Interesse Público: uma concepção em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
53. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Carlos Eduardo Moura. Ética Pública e Princípio da Boa-Fé nas Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
54. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; HASSON, R.. Participação em banca de Ana Carine Busato Daros. O Princípio da Proibição do Retrocesso no Âmbito do Direito Fundamental à Previdência Social Delineado na Constituição de 1988. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
55. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Ana Cláudia Finger. O Princípio da Boa fé no Direito Administrativo. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
56. BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Luiz Bernardo Dias Costa. O Tribunal de Contas no Estado Contemporâneo. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
57. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Leonardo Papp. Fundamentos da Sanção Ambiental Administrativa: uma abordagem integrativa. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.
58. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Waldirene Gobetti Dal Molin. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos Serviços Públicos Prestados Mediante

- Concessão. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
59. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Chede Mamedio Bark. O Contraditório e a Ampla Defesa no Processo Administrativo Pertinente ao Serviço Público Prestado Mediante Concessão. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
60. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; OLIVEIRA, A. B.. Participação em banca de Marcelo Petermann. A Ação Monitoria no Âmbito do Direito Processual Civil Brasileiro: Lei nº 9.079, de 14 de julho de 1995.. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí.
61. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MEIRELLES, Jussara Maria Leal de; SERBENA, Cesar Antonio. Participação em banca de Édison Airon de Almeida. A Teoria Geral do Direito Aplicada ao Código Civil de 2002, frente ao Código Civil de 1916 - Justificativas à Reformulação do Usufruto Impróprio. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
62. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CLÈVE, C. M.; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Ana Luíza Chalusnhak. A Legitimidade da Administração Pública - As Propostas de Max Weber e Jürgen Habermas. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
63. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Vivian Cristina Lima López Valle. Administração Pública Contemporânea: O usuário de serviço público e a dignidade da pessoa humana. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
64. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; CASAGRANDE, Silvana T. W.. Participação em banca de Deisemara Turatti Langoski. O Princípio Constitucional da Moralidade e a Finalidade do Ato Administrativo. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
65. JUSTEN FILHO, Marçal; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Marcus Vinicius Corrêa Bittencourt. Deveres-Poderes de Controle e Fiscalização do Concedente de Serviço Público. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
66. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TOMASZEWSKI, A. A.; FOWLER, M. B.. Participação em banca de Lílian Cristina Gerdulli Tavares. Para além da reforma administrativa - uma provocação para o repensar a administração pública: a participação popular. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná.
67. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CAMBI, E. S.; FOWLER, M. B.. Participação em banca de Valéria Féres Borges. O Contrato de Gestão nas Esferas Pública e Privada: o Terceiro Setor.. 2004. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná.
68. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CRUZ, P. M.; OLIVEIRA, A. B.. Participação em banca de Carolina Rodrigues Gomes do Amaral. Causas Excludentes e Atenuantes da Responsabilidade Extracontratual do Estado. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná.
69. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MEDAUAR, Odete. Participação em banca de Rodrigo Valgas dos Santos. Apreciação e Julgamento das Contas Anuais Prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
70. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FOWLER, M. B.; CAMBI, E. S.. Participação em banca de Kele Cristiani Diogo Bahena. O Princípio da Moralidade Administrativa e seu Controle pela Ação de Improbidade. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná.
71. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CAMBI, E. S.; FOWLER, M. B.. Participação em banca de Odoné Serrano Júnior. Direitos Fundamentais: teoria geral e aspectos essenciais. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná.
72. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MARTINEZ, V. C.; LÉRIAS, R. A.. Participação em banca de Amarildo Clementino Soares. Controle Jurisdicional dos Atos Discricionários no Brasil à luz da Democracia Participativa. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná.
73. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TOMASZEWSKI, A. A.; FOWLER, M. B.. Participação em banca de Cássio Mattos Honorato. Penalidades Administrativas de Trânsito: análise doutrinária da natureza jurídica das sanções do Código de Trânsito Brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná.
74. QUISINI, M. DO C. P.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SOUZA FILHO, C. F. M.. Participação em banca de Maria do Carmo Padilha Quissini. Discricionariedade Administrativa na Execução do Plano Diretor. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
75. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KNOERR, Fernando Gustavo; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de José Anacleto Abduch Santos. Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão de Serviços Públicos. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
76. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORTIANO JUNIOR, Eroulths; KNOERR, Fernando Gustavo. Participação em banca de Luiz Guilherme Müller Prado. A Justa Indenização na Desapropriação do Imóvel Rural. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
77. JUSTEN FILHO, Marçal; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; AZEVEDO NETO, Floriano. Participação em banca de Marcel Queiroz Linhares. O Princípio da Proporcionalidade na Regulação Econômica. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
78. FAVARETTO, Fabio; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FOGLIATO, Flávio S; MULLER, Claudio José. Participação em banca de Almir Silva. Estabelecendo indicadores de desempenho para uma organização pública : uma abordagem segundo os preceitos do. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
79. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de José Carlos Santos Gomes. Empresa Pública e Estado Social de Direito no Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
80. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Adriane Piechnik Barros Vardânega. Novo desafio empresarial em face das relações jurídicas oriundas do comércio eletrônico e da internet: o estudo do tema no direito comparado. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
81. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; JUSTEN FILHO, Marçal. Participação em banca de Ana Beatriz Viera da Luz. Interesse Público - Visão Contemporânea. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
82. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; JUSTEN FILHO, Marçal; BLANCHET, L. A.. Participação em banca de Ana Beatriz Vieira da Luz. O novo interesse público. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

83. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SOUZA FILHO, C. F. M.. Participação em banca de Glauco Araújo de Oliveira. Dificuldades na Implantação da Lei de Modernização dos Portos no Brasil: o caso do Porto de Paranaguá. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
84. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SANTOS, F. M.; CLÈVE, C. M.. Participação em banca de Fayga Silveira Bedê. A Intangibilidade dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais na Constituição. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
85. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SILVA, G. A. P. DA; LEAL, R. G.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Guilherme Amintas Pazinato da Silva. A Responsabilidade do Estado por Ato Legislativo Lícito. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
86. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BLANCHET, Luiz Alberto; TAVARES, A. R.. Participação em banca de Mateus Eduardo Siqueita Nunes Bertoncini. Princiologia do Direito Administrativo Brasileiro. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
87. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FREITAS, J.; CÚELLAR, L.. Participação em banca de Fernando Quadros da Silva. A Independência das Agências Reguladoras e o Princípio do Estado Democrático de Direito. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
88. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MACHADO, Luiz Alberto. Participação em banca de Ritta Isabel Brogliato. Medicamentos Falsos: uma questão de responsabilidade pública.. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
89. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SOUZA NETO, José Laurindo de; FERRARI, Regina Maria Macedo Neri. Participação em banca de Luciane Moessa de Souza. Instrumentos Judiciais de Controle da Omissão Inconstitucional e de Concretização dos Direitos Fundamentais. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
90. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; ROTHENBURG, W. C.; NUNES JUNIOR, V. S.. Participação em banca de Roberto Mendes Mandelli Junior. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental: Instrumento de Proteção da Constituição e dos Direitos Fundamentais. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
91. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; ROTHENBURG, W. C.; NUNES JUNIOR, V. S.. Participação em banca de José Lázaro Boberg. A Lei Ordinária e seu Processo Legislativo. 2001. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituição Toledo de Ensino.
92. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Participação em banca de Adir Ubaldo Rech. O Poder Local: Formação e Papel dos Municípios no Brasil. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
93. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Fernanda Stracke Moor. O Regime de Delegação da Prestação de Serviços Públicos. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Teses de doutorado

1. HOROCHOVSKI, R. R.; FREIRE, A. L.; KANAYAMA, R. L.; BARBOSA, E. M. Q.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TOMIO, F. R. L.. Participação em banca de Marcelo Biel Ortolan. O novo papel dos Tribunais de Contas no microssistema de combate à corrupção administrativa. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; BARBOSA, E. M. Q.; CHUEIRI, V. K.; GUANDALINI JUNIOR, W.; FRACCHIA, F.. Participação em banca de Júlio Cezar Bittencourt Silva. O viés cidadão do Direito Administrativo. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LUDWIG, C. L.; BERCOVICI, G.; OLIVEIRA, F. C.; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Luasses Gonçalves dos Santos. O Direito Administrativo em desencanto: o interesse público sob a crítica da teoria crítica. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BUSATO, P. C.; ARGUELLO, K. C.; SEGONDS, M.; PARIZOT, R.; PAU, J. L.; BOTTON, A.; LAMY, B.. Participação em banca de Tracy Joseph Reinaldet dos Santos. La responsabilité pénale à l'épreuve des personnes morale: étude comparée franco-brésilienne. 2017. Tese (Doutorado em Droit) - Université Toulouse 1 Capitole.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LEITE, José Rubens Morato; FREITAS, J.; KÄSSMAYER, Karin; Vladimir Passos de Freitas. Participação em banca de Júlio César Garcia. A Intangibilidade do Bem Ambiental. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
6. GOMES, M. E. A. C. E.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; COPETTI NETO, A.; FREITAS, N. J.. Participação em banca de Marcos Vinicius Affornalli. A Reserva Intransponível da Jurisdição como Condição de Validade para a Aplicação da Penalidade de Demissão por Ato de Improbidade Administrativa. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
7. BLANCHET, Luiz Alberto; Vladimir Passos de Freitas; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.; DOTTA, A. G.. Participação em banca de José Osório do Nascimento Neto. Avaliação de Políticas Públicas de Eficiência Energética: uma estratégia para o desenvolvimento fundamentada na regulação socioambiental. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
8. BLANCHET, Luiz Alberto; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BINEMBOJM, G.. Participação em banca de Sérgio Luiz Barbosa Neves. A Viabilidade do Exercício de Funções de Administração Pública por Entes Constitucionais Autônomos. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; Vladimir Passos de Freitas; VILLALOBOS, J. U. G.; FOLLONI, A. P.; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Antonio Lorenzoni Neto. Licenciamento Ambiental: um debate sobre a exigibilidade de EPIA/RIMA para atividades nocivas à mudança do clima. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
10. BLANCHET, Luiz Alberto; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder.; GABARDO, E.. Participação em banca de Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. Independência do Sistema de Controle Interno como Pressuposto de Eficiência no Modelo de Estado responsável: superação do paradigma burocrático e profissionalização da função pública. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
11. MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Thiago Lima Breus. O Governo por Contratos e a Concretização de Políticas Públicas Horizontais como Mecanismo de Justiça Distributiva. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- 12.

- COSTALDELLO, Angela Cassia**; GABARDO, Emerson; BLANCHET, Luiz Alberto; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; VALDES, J. A. R.. Participação em banca de Edson Luciani de Oliveira. A Energia no Brasil. Possibilidade de um novo Quadro Tributário pela Extrafiscalidade Ambiental à Luz do Princípio da Solidariedade e das Experiências Internacionais. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
13. GEDIEL, J. A. P.; CHUEIRI, V. K.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FOWLER, M. B.; ADOMILI, G. K.. Participação em banca de Eduardo Harder. A Constitucionalização dos Direitos Culturais no Brasil e os Sentidos de uma Perspectiva Patrimonial. 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
14. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Marcelo Ribeiro Losso. Responsabilidade Patrimonial do Estado pela Violação do Princípio da Proteção à Confiança nas Relações Extracontratuais com o Agente Privado. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; BACELLAR FILHO, R. F.. Participação em banca de Luiz Osório Moraes Panza. Os princípios constitucionais formadores da decisão administrativa pelo viés da hermenêutica da alteridade. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
16. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CHUEIRI, V. K.; ROSSI, A. C. S.; KANAYAMA, R. L.; FACHIN, M. G.. Participação em banca de Diana Carolina Valencia Tello. O Estado na Era da Globalização e as Novas Tecnologias. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GOMES, M. E. A. C. E.; CHUEIRI, V. K.; DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de José Anacleto Abduch Santos. Direitos fundamentais: efetividade mediante afirmação da supremacia do interesse público. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
18. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; CHUEIRI, V. K.; ARAÚJO, F. B.; PEREIRA, C. A. G.. Participação em banca de Rodrigo Luís Kanayama. Direito, Política e Consenso: a escolha eficiente de políticas públicas. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
19. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MEIRELLES, Jussara Maria Leal de; GIACOIA, Gilberto; EFING, Antônio Carlos; DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. Participação em banca de Odoné Serrano Junior. Direito Humano Fundamental à Moradia Digna: exigibilidade, universalização e políticas públicas para o desenvolvimento. 2011. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
20. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; OLIVEIRA, Ricardo Costa de; MOTTA, Luiz Eduardo Pereira; BEGA, Maria Tarcisa Silva; GEDIEL, J. A. P.. Participação em banca de Maria Tereza Uille Gomes. Políticas Públicas e Ministério Público. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.
21. MAUÉS, Antonio Gomes Moreira; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LEITE, José Rubens Morato; SCAFF, Fernando Facury; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Participação em banca de Maria Cristina Cesar de Oliveira. Princípios Jurídicos e Jurisprudência Socioambiental. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
22. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MEDAUAR, Odete; SUNDFELD, Carlos Ari; JUSTEN FILHO, Marçal; BACELLAR FILHO, R. F.. Participação em banca de Fernando César Vernalha Guimarães. Parceria Público-Privada: Caracterização dos Tipos Legais e Aspectos Nucleares de seu Regime Jurídico. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
23. JUSTEN FILHO, Marçal; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CLÈVE, C. M.; BLANCHET, Luiz Alberto; SCHIER, P. R.. Participação em banca de Fernão Justen de Oliveira. O Conteúdo Jurídico da Parceria Público-Privada. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
24. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; BLANCHET, Luiz Alberto; VALVERDE, Belmiro Castor; SANTOS, A. C.. Participação em banca de Christian Mendez Alcântara. O Modelo Gerencial Organizações Públicas Não-estatais e o Princípio da Eficiência. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
25. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; DALLAROSA, Luiz Vergílio; MALISKA, Marcos Augusto. Participação em banca de Janaína Rigo Santin. O Poder Local e a Gestão Administrativa Participativa. 2004. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
26. CLÈVE, C. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SANTOS, Marcelo de Oliveira Figueiredo; DALLAROSA, Luiz Vergílio; NICZ, Alvacir Alfredo.. Participação em banca de Cesar Augusto Modena. A Natureza Jurídica da Lei de Conversão da Medida provisória. 2004. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
27. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FREITAS, J.; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; DALLAROSA, Luiz Vergílio; CLÈVE, C. M.. Participação em banca de José Felipe Ledur. O Contributo dos Direitos Fundamentais de Participação para a Efetividade dos Direitos Sociais. 2002. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
28. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BRUTUS, R. F. B.; COUTINHO, Aldacy Rachid; MANDALOZZO, S. S. N.. Participação em banca de Alvacir Correa dos Santos. Eficiência da Administração Pública: Princípio que se Ajusta à Consolidação de um Estado Democrático de Direito. 2001. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
29. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CLÈVE, C. M.; FREITAS, J.; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; ROSA, Luiz Vergílio Dalla. Participação em banca de Paulo Ricardo Schier. Comissões Parlamentares de Inquérito: Poderes de investigação, Funções e limites das CPIs, Fundamentação constitucional, Conceito jurídico indeterminado, Fato determinado.. 2001. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
30. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; DOBROWOLSKI, Clemerson Merlin Cleve Silvio; SOUZA, James Marins de. Participação em banca de Glacy Odete Rachid Botelho. O Processo e o Procedimento Administrativo Tributário e a Questão da Imparcialidade no Julgamento. 2001. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
31. JUSTEN FILHO, Marçal; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DALLARI, A. A.; FERRAZ, Sérgio; BLANCHET, Luiz Alberto. Participação em banca de Leila Cuéllar. O Poder Normativo das Agências Reguladoras Brasileiras. 2000. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

Qualificações de Doutorado

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; Alexandre Dietzel Faraco; FREIRE, A. L.. Participação em banca de Marcelo Augusto Biehl Ortolan. Justiça negocial no microsistema administrativo sancionatório de combate à corrupção. 2018. Exame de

2. qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; COPETTI NETO, A.. Participação em banca de Marcos Vinícius Affornalli. O Controle Jurisdicional Pleno como Condição de Aplicação da Penalidade de Demissão por Ato de Improbidade Administrativa. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Diana Carolina Valencia Tello. O Estado na Era da Globalização e as Novas Tecnologias. 2013. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; ADOMILI, G. K.; FOWLER, M. B.. Participação em banca de Eduardo Harder. A Constitucionalização dos Direitos Culturais no Brasil e os Sentidos de uma Perspectiva Patrimonial. 2013. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

Qualificações de Mestrado

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MENEZES, G. G.. Participação em banca de Cláudio Augusto Canha. A Legislação e a Ética em Pesquisas que Utilizam Learning Analytics: uma proposta normativa para as Instituições Federais de Ensino Superior. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) - Universidade Federal do Paraná.
2. BERTONCINI, M. E. S. N.; KNOERR, Fernando Gustavo; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Rafael Lima Torres. Análise Econômica do Direito, Compliance e a Lei nº12.846/2013. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. TORRES, K. I.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; PAZELLO, R. P.. Participação em banca de Caetano Pires Tossulino. Salvaguarda do Fandango: Cultura e Território Caiçara. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
2. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BERTI, Flávio de Azambuja. Participação em banca de Luiza Helena Schlichting Ribas. Súmula Vinculante Nº 3: A Incidência de Contraditório e Ampla Defesa na Análise de Atos de Pessoal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
3. TORRES, K. I.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HOSHINO, T. A. P.. Participação em banca de Matheus Mafrá. Decidindo Sobre o Construir: a influência do conselho municipal de urbanismo no planejamento urbano de Curitiba.. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
4. GORS DORF, L. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; ROSSITO, Flávia. Participação em banca de Juliana Senkiw. Governança Metropolitana e Ordenamento Territorial: uma análise da Região Metropolitana de Curitiba a partir da Ocupação Planta Suburbana.. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
5. GABARDO, Emerson; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; Alexandre Dietzel Faraco. Participação em banca de Kainan Iwassaki. Regulação dos aplicativos de comunicação sobre IP no Brasil.. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
6. TORRES, K. I.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GEDIEL, J. A. P.. Participação em banca de Nycole de Souza Mattoso. Cidade-Mercadoria, Cultura e Agricultura Urbana: uma reflexão sobre as possibilidades de re-existir.. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Vitória Peduzzi Segato. Tribunal de Contas: Conselho Técnico? O sistema de Nomeação e o Apadrinhamento Político nas Cortes de Contas Brasileira.. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; KANAYAMA, R. L.. Participação em banca de Luidgi Merlo Paiva dos Santos. O Recurso Administrativo em Concurso Público: fundamentos, pressupostos de atendimento e a questão da "reformatio in pejus". 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
9. GEDIEL, J. A. P.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; TORRES, K. I.. Participação em banca de Valquíria Nisgoski. Proteção Jurídica de Patrimônio Histórico . 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
10. FRANCO, C. J. O.; HAPNER, C. E.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de YASMIM RAYANI KUBASKI. O âmbito de Incidência do Código de Defesa do Consumidor nas Relações entre Usuários e Concessionárias de Serviço Público.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
11. TORRES, K. I.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; PAZELLO, R. P.. Participação em banca de Arthur Zimmermann Faggion. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV: causas de justificação e análise do instrumento.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
12. GORS DORF, L. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BONILHA, G. M.. Participação em banca de LURIANA ANDIARA DALLA VECCHIA. Direito à Moradia e Despejos Forçados: o descompasso entre o discurso normativo e a prática judicial.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
13. TORRES, K. I.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LIMA, C. A.. Participação em banca de Pablo da Silva Martinez. A Política de Saneamento Básico Dimensionada à Escala Urbano-Regional: desafios e perspectivas.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
14. GORS DORF, L. F.; CHUEIRI, V. K.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de ANA CLAUDIA MILANI E SILVA. A Rua e a Luta Urbana: o espaço público na efetivação do direito à cidade . 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LEONARDO, R. X.; VIOLIN, Tarso Cabral. Participação em banca de Stefani Rackes da Silva. Colocando os pingos nos \. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
16. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.; GABARDO, E.. Participação em banca de Rodrigo Leal Coelho. A Natureza Jurídica dos Convênios Administrativos e sua Classificação dentro dos Contratos da Administração. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; VIOLIN, Tarso Cabral. Participação em banca de Rebecca Maria Albano Pasqual. O Estado e o Terceiro Setor: A relação sob a ótica das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da

Sociedade Civil de Interesse Público.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

18. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; GORSODORF, L. F.. Participação em banca de André Luiz Correa.Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Princípio da Publicidade e o sigilo do orçamento. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
19. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; PANZA, L. O. M.. Participação em banca de Maureen Paciornik London.As Audiências Públicas como Instrumento de Controle das Decisões Discricionárias sobre Políticas Públicas.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
20. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.; SANTOS, A. C.. Participação em banca de Carla Machado Flesch.A Valorização do Servidor Público: um caminho para a eficiência.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
21. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.; KANAYAMA, R. L.. Participação em banca de Jorge Antonio Favaro.A Aplicação de Princípios Garantistas do Direito Penal no Direito Administrativo Sancionador.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
22. KÄSSMAYER, Karin; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; NICOLADELI, Sandro Lunard. Participação em banca de Ana Carolina Silva Domingues.Programa Ecocidadã - Reciclagem e Inclusão Total (Curitiba/PR): a efetividade quanto à inclusão social e adequado meio ambiente de trabalho dos catadores à luz da lei 12.305/2010. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
23. VENTURI, E.; MARANHÃO, Clayton; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Larissa Ferraz Koteski.A Improbidade Administrativa e o Acesso à Justiça da Sociedade Civil: apontamentos críticos sobre a legitimidade ativa da lei nº 8.429/92.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
24. VENTURI, E.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MARANHÃO, Clayton. Participação em banca de Camila Tramuja Grosbelli.Legitimação Ativa para Pedidos de Suspensão de Liminares e Sentenças nas Ações de Improbidade Administrativa: análise teórica e prática, com foco no entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
25. GRUPENMACHER, B. T.; VIEIRA, José Roberto; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Moisés Zugman.IPTU Verde: tributação na defesa da natureza e concretização da cidade sustentável.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
26. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Luiza de Souza Melech.Responsabilidade civil Extracontratual do Estado por Omissão: aferição de culpa da administração ambiental.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
27. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Edson Barbieiri.Direito Administrativo Comparado.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
28. KÄSSMAYER, Karin; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Maria Eugenia de Paris Busato.A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12305/2010) e o Papel dos Municípios: responsabilidades e competências.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
29. KÄSSMAYER, Karin; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GORSODORF, L. F.. Participação em banca de Joelson Martins.Instrumentos de Indução de Desenvolvimento Urbano pelo Administrador Público Municipal: análise da efetividade em sua utilização pelo Município de Curitiba.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
30. KANAYAMA, R. L.; MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Anderson Cesar Zani.O Direito à Comunicação: regulação do espectro de radiofrequência.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
31. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Gilberto Ferreira do Nascimento.Aspectos Polêmicos acerca da Aplicação de Ações Afirmativas em Concursos Públicos.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
32. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Bruno Villani Souza.A Judicialização das Políticas Públicas na Área da Saúde e seus Impactos no Orçamento dos Municípios do Estado do Paraná. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
33. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Silvino Schlickmann Júnior.Uma visão do Direito Comparado. Poder Administrativo Disciplinar: paralelos com o direito estadunidense. . 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
34. KÄSSMAYER, Karin; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GORSODORF, L. F.. Participação em banca de Rosiane Tiemi Oechutto Futata.Direito à Cidade Sustentável: análise à luz dos direitos à moradia e ao meio ambiente.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
35. KÄSSMAYER, Karin; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SOUZA FILHO, C. F. M.. Participação em banca de Jean Filipe Guimarães Stedile.A Política Nacional de Resíduos Sólidos como Ferramenta de Efetivação dos Princípios de Equidade Intergeracional e Responsabilidade Pós-Consumo.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
36. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GOMES, Maria Tereza Uille. Participação em banca de Katherine Finn Zander.Federalismo e Política Educacional nas Regiões Metropolitanas.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
37. GABARDO, Emerson; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Paulo Victor Álvares Gonçalves.Convalidação do Ato Administrativo: hipóteses e limitações.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
38. GOMES, M. E. A. C. E.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GODOY, M.G.. Participação em banca de RENATO IVAN FILHO.A Participação Popular como Instrumento de Legitimação da Administração Pública: perspectiva a partir da teoria do agir comunicativo.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
39. GABARDO, Emerson; SALGADO, E. D.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Maurício Corrêa de Moura Rezende.O Controle Judicial do Interesse Público.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

40. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Carlos Eduardo Amaral Gavião.A Responsabilidade Civil do Estado e as Teorias Aplicáveis.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
41. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BREUS, Thiago Lima; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Stephanie Uille Gomes.O Planejamento como Instrumento para Realização do Desenvolvimento Nacional. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
42. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GOSDAL, Thereza Cristina; CHUEIRI, V. K.. Participação em banca de Marcela Carrilho Portugal.Direito de Greve do Servidor Público e o Princípio da Continuidade.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
43. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; BREUS, Thiago Lima. Participação em banca de João Guilherme Padilha Christofis.Tribunal de Contas: Natureza Jurídica das Decisões e Procedimento Administrativo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
44. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; BREUS, Thiago Lima. Participação em banca de Luciana Conrado Caggiano.A Controvérsia acerca da Autonomia do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
45. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; BREUS, Thiago Lima. Participação em banca de Guilherme Alves Nascimento.A Natureza Jurídica da decisão do Tribunal de Contas e a sua Eficácia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
46. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KÄSSMAYER, Karin; GORSODORF, L. F.. Participação em banca de Bruna da Costa Monteiro.Os Obstáculos Enfrentados na Efetivação do Planejamento Urbanístico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
47. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KÄSSMAYER, Karin; GORSODORF, L. F.. Participação em banca de Marcela Martins dos Passos.Solo Criado: aspectos polêmicos.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
48. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KÄSSMAYER, Karin; GORSODORF, L. F.. Participação em banca de Renata Lucia Marques.O Tombamento como Instrumento de Proteção ao Patrimônio Cultural.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
49. GORSODORF, L. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KÄSSMAYER, Karin. Participação em banca de Renato Sampaio Cavalheiro.Copa do Mundo no Brasil: impactos jurídico-urbanísticos na Cidade de Curitiba. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
50. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GABARDO, E.; GODOY, M.G.. Participação em banca de Alexandre Bagatin Godoy Siguel.Judicialização de Políticas Públicas no Estado Constitucional. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
51. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Cecília Leszczynski Guetter.Permissões de Serviço Público na Ordem Constitucional Pós-1988. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
52. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, E.. Participação em banca de Caroline da Rocha Franco.Licitações Ambientalmente Sustentáveis como Instrumento para Racionalizar as Contratações da Administração Pública. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
53. TOMIO, F. R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SALGADO, E. D.. Participação em banca de Marcelo Augusto Biehl Ortolan.Matrizes Federativas e a Federação Brasileira: entre o federalismo legislativo e o federalismo administrativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
54. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MACEDO, Marina Michel de. Participação em banca de Rafael de Queiroz Possetti.Controle Jurisdicional da Atividade Administrativa, Interesse Público e o Postulado da Proporcionalidade: a ação popular como garantia constitucional para a invalidação dos atos administrativos.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
55. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MACEDO, Marina Michel de. Participação em banca de Fabio Vitoriano Fernandes.Propriedade Urbana Constitucionalizada: as cidades funcionais e a efetivação dos fundamentos e objetivos constitucionais.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
56. KANAYAMA, R. L.; MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Alessandro Cazaroto.Zona Especial de Interesse Social e Regularização Fundiária.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
57. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Luiz Carlos Nunes.As Organizações Sociais e o Orçamento Público. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
58. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Rosa Branca Muraro.Os Honorários de Sucumbência e o Advogado Público: sistema adotado pelo município de Curitiba. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
59. KANAYAMA, R. L.; MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Daniela Tupinambá Fernandes.Controle Orçamentário na Efetivação de Políticas Públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
60. KANAYAMA, R. L.; MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Willy Leandro Costa Lima Stricker.A Adequação e Observância das Normas Jurídicas, em especial, normas de direito administrativo municipal, urbanístico e ambiental, à diminuição da pegada de carbono e à implantação de uma sociedade sustentável na Região Metropolitana de Curitiba.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
61. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Thais Stefano Malvezzi.Princípio da Legalidade: Discricionariedade Administrativa e Conceito Jurídico Indeterminado. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
62. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Ricardo Augusto de Oliveira Mendes.Do Direito à Ampla Defesa no Processo Disciplinar Federal. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- 63.

- BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Gustavo Seiji Sendoda Weinmann. Interesse Público e sua Supremacia sobre o Interesse Privado. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
64. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Flavia Machado de Souza. Ato administrativo: dever de convalidar.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
65. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Dioleno Zella Zielinski. Licitação, Dispensa e Inexigibilidade: Da evolução legislativa às contratações diretas no âmbito das IFES. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
66. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Katia Yshituka Pereira de Souza. Estudos sobre o processo administrativo disciplinar, os princípios constitucionais aplicáveis e a Súmula Vinculante nº 05 do STF.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
67. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Claudio Roberto Oliveira Souza Lisb. A Evolução da Atividade Regulatória do Estado e as Agências Reguladoras Independentes: Autonomia, Poder Normativo e Legitimidade Democrática.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
68. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Iggor Gomes Rocha. Regime Jurídico da Concessão do Serviço Público de Televisão. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
69. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Wladimir Denkowski. Princípios Constitucionais no Processo Administrativo Disciplinar. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
70. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Denilson Mariano. O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: Regras Permanentes e Provisórias. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
71. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; LINHARES, I. Z.. Participação em banca de Renan Lúcio Moura. Tribunal de Contas e Poder Executivo: relação de julgamento efetivo das contas ou de mera apreciação técnica?. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
72. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; SANTOS, José Anacleto Abduch. Participação em banca de Ligia de Freiria Birindelli. Da Gratuidade do Uso das Faixas de Domínio em Rodovias Concedidas por Prestadoras de Serviço Público.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
73. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CAMPINHO, F. A. R.; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Participação em banca de Silvia Moreira Horta. A Tentativa de Regulamentação dos Guardadores de Veículos pelo Poder Público: as limitações da proposta.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
74. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; PIRES, Paulo de Tarso Lara. Participação em banca de Charles Pondelek Ekermann. Instrumentos do Estatuto da Cidade na Gestão Ambiental Municipal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
75. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CHUEIRI, V. K.. Participação em banca de Victor Alexander Mazura. Transporte Público como Meio de Efetivação dos Direitos Fundamentais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
76. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Ana Carolina Coura Vicente Machado. Inexigibilidade de Licitação. A Administração Pública diante da Necessidade de Contratação de Serviços Advocatícios. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
77. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Daniela Pretto. Nepotismo na Administração Pública Brasileira: A Questão dos Cargos em Comissão e a Súmula Vinculante número 13. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
78. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Adir Nasser Junior. As Concessões de Radiodifusão e sua Natureza no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
79. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Felipe Augusto Campos de Lima. Improbidade Administrativa e o Papel do Administrador Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
80. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Marcelo Retexin. Direito Administrativo Disciplinar: O Princípio da Tipicidade aplicado às Infrações Administrativas Disciplinares. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
81. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Katyany Karyne de Oliveira. A Responsabilidade Civil do Estado por Omissão de Ato Legislativo: a não regulamentação da Defensoria Pública no Estado do Paraná como óbice à concretização do direito fundamental do Acesso à Justiça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
82. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Aline Silva de Oliveira. Discricionariedade Administrativa e Controle Judicial: a interpretação sistemática e a vinculação aos princípios. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
83. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Ricardo Winter. Estudo da Interface Ambiental Existente nos Instrumentos Urbanísticos Previstos pelo Estatuto da Cidade. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
84. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Luiz Gustavo Salomão Ballan. Da (im)possibilidade da Liberdade Provisória no Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
85. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Wilson Satoru Hachimoto. O Papel do Relatório Conclusivo das Comissões em Processo Administrativo Disciplinar. 2009.

- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
86. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Tedy Lemos Santos.O Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa: limites e controle para uma melhor Administração Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
87. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; HACHEM, Daniel Wunder.. Participação em banca de Amin Abil Russa Neto.Aspectos Relevantes da Lei de Desapropriação por Utilidade Pública, Decreto-lei 3365/41: desapropriação por zona e a questão da retrocessão.. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
88. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LUFT, Rosangela M.. Participação em banca de Patrícia da Fonseca dos Santos.Natureza Jurídica do Orçamento Público e o Controle da Execução de Despesas Previstas nas Leis Orçamentárias. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
89. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Luiz Gustavo Salomão Ballan.O Tratamento Diferenciado e Favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Aquisições Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
90. KANAYAMA, R. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SILVA, L.M.B.. Participação em banca de Felipe Pudell Sobreira.Os Direitos Fundamentais sob a Égide dos Princípios da Reserva do Possível e da Subsidiariedade.. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
91. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; MACEDO, Marina Michel de. Participação em banca de Solis Regina Fiori.Função Social da Cidade: um princípio a ser consolidado para uma vida urbana digna.. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
92. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Raphael Karlos Macaroff Skraba.Responsabilidade do Agente Público Titular de Mandato Político Executivo. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
93. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Ariosto Teixeira Neto.Ato administrativo - Limites da Revogação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
94. CLÈVE, C. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SALGADO, E. D.. Participação em banca de Carina Vaz Abeche.A efetividade dos direitos fundamentais sociais . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
95. MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.. Participação em banca de Natasha Knesebeck.Processo Administrativo no Tribunal de Contas do Paraná . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
96. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Marcel Eduardo Cunico Bach.Responsabilidade Extracontratual do Estado por atos judiciais danosos: Danos decorrentes da concessão e da não-concessão injustas de Antecipação de Tutela. . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
97. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Marcelo Specht Silva.Responsabilidade Civil dos Notários e Registradores. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
98. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Rainer Belotto Plawiak.Contratos Administrativos Internacionais . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
99. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Pedro Henrique Fortes Rocha.Da Invocação do Interesse Público na Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
100. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Thiago Alberto de Sousa.Direito de Greve do Servidor Público. Conseqüências Administrativas: Lei 8.112/90 . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
101. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de David Pereira Cardoso.A Discricionariedade Administrativa Face aos Conceitos Indeterminados . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
102. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Diogo de Lacerda G. Chaves.A Máxima da Proporcionalidade e a Validade do Ato Administrativo . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
103. SZANIAWSKI, E.; GEDIEL, J. A. P.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Camila Simoni Junqueira.Notas sobre o Direito de Construir . 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
104. MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GUIMARAES, B. S.. Participação em banca de Natália Brotto.O Controle do Ato Administrativo Discricionário frente ao Princípio da Razoabilidade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
105. MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BAGATIN, Andréia Cristina. Participação em banca de Marcos Henrique Dalledonne.A Autonomia Orgânica das Agências Reguladoras e a Impossibilidade de Livre Demissão de seus Dirigentes pelo Chefe do Poder Executivo. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
106. MOREIRA, E. B.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GUIMARAES, B. S.. Participação em banca de Leonardo Lobo Acosta.O Controle Jurisdicional sobre o Poder Normativo das Agências Reguladoras. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
107. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; BREUS, Thiago Lima. Participação em banca de Aline Riegel Nilson.Controle Judicial de Políticas Públicas e Efetividade dos Direitos Sociais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
108. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Ricardo Arthur Vianna Bonatto.Tribunal de Contas: análise da sua competência à luz da Constituição de 1988. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

109. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Participação em banca de Anna Luisa Heringer Dittmar.O Procedimento Licitatório Face à Interveniência do Banco Mundial. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
110. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; KANAYAMA, R. L.. Participação em banca de Flávia Rutyna Heidemann.Serviço Público: Um Instrumento de Concretização dos Direitos Fundamentais Sociais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
111. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, Egon Bockmann; MOREIRA, Leila Cuellar. Participação em banca de Anne Caroline Marciquevik.A Intervenção Direta do Estado no Domínio Econômico Brasileiro. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
112. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; RAYMUNDO, Giseli Valezi; DISTÉFANO, Rogério. Participação em banca de Edir de Almeida.Aspectos Gerais sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
113. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de João Guilherme Duda.Controle Judicial do Ato Revocatório de Licitação. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
114. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de João Gustavo Duarte Nadal.Princípio da Finalidade, Neutralidade Tecnológica e Compras Governamentais de Software. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
115. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTÉFANO, Rogério; CORRÊA, Elizeu de Moraes. Participação em banca de João Paulo de Souza Cavalcante.A Efetividade das Audiências Públicas: Instrumento de Participação Popular na Construção do Direito Urbanístico. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
116. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; XAVIER, Pedro Henrique. Participação em banca de Juliano Rodriguez Torres.Juridicidade de Atos Administrativos Normativos e as Mutações Históricas do Princípio da Legalidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
117. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Mariana Mendes Cardoso.Dispensa de Empregado Público: A Obrigatoriedade de Motivação do Ato. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
118. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Merly Lyssett Krauss Aquino.Uma Análise Paralela do Amparo Paraguaio e o Mandado de Segurança. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
119. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.; BREUS, Thiago Lima. Participação em banca de Paulo Sérgio Moisés.Influências da Reforma da Previdência do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
120. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Vanessa Giacomitti.Contribuição Previdenciária de Servidores Públicos Inativos a Partir da Emenda Constitucional 41/2003. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
121. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Roberto Taborda Ribas Junior.O controle judicial da discricionriedade administrativa. 2006 - Universidade Federal do Paraná.
122. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Carolina Gabriele Pinto.O Controle Jurisdicional da Discricionriedade Administrativa. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
123. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correa; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Fernanda Sanson Zagonel.Serviços Públicos à Luz dos Direitos Fundamentais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
124. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GUIMARÃES, Fernando Vernalha; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer.As Concessões de Serviço Público e o Poder de Modificação Unilateral dos Contratos Administrativos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
125. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de MARCOS EDUARDO FREITAS RODRIGUES.O Direito de Greve dos Servidores Públicos ? Uma Análise com o Direito Comparado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
126. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Osvaldo Giovani Valcanaia.A Responsabilidade Civil do Estado pela Atividade Jurisdicional Danosa. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
127. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de RICARDO MILBRATH PADOIM.O Princípio da Tipicidade Aplicado às Sanções Administrativas Disciplinares. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
128. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Ayrton Ruy Giublin Neto.A Equação Econômico-financeira no Contrato de Obra Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
129. CORRA, E. M.; GRAF, Ana Cláudia Bento; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Germana Fonseca Crespo Garcia.Ocupações Irregulares em Áreas de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e a Efetividade das Normas Ambientais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
130. CORRA, E. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GRAF, Ana Cláudia Bento. Participação em banca de Karen Werena Stricker Puchalski.Princípio Poluidor-pagador como Princípio Norteador da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
131. CORRÊA, Elizeu de Moraes; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SILVA, L.M.B.. Participação em banca de Roberto Lopes de Almeida Júnior.Quebra de Sigilo e Meios de Controle da Constitucionalidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
132. CHUEIRI, V. K.; CORRA, E. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Aparecida Donizete Fernandes Matioli.A Concretização dos Direitos Fundamentais e Inclusão Social: A Previdência Social como Possibilidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- 133.

- BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Roberto Tordada Ribas Júnior. Monografia. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
134. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FINGER, Ana Cláudia.. Participação em banca de Alisson Adamoski do Nascimento. A ação de impugnação de mandato eletivo e a questão do prazo para ajuizamento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
135. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Angelo Carvalho Cruz. Processo administrativo disciplinar no âmbito federal, à luz da Lei 4878/65 e sua Regulamentação 59310/66. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
136. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Carla Ariana Sgorlon Tironi. Inexigibilidade de licitação pública.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
137. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Carlos Washington Rodrigues. Responsabilidade civil do Estado e a ação regressiva contra seus agentes. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
138. BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FINGER, Ana Cláudia.. Participação em banca de Carolina Borges Suarez. O direito ambiental e a competência administrativa.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
139. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Clayson Nascimento Andrade. Licitação do tipo menor preço - Considerações acerca da qualidade nas compras públicas.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
140. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Daniel Brenneisen Maciel. Intervenção do Estado na propriedade e a efetivação dos direitos sociais - Moradia.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
141. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Danielle Cristine Halu. O controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
142. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, Adriana R.. Participação em banca de Fábio José Brante. A desapropriação indireta: aspectos relevantes da desapropriação indireta no novo Código Civil.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
143. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Marina Nicolato Ribeiral. Controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
144. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FINGER, Ana Cláudia.. Participação em banca de Nelson Kuhn Denes Filho. Nova abordagem da interferência da servidão administrativa no direito do titular, nas propriedades urbanas particulares, sob a égide da Carta Política de 1988.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
145. XAVIER, Pedro Henrique; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Rafael Antonio Baldo. O serviço público como instrumento da garantia do cidadão: inserindo a noção de serviço público na evolução estatal.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
146. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Eduardo Alexandre Lang. Teoria do equilíbrio econômico nos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
147. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Luiz Eduardo Ferreira Melo. As novas tendências das políticas públicas de telecomunicações no Brasil.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
148. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Rafael Hekave. Empresas estatais e a atuação do Estado na economia.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
149. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Roberto Pinheiro Pereira. O provimento dos cargos, empregos e funções públicas.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
150. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Vanessa D? Arcangelo R. Pracchini. Meios repressivos à imoralidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
151. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.; MACEDO, M. M.. Participação em banca de Valquíria Gonçalves. Controle Jurisdicional da Administração Pública e os Atos do Governo.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
152. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.; KANAYAMA, R. L.. Participação em banca de Liliane Graciele Breitwischer. O Princípio Constitucional da Presunção de Inocência no Processo Administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
153. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CÚELLAR, L.; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Luciano Cesar Vernalha Guimarães. O Estado regulador: a busca de um conceito de serviço público.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
154. DISTEFANO, R.; LIMA, A. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Luiz Cesar Widolin. A alteração da legislação tributária presente na lei de diretrizes orçamentárias. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
155. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.; BOURGES, F.. Participação em banca de Marcelo Trigueiro de Lima. Os princípios da Eficiência e da Isonomia nas Licitações Públicas.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
156. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CÚELLAR, L.; MOREIRA, E. B.. Participação em banca de Carolina Kummer. Controle jurisdicional da discricionariedade administrativa. . 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) -

- Universidade Federal do Paraná.
157. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C. R.. Participação em banca de Andreia Souza Bezerra.Pontos Controvertidos na Implantação do Pedágio. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
158. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GRAF, Ana Cláudia Bento; CORREA, E. M.. Participação em banca de Eduardo Borges Machado.Preservação Ambiental nas Cidades: Restrições e Limitações Administrativas à Propriedade Urbana. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
159. CORREA, E. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GRAF, Ana Cláudia Bento. Participação em banca de Helder Wilhan Blaskiewicz.O Aspecto Constitucional do Direito à Greve. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
160. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORREA, E. M.; SILVA, L.M.B.. Participação em banca de João Alberto Sales Júnior.A Motivação do Ato Administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
161. CORREA, E. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SILVA, L.M.B.. Participação em banca de Joaquim Reginaldo de A. Macalosi.A Escolha dos Membros do Supremo Tribunal Federal e das Cortes Constitucionais no Direito Comparado. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
162. CORREA, E. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GRAF, Ana Cláudia Bento. Participação em banca de Rafael Butzke de Araújo.Áreas de Preservação Permanente em Zonas Urbanas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
163. CORREA, E. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GRAF, Ana Cláudia Bento. Participação em banca de Roger Gustavo R. Neto.Licenciamento Ambiental. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
164. CORRÊA, Elizeu de Moraes; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SILVA, L.M.B.. Participação em banca de Aurélio Ribeiro de Souza.Administração Pública Harmonização dos Princípios Constitucionais da Legalidade e Eficiência Administrativas. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
165. BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.. Participação em banca de Eduardo de Sampaio Soares.Intervenção do Estado na Propriedade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
166. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.. Participação em banca de Felipe de Oliveira Kersten.A Lei Complementar nº 101/2000 e a Responsabilidade Administrativa do Gestor Fiscal. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
167. DISTÉFANO, Rogério; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LIMA, A. L.. Participação em banca de Geison Eridan Zych.O Princípio da Eficiência e o Controle do Gasto do Dinheiro Público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
168. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.; LIMA, Abili Lázaro Castro de. Participação em banca de Néia Marina Moraes.Transparência Controle e Fiscalização na Lei de Responsabilidade Fiscal com Ênfase à Prestação de Contas do Município. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
169. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Renata de Andrade Santos.O Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
170. DISTEFANO, R.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LIMA, A. L.. Participação em banca de Thaíze Gôngora Tamaio.Orçamento Participativo: a Contribuição a ser prestada. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
171. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Thalita Maria Azambuja Brandalise.Desvio de Finalidade na Publicidade Oficial: Promoção Pessoal da Autoridade Pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
172. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Vanessa Carina Zanin.Contratação Direta sem Licitação e Caracterização da Emergência Ficta. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
173. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.; MELO, Lígia. Participação em banca de Adriana Vitalis.Da Invalidação dos Atos Administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
174. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; FINGER, Ana Cláudia.. Participação em banca de Christian Carvalho Caum.Responsabilidade do Estado por Atos Jurisdicionais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
175. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MELO, Lígia; SILVA, L.M.B.. Participação em banca de Carla Gimenes de Moura.Concessão e Permissão de Portos Secos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
176. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; FINGER, Ana Cláudia.. Participação em banca de Isabella Giuliana Zanardo de França.Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
177. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; ISFER, Edson. Participação em banca de Laura Gonçalves Tessler.Aspectos sobre a Atuação das Agência Reguladores na Defesa da Livre Concorrência: uma Análise Luz da Legislação Antitruste. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
178. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; CÚELLAR, L.. Participação em banca de Mário Dittrich Biliéri.A Participação Popular nas Agências Reguladoras e o seu Poder Normativo ? A Realidade das Audiências e Consultas Públicas na ANEEL e na ANATEL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
179. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.; MELO, Lígia. Participação em banca de Murilo César Soares e Silva.A Vontade na Teoria Geral do Ato Administrativo: Reflexos na Discricionariedade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
180. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; XAVIER, P. H.. Participação em banca de Danila Hiraiwa Peitoxo.Responsabilidade do Estado pela Demora na Entrega da Prestação Jurisdicional. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

181. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Davi Chicoski.Procedimento Administrativo: burocracia, legitimação e eficiência.. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
182. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; CORREA, E. M.. Participação em banca de Ingrid de Carvalho Teixeira.Discrionariedade e Controle Jurisdicional. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
183. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Luiz Antonio Peixe.Monografia. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
184. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GEDIEL, J. A. P.; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Marina Michel de Macedo.O Estatuto da Cidade e Regulamento do Artigo 182, § 4º da Constituição Federal: A Propriedade Urbana e a Edificação e o Parcelamento Compulsórios. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
185. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; XAVIER, P. H.; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Mariana Andreola de carvalho Silva.O Controle dos Atos das Agências Reguladoras. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
186. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Participação em banca de Rosangela Marina Luft.Monografia. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
187. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; XAVIER, P. H.; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Rosalina Cruz Cavagnolli.A Discrionariedade Administrativa e Os Conceitos Jurídicos Indeterminados: Apreciação Jurisdicional. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
188. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; CORRA, E. M.; GEDIEL, J. A. P.. Participação em banca de Thiago Lima Breus.Interesse Público: Horizontes e Perspectivas a Luz da Dignidade da Pessoa Humana. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
189. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Bianca Pereira Razera.A Eficácia das Sanções Administrativas das Agências Reguladoras. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
190. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Carlos Eduardo Scardua.A Importância do Estado na Ordem Econômica, de Acordo com os Artigos 170 a 174 da Constituição Federal de 1988. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
191. XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Fernando A. Fabrício de Melo.A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Terceirização de Mão-de-obra. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
192. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.; XAVIER, P. H.. Participação em banca de Gianna Carla Rubino Lass.Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado por Atos Lícitos e sua Análise Jurisprudencial. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
193. BACELLAR FILHO, R. F.; XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, R.. Participação em banca de Rafaela Toazza.O Princípio Constitucional da Eficiência de Acordo com Emenda Constitucional nº 19/98. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
194. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LIMA, A. L.; CORRÊA, Elizeu de Moraes. Participação em banca de Rosangela Marina Luft.O Meio Ambiente Urbano: a Importância do Plano Diretor. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
195. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; ARGUELLO, K. C.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Marcia Fernandes Bezerra.O Fomento das Atividades Culturais no Estado do Paraná. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
196. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Clairton Joacir Cardoso.O Controle da Administração Pública. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
197. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Luciano Dalmolin.Participação Social, Controle Social da Administração Pública e Democracia Participativa. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
198. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Luís Henrique Cunha Mühlmann.Responsabilidade Extracontratual do Estado por Atos Judiciais. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
199. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; LIMA, Abili Lázaro Castro de. Participação em banca de Marçal Justen Neto.Equilíbrio Econômico-financeiro nas Concessões de Serviço Público. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
200. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Taiana Castrillon Dionello.A Superintendência de Seguros Privados e sua Atuação junto à Atividade Securitária Brasileira. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
201. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; DISTEFANO, Rogério. Participação em banca de Lucia Helena Cachoeira.Transferência de Potencial Construtivo: Uma Modalidade de Atuação da Polícia Administrativa sobre o Direito de Construir. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
202. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Participação em banca de Tahyana Schenkel Gomes.Licença Ambiental: Considerações Acerca da Natureza Jurídica, Procedimento e Revogação. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
203. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de Andreia Cristina Bagatin.A Motivação como Instrumento de Controle dos Atos Administrativos. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
204. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; XAVIER, P. H.. Participação em banca de Ivens Henrique Hubert.Contribuição a um Estudo Princiológico do Direito: Aplicação dos Princípios Constitucionais da Administração Pública. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
- 205.

- COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Participação em banca de Letícia Guimarães.O Controle Princiopiológico dos Atos Administrativos. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
206. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Participação em banca de José Augusto Simões Amaro.Vícios do Ato Administrativo. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
207. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Participação em banca de Marcos Lisandro Puchevitch.O Poder Sancionador e as Sanções Administrativas. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
208. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; XAVIER, P. H.; BACELLAR FILHO, R. F.. Participação em banca de Fabiana Galera Severo.O Serviço Público de Energia Elétrica no Processo de Privatização. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
209. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Participação em banca de Karla Maria Trevisan.Agências Reguladoras e o Princípio da Eficiência. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
210. BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Neri. Participação em banca de Maria Fernanda Pacheco Vaz.Aspectos da Tutela Repressiva da Improbidade Administrativa. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
211. BACELLAR FILHO, R. F.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERRARI, Regina Maria Macedo Neri. Participação em banca de Renato Andrade Kersten.A Intervenção do Estado na Propriedade e os Meios de Proteção ao Patrimônio Cultural. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
212. XAVIER, P. H.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Participação em banca de Rodrigo Luis Kanayama.Direito do Urbanismo ? Observações à Lei de Zoneamento Urbano de Curitiba. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; VIEIRA, José Roberto; RAMINA, Larissa L. O.; CHUEIRI, V. K.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (Linha Perspectivas da Dogmática Crítica). 2018. Universidade Federal do Paraná.
2. SZANIAWSKI, E.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, Egon Bockmann; WACHOWICKZ, M.; PEREIRA, L. F. L.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (etapa final). 2016. Universidade Federal do Paraná.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GABARDO, Emerson. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2016. Universidade Federal do Paraná.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (1ª etapa). 2015. Universidade Federal do Paraná.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (1ª etapa). 2013. Universidade Federal do Paraná.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (1ª e 3ª etapas). 2013. Universidade Federal do Paraná.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GEDIEL, J. A. P.; BORGES, C. M. R.; LIMA, A. L.; CHUEIRI, V. K.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado Interinstitucional UFPR/UNIOESTE. 2012. Universidade Federal do Paraná.
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2012. Universidade Federal do Paraná.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LEONARDO, R. X.; PEREIRA, L. F. L.; ARENHART, S. C.; RAMOS, J. G. G.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (Prova oral e entrevista). 2012. Universidade Federal do Paraná.
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2011. Universidade Federal do Paraná.
11. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2011. Universidade Federal do Paraná.
12. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LEONARDO, R. X.; ARENHART, S. C.; BORGES, C. M. R.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova oral e entrevista). 2011. Universidade Federal do Paraná.
13. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2010. Universidade Federal do Paraná.
14. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (prova escrita). 2010. Universidade Federal do Paraná.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Concurso Público ao Magistério Superior, Classe de Professor Assistente, matéria Instituições de Direito Público e Privado. 2009. Universidade Federal da Bahia.
16. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (prova escrita Direito Administrativo). 2009. Universidade Federal do Paraná.
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (1ª e 2ª etapas - provas escritas de Direito Administrativo). 2008. Universidade Federal do Paraná.
- 18.

19. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Econômico). 2007. Universidade Federal do Paraná.
20. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (1ª e 2ª etapas - provas escritas de Direito Administrativo). 2007. Universidade Federal do Paraná.
21. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; NICZ, Alvacir Alfredo.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2007. Universidade Federal do Paraná.
22. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (Prova escrita- Direito Administrativo). 2007. Universidade Federal do Paraná.
23. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (entrevista e prova oral). 2007. Universidade Federal do Paraná.
24. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente da Disciplina de Direito Constitucional. 2006. Universidade Federal do Paraná.
25. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado. 2006. Universidade Federal do Paraná.
26. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado. 2006. Universidade Federal do Paraná.
27. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FACHIN, Luiz Edson; CLÈVE, C. M.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado. 2005. Universidade Federal do Paraná.
28. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Administrativo). 2005. Universidade Federal do Paraná.
29. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CÚELLAR, L.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Internacional). 2005. Universidade Federal do Paraná.
30. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Internacional). 2005. Universidade Federal do Paraná.
31. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Internacional). 2005. Universidade Federal do Paraná.
32. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FACHIN, Luiz Edson; CLÈVE, C. M.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado Acadêmico. 2004. Universidade Federal do Paraná.
33. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; NICZ, Alvacir Alfredo.; GONCALVES NETO, A. A.; GEDIEL, J. A. P.; CURI, Ivan Guérios; SANTOS, J. C.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Doutorado (Entrevista). 2004. Universidade Federal do Paraná.
34. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CÚELLAR, L.. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR - Mestrado (prova escrita de Direito Internacional). 2004. Universidade Federal do Paraná.
35. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito (Doutorado 2002) - 1ª etapa (análise do projeto de pesquisa). 2002. Universidade Federal do Paraná.
36. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito (Doutorado 2002) - 2ª etapa (exame público). 2002. Universidade Federal do Paraná.
37. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MACHADO, Luiz Alberto; FACHIN, Luiz Edson; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; CURI, Ivan Guérios; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. Banca de Seleção de Ingresso no Programa de Pós-graduação em Direito (Mestrado 2002) - segunda etapa (entrevista). 2002. Universidade Federal do Paraná.
38. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; COUTINHO, Aldacy Rachid; CLÈVE, C. M.; GEDIEL, J. A. P.; MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt; COSTALDELLO, A. C.; GOMES, M. E. A. C. E.. Banca de Seleção de Ingresso no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR. 2000. Universidade Federal do Paraná.

Outras participações

1. BLANCHET, L. A.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; SCHIER, A. C.. MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA POSSIBILIDADE À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. 2019. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; TOMIO, F. R. L.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2017 - Disciplina de Direito Urbanístico. 2017. Universidade Federal do Paraná.
3. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; TOMIO, F. R. L.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2017 - Disciplina de Direito Administrativo B. 2017. Universidade Federal do Paraná.
4. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; TOMIO, F. R. L.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2017 - Disciplina de Direito Financeiro. 2017. Universidade Federal do Paraná.
5. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; BITTENCOURT, J. C.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2016 - Disciplina de Direito Administrativo A. 2016. Universidade Federal do Paraná.
6. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GORSORF, L. F.; HOSHINO, T. A. P.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2016 - Disciplina de Direito Urbanístico. 2016. Universidade Federal do Paraná.
7. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Membro da comissão avaliadora de trabalhos do Conpedi. 2015. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.
8. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Membro da comissão avaliadora do CONPEDI. 2015. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.
9. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GORSORF, L. F.; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2015 - Disciplina de Direito Administrativo B. 2015. Universidade Federal do Paraná.
10. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; BARBOSA, E. M. Q.; KANAYAMA, R. L.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2015 - Disciplina de Direito Urbanístico. 2015. Universidade Federal do Paraná.
11. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FACHIN, M. G.; KANAYAMA, R. L.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2014 - Disciplina de Direito Administrativo A. 2014.
12. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; RAZERA, D. L.; CARDOSO, L. A. P.. Membro de Comissão para apreciar a Proposta de Criação do Setor de Ciências Médicas. 2014. Universidade Federal do Paraná.
13. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; KANAYAMA, R. L.; HACHEM, Daniel Wunder.. Banca de Seleção do Programa de Iniciação à Docência 2013 - Disciplina de Direito Administrativo A. 2013. Universidade Federal do Paraná.
- 14.

- COSTALDELLO, Angela Cassia**; BACELLAR FILHO, R. F.; CHUEIRI, V. K.. Comissão de Validação de Diploma de Mestrado - José Cláudio Carneiro Filho. 2013. Universidade Federal do Paraná.
15. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; TOMIO, F. R. L.. Membro da Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório do Professor Clayton De Albuquerque Maranhão. 2012. Universidade Federal do Paraná.
16. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CHUEIRI, V. K.; BORGES, C. M. R.. Comissão de Validação de Diploma de Mestrado - Wolfgang Otávio de Oliveira Stiuhr. 2011. Universidade Federal do Paraná.
17. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; LEONARDO, R. X.; FRIEDERICH, T. S.. Comissão de Validação de Diploma de Mestrado - Isabela Piacentini de Andrade. 2011. Universidade Federal do Paraná.
18. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Processo Seletivo 2010 para ingresso de bolsistas do Grupo PET - DIREITO. 2010. Universidade Federal do Paraná.
19. **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Banca Avaliadora da XII Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR. 2010. Universidade Federal do Paraná.
20. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CHUEIRI, V. K.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Comissão de Revalidação de Diploma - Thales Morais da Costa. 2010. Universidade Federal do Paraná.
21. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Comissão de Revalidação de Diploma - Gustavo Santana de Jesus. 2010. Universidade Federal do Paraná.
22. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MOREIRA, E. B.; CHUEIRI, V. K.. Comissão de Revalidação de Diploma - Alfredo Copetti Neto. 2010. Universidade Federal do Paraná.
23. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GOMES, M. E. A. C. E.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Comissão de Revalidação de Diploma - João de Carvalho. 2010. Universidade Federal do Paraná.
24. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; FACHIN, Luiz Edson; CORTIANO JUNIOR, Eroulths. Presidente Comissão de Estágio Probatório Profª. Dra. Ana Carla Harmatiuk Matos. 2008. Universidade Federal do Paraná.
25. CORTIANO JUNIOR, Eroulths; LUDWIG, C. L.; LIMA, A. L.; CHUEIRI, V. K.; FERREIRA FILHO, Manoel Caetano; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; RAMOS, J. G. G.. Membro da Comissão para Estudos e Apresentação de Relatório ao Conselho Setorial - Desdobramento de turmas para o curso de Graduação em Direito. 2004. Universidade Federal do Paraná.
26. MACHADO, Luiz Alberto; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CURTI, Ivan Guerios. Membro da Comissão Julgadora da Bolsa do Programa de Absorção Temporária de Doutores. 2003. Universidade Federal do Paraná.
27. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; CORTIANO JUNIOR, Eroulths; LEITE, Eduardo de Oliveira. Comissão de Análise dos Pedidos de Reconsideração. 2002. Universidade Federal do Paraná.
28. COUTINHO, Aldacy Rachid; **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MACHADO, Luiz Alberto. Comissão de credenciamento de professores para integrarem o colegiado da pós-graduação em Direito da UFPR. 2002. Universidade Federal do Paraná.
29. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; AMARAL, Eneida Porto. Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar. 2002. Universidade Federal do Paraná.
30. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; VIEIRA, José Roberto; REIS, O. J. R. S.. Membro da Banca de Avaliação Final de Desempenho em Estágio Probatório da Professora Katie Silene Caceres Argüelo. 2001. Universidade Federal do Paraná.
31. RAMOS, J. G. G.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Comissão de Análise dos Pedidos de Reconsideração. 2001. Universidade Federal do Paraná.
32. MACHADO, Luiz Alberto; LUDWIG, C. L.; **COSTALDELLO, Angela Cassia**. Comissão de Análise dos Pedidos de Reconsideração. 2001. Universidade Federal do Paraná.
33. **COSTALDELLO, Angela Cassia**; GEDIEL, J. A. P.; SILVA, L. M. J.; MARQUES, A. C.; CAMBI, E. A. S.. Comissão de Bolsas de Estudos CAPES. 1999. Universidade Federal do Paraná.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

- 9th Constitutional Law Colloquium. Land Tenure Regularization: 30 Years of the Brazilian Constitution. 2018. (Congresso).
- 8th Constitutional Law Colloquium. Cultural Heritage: Similarities and Differences between the Decisions of the Constitutional Courts of Brazil and Italy. 2017. (Congresso).
- Colóquio Arte Contemporânea - OAB/PR.Arte Contemporânea e Direito. 2017. (Outra).
- ICON-s - Conference Courts, Power, Public Law. Comparative studies on Constitutional Courts: the role of abstract judicial review at consensualism of dicisional process and on democratic stability in Brazil, Mexico, Spain and Portugal. 2017. (Congresso).
- III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. Agenda 2030 e as ODS. 2017. (Congresso).
- Lo statuto costituzionale delle pubbliche amministrazioni. 2017. (Congresso).
- Repensando a cidade - Dia Mundial sem Carro.Interfaces entre o urbano e o ambiental: a realidade e a propeccção. 2017. (Seminário).
- XVIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. A Revolução do Processo. 2017. (Congresso).
- Congresso da Associazione Italiana dei Professori di Diritto Amministrativo. Antidoti alla cattiva amministrazione: una sfida per le riforme. 2016. (Congresso).
- Diritto europeo e diritto amministrativo nazionale 25 anni dopo Convegno in occasione dei primi 25 anni della Rivista italiana di diritto pubblico comunitario. 2016. (Congresso).
- Giornate Ítalo-Argentine di Diritto Amministrativo. 2016. (Simpósio).
- I livelli territoriali di governo e il riparto delle competenze amministrative nell'ordinamento federale brasiliano.I livelli territoriali di governo e il riparto delle competenze amministrative nell'ordinamento federale brasiliano. 2016. (Seminário).
- A atuação da advocacia na gestão pública:Tribunal de Contas, acesso à informação e improbidade administrativa.O devido processo legal substancial nos processos dosTribunais de Contas. 2015. (Seminário).
- I Colóquio Brasil-França: Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental. 2014. (Outra).

15. I ENCONTRO INTERNACIONALIZAÇÃO - CONPEDI.A REDUÇÃO DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA FRENTE AO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE URBANA: NOVOS DESAFIOS PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2014. (Encontro).
16. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária: a gestão do conhecimento e os novos modelos de universidade.Natureza e autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras e os reflexos na gestão universitária. 2014. (Encontro).
17. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI: a humanização do direito e a horizontalização da justiça no século XXI. Controle social da administração pública: a Lei de Acesso à Informação como fator de atenuação da assimetria informacional característica das relações de agência. 2014. (Congresso).
18. 7º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico - Direito Urbanístico e Justiça Urbana: Cidade, Democracia e Inclusão Social.A redução da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana: novos desafios para a elaboração de políticas públicas. 2013. (Oficina).
19. I Congresso Paranaense de Direitos Culturais - O Acesso à Cultura e o Protagonista da Arte. O uso do dinheiro público na Cultura: aspectos da prestação de contas. 2013. (Congresso).
20. I Encontro de Internacionalização do CONPEDI.A redução da discricionariedade administrativa frente ao princípio da sustentabilidade urbana: novos desafios para a elaboração de políticas públicas. 2013. (Encontro).
21. I Seminário Paranaense de Direito Urbanístico: Cidade, Democracia e Incluso.Perspectivas Contemporâneas do Direito Urbanístico. 2013. (Seminário).
22. XIV Congresso Paranaense de Direito Administrativo em homenagem ao Professor Doutor Luiz Alberto Blanchet. O Controle judicial da administração pública. 2013. (Congresso).
23. XXII Encontro Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. 2013. (Encontro).
24. 4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional da ABCD. 2012. (Congresso).
25. III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral. Improbidade Administrativa sob o foco do Tribunal de Contas. 2012. (Congresso).
26. Congresso Brasileiro de Sustentabilidade & III Fórum Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público. Sustentabilidade e o Novo Direito Administrativo. 2011. (Congresso).
27. III Fórum Latino-Americano de Gestão Pública OAB/PR.Controle do Estado pelos TC: Sustentabilidade e Inclusão Social. 2011. (Outra).
28. I Seminário Ítalo-brasileiro: inovações regulatórias em direitos fundamentais, desenvolvimento e sustentabilidade.As escolhas difíceis na gestão pública e a promoção do desenvolvimento com sustentabilidade. 2011. (Seminário).
29. X Congresso do Ministério Público de Contas. 2010. (Congresso).
30. XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Processo Administrativo e Poder Judiciário.. 2010. (Congresso).
31. Colóquio em Homenagem ao Professor Doutor Marçal Justen Filho.Colóquio em Homenagem ao Professor Doutor Marçal Justen Filho. 2008. (Outra).
32. IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. O Pagamento de Indenizações pelo Estado e o Regime de Precatórios. 2008. (Congresso).
33. A Nova Ordem Jurídica das Licitações no Estado do Paraná -.Inovações da Lei Estadual de Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Seminário).
34. II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. O princípio da igualdade e o princípio da dignidade humana como fundamento do Estado Social e Democrático de Direito. 2007. (Congresso).
35. Semana Acadêmica do Curso de Direito da PUC/Pr.Transparência da Administração Pública: formas de controle e desafios da sociedade. 2007. (Outra).
36. Semana Acadêmica do Curso de Direito de Pontifícia Universidade Católica do Paraná.Transparência na Administração Pública: formas de controle e desafios da sociedade. 2007. (Outra).
37. Seminário de Controle Externo da Administração Pública Municipal. 2007. (Seminário).
38. VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. O Regime Jurídico dos Serviços Sociais Autônomos no Paraná. 2007. (Congresso).
39. XXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2007. (Congresso).
40. XXIV Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. 2007. (Congresso).
41. Ciclo de Palestras da Comissão de Advogados do Serviço Público.A Advocacia pública organizada em carreiras e a contratação de serviços jurídicos pela Administração Pública. 2006. (Outra).
42. Encontro Temático sobre Orçamento Público.Gestão do Orçamento Público. 2006. (Encontro).
43. I Congresso Internacional de Direito Administrativo da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro. 2006. (Congresso).
44. XI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras. 2006. (Simpósio).
45. Aula na Escola Superior de Direito no Mato Grosso.Direito Administrativo I. 2005. (Oficina).
46. II Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas.O Controle Externo dos Tribunais de Contas. 2005. (Encontro).
47. 35ª Semana Jurídica da Faculdade de Direito do Norte Pioneiro J.Atuação administrativa, discricionariedade e silêncio da Administração Pública. 2004. (Simpósio).
48. Congresso Brasileiro de Direito Político: O poder do Estado e o estado de poder.. O neoliberalismo e a morte do serviço público. 2004. (Congresso).
49. VII Congresso nacional e IV Congresso Internacional da Associação Nacional do Ministério Público de Contas - Os novos rumos do controle e da administração pública. 2004. (Congresso).
50. V Simpósio Nacional de Direito Constitucional.Tutela Constitucional dos Bens Jurídicos Ambientais. 2003. (Simpósio).
51. III Simpósio Paranaense de Direito Administrativo.Probidade Administrativa e Responsabilidade Fiscal. 2002. (Simpósio).
52. IV Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. Profissionalização do Serviço Público. 2002. (Congresso).
53. V Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 2001. (Congresso).
54. XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 5º Painel - Servidores Públicos sob Controle - Questões Concretas (Presidente). 2001. (Congresso).
55. Jornada de Direito Contemporâneo - Novas Tendências.Regulação e Controle Social dos Serviços Públicos (Debatedora). 2000. (Outra).
56. V Encontro Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 5.Conferencista. 2000. (Encontro).

- 57. XIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Painelista. 1999. (Congresso).
- 58. III Encontro Nacional e I Encontro Internacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.Coordenadora de Mesa. 1998. (Encontro).
- 59. XII Congresso Brasileiro e II Congresso Sul-americano de Direito Administrativo. Painelista. 1998. (Congresso).
- 60. Seminário de Direito Imobiliário. 1997. (Seminário).
- 61. XIX Congresso Nacional dos Procuradores de Estado. Tesista. 1993. (Congresso).




Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

- 1. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Colóquio: os 30 anos da CF/88. 2018. (Outro).
- 2. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Habitat III - Desafios da nova agenda e a população em situação de rua. 2016. (Congresso).
- 3. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** I Colóquio Brasil-França: Direito Administrativo, Urbanístico e Ambiental. 2014. (Outro).
- 4. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** I Seminário Sobre Recomposição das Normas do Trabalho e Emprego. 2013. (Outro).
- 5. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** I Seminário Paranaense de Direito Urbanístico: Cidade, Democracia e Inclusão. 2013. (Outro).
- 6. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** I Congresso Paranaense de Direitos Culturais - O acesso à Cultura e o Protagonista da Arte. 2013. (Congresso).
- 7. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Jornada de Extensão da Faculdade de Direito da UFPR - Semana de Direito Público. 1999. (Outro).


Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

- 1.  Matheus Mafra. ENTRE A GESTÃO E O PLANEJAMENTO: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS NA POLITICA DO SOLO URBANO DE CURITIBA. Início: 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 2.  Vitória Pedruzzi Segato. O sistema de nomeação e o apadrinhamento político nos Tribunais de Contas brasileiros. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 3.  João Pedro Ruppert Krubniki. Responsabilidade Administrativa Ambiental: uma ponderação sobre os direitos individuais e a proteção e a proteção jurídica ambiental. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).

Tese de doutorado






















- 1. Eloísa Dias Gonçalves. Metrópole: um novo território do direito à moradia.. Início: 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 2.  Júlio Cezar Bittencourt Silva. O viés cidadão do direito administrativo. Início: 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).












Iniciação científica

- 1. Valéria Fiori da Silva. Direito à cidade e regularização fundiária: uma análise da política habitacional da Prefeitura Municipal de Curitiba-PR. Início: 2018. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 2. Giovana Groth. Título: Direito à moradia e ao meio ambiente: política urbana no Município de Curitiba. Início: 2018. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 3. Miguel Colomby da Rocha. Eficiência, efetividade e eficácia da Administração Pública municipal. Início: 2018. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (Orientador).
- 4. Ana Carolina Ortolani Sorgenfrei. s Consequências da Omissão Estatal na não Concretização do Direito Fundamental à Educação. Início: 2016. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 5. Débora Simões da Silva. O Silêncio da Administração Pública: Estudo da Eficácia da Imputação de Medidas Judiciais em Caso de Omissão Estatal. Início: 2016. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 6. Mariana Mattos de Carvalho. A Inatividade Administrativa, suas Consequências para a Concretização dos Interesses da Coletividade e a Responsabilidade da Administração. Início: 2016. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).
- 7. Izabella Gurgel do Amaral Pini. As Consequências da Omissão do Ministério Público no Combate à Improbidade Administrativa. Início: 2016. Iniciação científica (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. (Orientador).








Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.  Vitória Pedruzzi Segato. Composição dos Tribunais de Contas brasileiros: o sistema de nomeação de ministros e conselheiros em cheque. 2019. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
2.  João Pedro Ruppert Krubniki. Os limites e a efetividade da responsabilidade administrativa ambiental: o discurso simbólico da responsabilidade objetiva. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
3. Vivianéli de Araújo Prestes. Controle Neoconstitucional dos Tribunais de Contas do Brasil: o controle como meio para a efetividade dos direitos prestacionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
4.  Luis Alberto Hungaro. Parceria público-privada municipal e a concretização de funções sociais da cidade: habitação, saneamento básico e mobilidade urbana.. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
5. Guilherme de Almeida Ribeiro. Políticas Públicas Culturais: da Lei Rouanet ao Sistema Nacional de Cultura. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
6.  Dioleno Zella Zielinski. Controle Social da Administração Pública: A Lei de Acesso à Informação na Perspectiva da Dimensão da Accountability Societal. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
7.  Pedro Henrique Braz de Vita. A boa-fé objetiva e a sua aplicação aos processos de contratação pública. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
8.  Nathalia Lima Barreto. Direito, Planejamento e Meio Ambiente: a dimensão jurídica do planejamento socioambiental do território. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
9.  Juliana Chevônicia Alves de Lima. O Controle dos Atos Políticos pelo Poder Judiciário: da imunidade do poder político à sindicabilidade judicial.. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
10.  Júlio Cezar Bittencourt Silva. A Administração Pública Brasileira Democratizada: a participação do administrado no processo de formação do ato administrativo. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
11.  Larissa Karla de Paula e Sá. Participação Democrática na Construção do Espaço Urbano. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
12.  Fabiane Grando. O Papel do Estado na Implantação de Políticas Públicas para a Sustentabilidade Urbana. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
13. Liliane Graciele Breitwischer. A Perspectiva Jurídica do Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a Partir do Direito Ambiental Constitucional. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
14.  Cristina Krussewski. Direito Administrativo Sancionador: apontamentos gerais sobre as infrações administrativas e alguns aspectos de sua relação com o direito penal. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
15.  Sílvia de Lima Hilst Wolaniuk. Arbitragem, Administração Pública e Parcerias Público Privadas: uma análise sob a perspectiva do Direito Administrativo. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
16.  Rosângela Marina Luft. Políticas Municipais de Desenvolvimento Urbano: premissas e condições para um planejamento factível. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
17.  Rafael Antonio Baldo. Novos Horizontes para a Administração Pública: reflexões sobre a gestão pública brasileira.. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
18.  Rodrigo Luís Kanayama. Limites às Restrições aos Direitos Fundamentais na Atividade de Investigação do Poder Legislativo. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
19.  Marina Michel de Macedo. Operação Urbana Consorciada: uma alternativa para a urbanificação das cidades.. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
20. Fernanda Schuhli Bourges. Serviços Públicos concedidos: acesso e remuneração.. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Coorientador: Angela Cassia Costaldello.
21.  Thiago Lima Breus. Políticas públicas no Estado Constitucional: a Problemática da Concretização dos Direitos Fundamentais pela Administração Pública Brasileira Contemporânea.. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
22.  Lillian Maria Salvador Guimarães Campos. Consórcios Públicos na Administração Pública Brasileira: em busca de uma administração pública consensual.. 2006. Dissertação (Mestrado em direito) - Faculdade de Direito do Sul de Minas, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
23.  Ana Cláudia Finger. O Princípio da Boa-Fé no Direito Administrativo. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
24.  Ana Luíza Chalushnak. A Legitimidade da Administração Pública: As Propostas de Max Weber e Jürgen Habermas. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
25.  Vivian Cristina Lima. Administração Pública Contemporânea: O usuário de serviço público e a Dignidade da Pessoa Humana. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.

26.  Deisemara Turatti Langoski. O Princípio Constitucional da Moralidade e a Finalidade do Ato Administrativo. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
27.  Édison Airon de Almeida Machado. A Teoria Geral do Direito Aplicada ao Código Civil de 2002, frente ao Código Civil de 1916 - Justificativas à Reformulação do Usufruto Impróprio. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Passo Fundo, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
28.  Valéria Féres Borges. O Contrato de Gestão nas Esferas Pública e Privada: o Terceiro Setor.. 2004. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
29. Lílian Cristina Gerdulli Tavares. Para além da reforma administrativa - uma provocação para o repensar da administração pública : a participação popular. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
30.  Cássio Mattos Honorato. Penalidades Administrativas de Trânsito: análise doutrinária da natureza jurídica das sanções do Código de Trânsito Brasileiro. 2003. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
31.  Kele Cristiani Diogo Bahena. Princípio da moralidade administrativa e seu controle pela ação de improbidade. 2003. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
32.  Odoné Serrano Júnior. Direitos Fundamentais: teoria geral e aspectos essenciais. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
33.  Maria do Carmo Padilha Quissini. Discricionariedade Administrativa na Execução do Plano Diretor Urbano. 2002. 0 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
34.  José Anacleto Abduch Santos. Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão de Serviço Públicos. 2002. 217 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
35.  Luiz Guilherme Müller Prado. A Justa Indenização na Desapropriação do Imóvel Rural. 2002. 251 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
36. Kátia Regina Puchaski. O princípio da supremacia do interesse público e os procedimentos administrativo. 2002. 0 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
37. José Carlos Monteiro. Conflitos de Leis no espaço do Mercosul: A questão do contrato de trabalho. 2002. 0 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
38. Fernando Quadros da Silva. A independência das agências reguladoras e o princípio do estado democrático de direito. 2001. 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
39.  Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertocini. Principologia de Direito Administrativo Brasileiro. 2001. 315 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
40.  Adir Ubaldo Rech. O poder local : formação e papel dos municípios no Estado brasileiro. 2000. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.

Tese de doutorado

1.  Júlio Cezar Bittencourt Silva. O viés cidadão do Direito Administrativo. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
2.  Luasses Gonçalves dos Santos. O Direito Administrativo em desencanto: o interesse público sob a crítica da teoria crítica. 2018. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
3.  Júlio César Garcia. A intangibilidade do bem ambiental. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
4.  José Anacleto Abduch Santos. Direitos Fundamentais: efetividade mediante afirmação da supremacia do interesse público. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
5.  Rodrigo Luís Kanayama. Direito, Política e Consenso: a escolha eficiente de políticas públicas.. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
6. Fernando César Vernalha Guimarães. Parceria Público-Privada: Caracterização dos Tipos Legais e Aspectos Nucleares de seu Regime Jurídico. 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
7.  Christian Mendez Alcântara. O Modelo Gerencial Organizações Públicas Não-Estatais e o Princípio da Eficiência. 2006. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.
8.  Janaína Rigo Santin. O Poder Local e a Gestão Administrativa Participativa. 2004. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Angela Cassia Costaldello.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Vitória Pedruzzi Segato. Tribunais de Contas: Conselho Técnico? O sistema de nomeação e o apadrinhamento político nas Cortes de Contas brasileiras . 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
2. Luidgi Merlo Paiva dos Santos. O recurso administrativo em concurso público: fundamentos, pressupostos de atendimento e a questão da "reformatio in pejus". 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
3. Stefani Rackes da Silva. Colocando os pingos nos \. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
- 4.

- Rodrigo Leal Coelho. A Natureza Jurídica dos Convênios Administrativos e sua Classificação dentro dos Contratos da Administração. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
5. Rebecca Maria Albano Pasqual. O Estado e o Terceiro Setor: A relação sob a ótica das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 6. André Luiz Correa. Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Princípio da Publicidade e o sigilo do orçamento. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 7. Maureen Paciornik London. As audiências públicas como instrumento de controle das decisões discricionárias sobre políticas públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 8. Carla Machado Flesh. A Valorização do Servidor Público: um caminho para a eficiência.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 9. Jorge Antonio Favaro. A aplicação de princípios garantistas do Direito Penal no Direito Administrativo Sancionador. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 10. Alexandre Bagatin Godoy Siguel. Judicialização de Políticas Públicas no Estado Constitucional. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 11. Bruna da Costa Monteiro. Os obstáculos enfrentados na efetivação do planejamento urbanístico brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 12. Marcela Martins dos Passos. Solo Criado: aspectos polêmicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 13. Caroline da Rocha Franco. Licitações Ambientalmente Sustentáveis como Instrumento para Racionalizar as Contratações da Administração Pública. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 14. Stephanie Uille Gomes. O Planejamento como Instrumento para Realização do Desenvolvimento Nacional. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 15. Cecília Leszczynski Guetter. Permissões de serviço público na ordem constitucional pós-1988. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 16. Guilherme Alves Nascimento. A Natureza Jurídica da decisão do Tribunal de Contas e a sua eficácia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 17. João Guilherme Padilha Christofis. Tribunal de Contas: Natureza Jurídica das Decisões e Procedimento Administrativo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 18. Josiane Almeida Ferraz Pereira. Políticas públicas voltadas ao negro: a implementação de direitos fundamentais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 19. Marcela Carrilho Portugal. Direito de greve do servidor público e o princípio da continuidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 20. Renata Lucia Marques. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 21. Luciana Conrado Caggiano. A Controvérsia acerca da Autonomia do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 22. Renan Lucio Moura. Tribunal de Contas e Poder Executivo: relação de julgamento efetivo das contas ou de mera apreciação técnica?. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 23. Ligia de Freira Birindelli. Da gratuidade do uso das faixas de domínio em rodovias concedidas por prestadoras de serviço público. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 24. Sílvia Moreira Horta. A tentativa de regulamentação dos guardadores de veículos pelo poder público: as limitações da proposta. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 25. Solis Regina Fiori. Função Social da Cidade: um princípio a ser consolidado para uma vida urbana digna. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 26. Aline Riegel Nielson. Controle Judicial de Políticas Públicas e Efetividade dos Direitos Sociais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 27. Flávia Rutyna Heidemann. Serviço Público: um instrumento de concretização dos direitos fundamentais sociais.. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 28. Ricardo Arthur Vianna Bonatto. Tribunal de Contas: análise da sua competência à luz da Constituição de 1988.. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 29. Anna Luisa Heringer Dittmar. Procedimento Licitatório Face à Interveniência do Banco Mundial. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 30. Juliano Rodriguez Torres. Juridicidade de Atos Administrativos Normativos e as Mutações Históricas do Princípio da Legalidade. 2006. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 31. Anne Caroline Marciquevik. A Intervenção Direta do Estado no Domínio Econômico Brasileiro. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
 - 32.

- Edir de Almeida. Aspectos Gerais sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
33. João Guilherme Duda. Controle Judicial do Ato Revocatório de Licitação. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
34. João Paulo de Souza Cavalcante. A Efetividade das Audiências Públicas: Instrumento de Participação Popular na Construção do Direito Urbanístico. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
35. Mariana Mendes Cardoso. Dispensa de Empregado Público: a obrigatoriedade da motivação do ato. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
36. Merly Lyssett Krauss Aquino. Uma Análise Paralela do Amparo Paraguaio e o Mandado de Segurança. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
37. João Gustavo Duarte Nadal. Princípio da Finalidade, Neutralidade Tecnológica e Compras Governamentais de Software. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
38. Paulo Sérgio Moisés. Influências da Reforma da Previdência no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
39. Vanessa Giacomitti. Contribuição Previdenciária de Servidores Públicos Inativos a Partir da Emenda Constitucional 41/2003. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
40. João Alberto Sales Junior. A Motivação do Ato Administrativo. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
41. Carolina Kummer. Controle Jurisdicional da Discricionariedade Administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
42. Eduardo Borges Machado. Preservação Ambiental nas Cidades: Restrições e Limitações Administrativas à Propriedade Urbana. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
43. Liliane Graciele Breitwischer. O Princípio Constitucional da Presunção de Inocência no Processo Administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
44. Luciano Vernalha Guimarães. O Estado Regulador: A Busca de um Conceito de Serviço Público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
45. Marcelo Trigueiro de Lima. Os Princípios da Eficiência e da Isonomia nas Licitações Públicas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
46. Valquíria Gonçalves. Controle Jurisdicional da Administração Pública e os Atos do Governo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
47. Adriana Vitalis. Da Invalidação dos Atos Administrativos. 2004. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
48. Carla Gimenes de Moura. Concessão e Permissão de Portos Secos. 2004. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
49. Christian Carvalho Caum. Responsabilidade do Estado por Atos Jurisdicionais. 2004. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
50. Isabella Giuliana Zanardo de França. Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa. 2004. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
51. Laura Gonçalves Tessler. Aspectos sobre a Atuação das Agências Reguladoras na Defesa da Livre Concorrência: uma Análise Luz da Legislação Antitruste. 2004. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
52. Mário Dittrich Biliéri. A Participação Popular nas Agências Reguladoras e o seu Poder Normativo ? A Realidade das Audiências e Consultas Públicas na ANEEL e na ANATEL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
53. Murilo César Soares e Silva. A Vontade na Teoria Geral do Ato Administrativo: Reflexos na Discricionariedade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
54. Márcia Cristina Matsukura. Aspectos da Autonomia das Agências Reguladoras no Direito Brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
55. Louise Vieira Ramon. Poder de Polícia Sanitária: campo de atuação e a incidência dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
56. Luciane Riedi. A Responsabilidade Extracontratual do Estado por Danos Causados pelas Concessionárias de Serviços Públicos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
57. Regina M. Cansian T. Earsdragen. Participação Popular na Administração Pública: mito, ideal ou realidade?. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
58. Ingrid de Carvalho Teixeira. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. 2003. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
59. Luiz Antonio Peixe. A Proteção dos Usuários de Serviços Públicos em Tempos de Pós-privatização. 2003. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
60. Mariana Andreola de C Silva. O Controle dos Atos das Agências Reguladoras. 2003. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
61. Rosalina Cruz Cavagnolli. A Discricionariedade Administrativa E Os Conceitos Jurídicos Indeterminados: Apreciação Jurisdicional. 2003. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
62. Thiago Lima Breus. Interesse Público: Horizontes e Perspectivas a Luz da Dignidade da Pessoa Humana. 2003. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.

63. Marina Michel de Macedo. O Estatuto da Cidade e Regulamento do Artigo 182, § 4º da Constituição Federal: A Propriedade Urbana e a Edificação e o Parcelamento Compulsórios. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
64. Danila Hiraiwa Peixoto. Responsabilidade do Estado pela Demora na Entrega da Prestação Jurisdicional. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
65. Luciano Dalmolin. Participação Social, Controle Social da Administração Pública e Democracia Participativa. 2002. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
66. Luís Henrique Cunha Mühlmann. Responsabilidade Extraconjugal do Estado por Atos Judiciais. 2002. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
67. Tatiana Castrillon Dionello. A Superintendência de Seguros Privados e sua Atuação junto à Atividade Securitária Brasileira. 2002. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
68. Clairton Joacir Cardoso. O Controle da Administração Pública. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
69. Marçal Justen Neto. Equilíbrio Econômico-financeiro nas Concessões de Serviço Público. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
70. Huderson Alexander Dalla Vecchia. A Discricionariedade do Ato Administrativo. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
71. Ivens Henrique Hubert. Contribuição a um Estudo Princiológico do Direito: Aplicação dos Princípios Constitucionais da Administração Pública. 2001. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
72. José Augusto Simões Amaro. Vícios do Ato Administrativo. 2001. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
73. Marcos Lisandro Puchêvitch. O Poder Sancionador e as Sanções Administrativas. 2001. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
74. Andréia Cristina Bagatin. A Motivação como Instrumento de Controle dos Atos Administrativos. 2001. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
75. Marcia Fernandes Bezerra. O fomento das Atividades Culturais no Estado do Paraná. 2001. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
76. Letícia Guimarães. O Controle Princiológico dos Atos Administrativos. 2001. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.

Iniciação científica

1. Ana Carolina Ortolani Sorgenfrei. As consequências da omissão estatal na não-concretização do direito fundamental à educação básica. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
2. Débora Simões da Silva. Silêncio da Administração Pública no âmbito tributário e constitucional: um estudo à luz do tripé saúde, segurança e moradia conjuntamente à imputação de sanções administrativas e tributárias devido à égide da responsabilidade civil. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
3. Mariana Maria de Carvalho de Mattos. A omissão administrativa e a responsabilidade civil do administrador e suas consequências para a concretização de direitos inerentes ao interesse da coletividade. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
4. Caroline da Rocha Franco. Discricionariedade e Pregão Eletrônico: o processo de escolha pelo portal informatizado de compras. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.

Orientações de outra natureza

1. Vitória Pedruzzi Segato. Programa de Iniciação à Docência - Monitoria da disciplina de Direito Administrativo. 2016. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.
2. Luis Alberto Hungaro. Monitoria da Disciplina de Direito Administrativo A. 2013. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Angela Cassia Costaldello.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Políticas públicas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: da sanção punitiva à sanção premial. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **COSTALDELLO, Angela Cassia.** Transformações dos contratos administrativos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras informações relevantes

Ex-Procuradora da Procuradoria Geral do Estado do Paraná Ex-Procuradora-geral do Ministério Público do Estado do Paraná Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná Advogada

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 03/12/2019 às 2:44:27